



**EMPODERANDO A
DIÁSPORA
SUL-AMERICANA
COMO AGENTE DO
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

As opiniões expressas nesta publicação são dos autores e não refletem necessariamente a opinião da Organização Internacional para as Migrações (OIM). As denominações utilizadas no presente material e a maneira como são apresentados os dados não implicam, por parte da OIM, qualquer opinião sobre a condição jurídica dos países, territórios, cidades ou áreas, ou mesmo de suas autoridades, tampouco sobre a delimitação de suas fronteiras ou limites.

A OIM está comprometida com o princípio de que a migração ordenada e humana beneficia os migrantes e a sociedade. Por seu caráter de organização intergovernamental, a OIM atua com seus parceiros da comunidade internacional para: ajudar a enfrentar os crescentes desafios da gestão da migração; fomentar a compreensão das questões migratórias; promover o desenvolvimento social e econômico por meio da migração; e garantir o respeito pela dignidade humana e bem-estar dos migrantes.

Publicado por: Organização Internacional para as Migrações
17 route des Morillons
P.O. Box 17
1211 Geneva 19
Switzerland
Tel.: +41 22 717 9111
Fax: +41 22 798 6150
E-mail: hq@iom.int
Website: www.iom.int

Esta publicação não foi editada oficialmente pela OIM.

Citação obrigatória: Organização Internacional para as Migrações (OIM), 2022. Empoderando a diáspora sul-americana como agente do desenvolvimento sustentável. OIM, Genebra.

ISBN 978-65-87187-10-5 (PDF)

© OIM 2022



Todos os direitos reservados. Este trabalho é disponibilizado sob a licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs 3.0 IGO License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/igo/legalcode) (CC BY-NC-ND 3.0 IGO).*

Para mais especificações, consulte os [Direitos Autorais e Termos de Uso](#).

Esta publicação não deve ser usada, publicada ou redistribuída para fins principalmente destinados ou direcionados para vantagem comercial ou compensação monetária, com exceção de fins educacionais, por exemplo, para inclusão em livros didáticos.

Permissões: Solicitações para uso comercial ou outros direitos e licenças deverão ser enviadas para Publications@iom.int

* <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/igo/legalcode>

**EMPODERANDO A
DIÁSPORA
SUL-AMERICANA**
COMO AGENTE DO
DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL



ONU MIGRAÇÃO

OIM

FUNDO DA
OIM PARA O
DESENVOLVIMENTO

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM)

Estabelecida em 1951, a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a agência das Nações Unidas para as migrações, é o principal organismo intergovernamental no campo da migração e trabalha em estreita colaboração com parceiros governamentais, intergovernamentais e não governamentais. Contando com 174 Estados membros, 8 Estados observadores e escritórios em mais de 100 países, a OIM dedica-se a promover uma migração segura, ordenada e digna para o benefício de todos. O Brasil é Estado membro da Organização desde 2004. Atualmente, a OIM tem presença no país nas cidades de Belém, Belo Horizonte, Brasília, Boa Vista, Curitiba, Florianópolis, Manaus, Pacaraima, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

EQUIPE DO PROJETO

Camila Escudero

Pesquisadora Principal – Brasil

Consultora da OIM Brasil. Doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ), na linha de pesquisa Mídia e Mediações Culturais (2017). Realizou Doutorado-Sanduiche na University of Illinois - Chicago (UIC), no Latin American and Latin Studies Program, com bolsa FAPERJ (2015-2016). Mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de S.Paulo (2007), com bolsa CAPES. Pós-graduada em Língua Portuguesa (2011) e Jornalismo Internacional (2002) pela PUC-SP. Graduada em Jornalismo pela Universidade Metodista de S.Paulo (1999). Tem experiência no mercado de Comunicação (impresso e online) e em docência e orientação de pesquisas acadêmicas na ECO-UFRJ, Universidade Metodista, UNIFAI e Uniban. Atualmente, é pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), docente-pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo (com auxílio pesquisa da FAPESP e CNPQ) e editora executiva da Revista Comunicação & Sociedade. Além disso, participa do Grupo de Pesquisa Diaspotics, da Comunidade Emergente de Comunicação COMUNI e é uma das líderes do Grupo de Pesquisa Mob-Com.

Guilherme Otero

Coordenador Executivo

Chefe do Escritório da OIM em São Paulo e coordenador de projetos. Atua nas áreas de retorno voluntário e reintegração, diásporas, governança migratória local e programas de transferência monetária. Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do ABC (2017), Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo (2012). Foi coordenador-adjunto de Políticas para Migrantes na Prefeitura de São Paulo e membro do coletivo de extensão universitária Educar para o Mundo.

Isabella Dourado

Assistente de Projetos no Escritório da OIM em São Paulo. Ingressou na Organização em julho de 2020 e, desde então, tem atuado na temática de migração e refúgio. Mestre em Direitos Humanos e Ação Humanitária pelo Instituto de Estudos Políticos de Paris — Sciences Po (2021), Bacharel em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2019).

Nota de Apresentação OIM Brasil

O nexo entre migrações internacionais e desenvolvimento é um tema que desperta o interesse de gestores públicos, pesquisadores, migrantes e governos em países de origem e destino há muitos anos. A OIM, Agência da ONU para as Migrações, tem como missão promover uma boa governança migratória que traz benefícios para as sociedades de origem, trânsito e destino, além das pessoas migrantes. Dentro de nossa estratégia para a Migração e Desenvolvimento, o capital social, humano e econômico das pessoas migrantes é uma peça-chave para cumprir esta missão.

Observamos que o Brasil tem recebido fluxos significativos de migrantes internacionais na última década, e hoje acolhe cerca de 1.3 milhão de migrantes de todos os continentes, de acordo com dados de 2021 do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra). O governo do Brasil, assim como diversos governos estaduais e municipais, avançou muito em suas políticas migratórias para melhor acolher estas pessoas, garantir seus direitos conforme a legislação e promover sua integração social e econômica. Existe, no entanto, uma outra face da mobilidade humana no Brasil, uma que já foi muito evidente e que agora retorna à atenção pública. Estamos falando, evidentemente, dos mais de 4 milhões de brasileiros e brasileiras que vivem fora do país.

Esta diáspora brasileira, formada por emigrantes que compartilham de uma experiência migratória, relações, sentimentos, histórias e identidade comuns com sua terra natal, é bastante importante sob vários aspectos ao menos desde a década de 1980. Atualmente ela é composta de trabalhadores, estudantes, pesquisadores, empresários, artistas, empreendedores, atletas e tantos outros brasileiros e brasileiras de diferentes perfis e origens. Pessoas que anualmente levam e trazem novos conhecimentos de e para o Brasil, enviam bilhões de reais em remessas para suas famílias, empreendem e transformam suas comunidades, contribuindo para o desenvolvimento do país de diversas formas.

Atenta a isso, a OIM apresenta este diagnóstico sobre o perfil da diáspora brasileira, sua história e sua contribuição para a promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil. Comprometido com a promoção da governança migratória e da elaboração de políticas baseadas em evidências, este estudo tem como objetivo principal jogar nova luz nesta dimensão das migrações no Brasil e apontar caminhos para catalisar o potencial dos emigrantes brasileiros. Para isso, contamos com parceiros da Academia, da sociedade civil, das organizações de diáspora, dos emigrantes e do governo do Brasil.

A Agenda 2030 reconhece que a migração é um poderoso motor do desenvolvimento sustentável para os migrantes e suas comunidades. Este estudo é assim uma contribuição aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1, 8, 10 e 17, visando criar as condições necessárias para que os migrantes e as diásporas possam contribuir plenamente ao desenvolvimento sustentável. Para a OIM, ele é também uma contribuição adicional na atuação com a diáspora brasileira, promovendo uma migração humana e ordenada para o benefício de todos.

Stéphane Rostiaux

Chefe de Missão

OIM Brasil

Agradecimentos

A presente pesquisa, comissionada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), a Agência das Nações Unidas para as Migrações, foi elaborada no âmbito do Projeto “Empoderando a Diáspora Sul-americana como Agente do Desenvolvimento Sustentável”, financiado pelo Fundo de Desenvolvimento da OIM. Sua elaboração, revisão e finalização contaram com a colaboração de diversos especialistas e colaboradores, de dentro e fora da OIM e de diferentes países.

Agradecemos primeiramente à pesquisadora principal, Camila Escudero, que conduziu a revisão de literatura, entrevistas, pesquisa documental, redação e revisão do documento. Estendemos este agradecimento a Duval Fernandes e a Romerito Valeriano da Silva, pelas contribuições sobre o tema do retorno ao Brasil no Anexo 5 desta publicação.

Agradecemos também a todos os entrevistados – brasileiros emigrados, acadêmicos, especialistas, servidores públicos - que compartilharam suas experiências e conhecimentos, que constituem o núcleo desta pesquisa e sua principal contribuição para o debate público da emigração, diáspora e desenvolvimento. Em especial, gostaríamos de agradecer os parceiros que vem apoiando este projeto e cujas sugestões e comentários enriqueceram este estudo: Alanni Barbosa, Alexandre Brum, Aloysio Vasconcellos, Liliane Costa, Marco Aurélio Souza e Marcos Viana.

Agradecemos ainda os colaboradores da OIM Brasil que atuam neste projeto e no apoio a brasileiros retornados e ajudaram na revisão e fornecimento de dados e informações para este relatório: Anneli Nobre, Ester Alves, Ivan Deutsch, Júlia Tavares, Maria Laura Rolla, Marina Alves, Nerissa Farret, Radka Chobotova, Roberto Cancel e Wilbert Rivas.

Por fim, agradecemos a João Francisco Campos da Silva Pereira e toda a equipe do Ministério das Relações Exteriores, apoiadores deste projeto desde o início e que foram muito solícitos em conceder entrevista e fornecer muitos dos dados encontrados nesta publicação.

SUMÁRIO

Agradecimentos	V
Resumo Executivo	IX
1. Introdução	1
2. Brasileiros no exterior: breve retrato da evolução da emigração brasileira ao longo do tempo	3
2.1. Primeira fase: 1980 a 1989	3
2.2. Segunda fase: 1990 a 1999	5
2.3. Terceira fase: 2000 a 2009	8
2.4. Quarta fase: 2010 a 2019	14
3. Contexto atual da emigração brasileira	19
3.1. Os impactos da pandemia de COVID-19	19
4. Circulações e articulações dos emigrantes brasileiros: fragilidades e ameaças e forças e oportunidades	29
4.1. Fragilidades e ameaças	30
4.1.1. Atuação das redes de tráfico humano	30
4.1.2. População carcerária	30
4.1.3. Violência contra a mulher	33
4.1.4. Novas gerações e a questão dos idosos	34
4.1.5. Retorno	35



4.2. Forças e oportunidades	36
4.2.1. Estado, Organizações, e políticas públicas	36
4.2.2. Economia, empreendimentos e inovação	37
4.2.3. I-diáspora	38
4.2.4. Construção e circulação do conhecimento	39
5. Boas práticas	41
6. Considerações e recomendações	67
7. Anexos	69
1. Tabela Cronologia (em espanhol)	70
2. Tabela Entrevistas (em espanhol)	74
3. Tabelas I-diáspora (em espanhol)	77
4. Tabelas análise DAFO (em português)	90
5. O apoio ao retorno voluntário e à reintegração no Brasil: balanço de 2016 a 2020 (em português).....	105
8. Referências bibliográficas	123





Resumo Executivo

Esse trabalho procura expandir a compreensão dos atores-chave, como migrantes, governos, empresas e setor privado, academia e sociedade civil, sobre as barreiras e oportunidades para a participação social, econômica, cultural e política da diáspora sul-americana na região. Para isso, concentra-se nos processos de emigração contemporâneos nos últimos 50 anos, tendo como ponto de partida a década de 1970, com o objetivo de realizar um diagnóstico sobre o estado atual de participação das diásporas sul-americanas como atores de desenvolvimento sustentável e a produção de recomendações para sua potencialização.

Brasileiros no exterior: breve retrato da evolução da emigração brasileira ao longo do tempo

É consenso entre os atores da área (órgãos governamentais, da sociedade civil, pesquisadores, etc.) que o Brasil, reconhecido ao longo de sua história por ser um país de imigração – tendo a chegada dos estrangeiros contribuído para a formação da sua identidade nacional (Darcy Ribeiro, 1995; Lesser, 2001) passou a ser considerado, a partir da década de 1980, também um país de emigração. Nesta seção, para fins de sistematização, foi estabelecida uma linha temporal e cronológica, reunindo os principais marcos da evolução da emigração brasileira em fases compreendidas em décadas. Tem-se o ano de 1980, como marco inicial e o de 2019 como marco final, uma vez que, a partir de 2020, a crise sanitária causada pela COVID-19 fechou as fronteiras de praticamente todos os países, com impacto drástico não só na área da saúde, mas na economia, nas relações internacionais e no campo dos deslocamentos e mobilidades humanas.

Até a década de 1980, a temática da migração no Brasil se desenvolveu exclusivamente a partir da perspectiva de país de destino (imigração). A situação mudou com o surgimento de importantes fluxos migratórios brasileiros para fora do país em decorrência da estagnação econômica e do desemprego (fim do Regime Militar e do “milagre econômico”), associados ao aumento das facilidades de transporte e informação, num contexto emergencial de mundialização e globalização

do planeta. A importante contribuição financeira dos emigrantes, sua participação política e o impacto dos casos de discriminação contra brasileiros no exterior nesse período começam a chamar a atenção do Estado brasileiro e de outros atores, embora ainda muito incipiente.

Nessa época, praticamente inexistiam políticas públicas voltadas para emigrantes e os aspectos legais eram restritivos. Em 1980, foi sancionada a Lei nº 6.815, conhecida como “Estatuto de Estrangeiro”, elaborado durante a ditadura militar e o período de Guerra Fria. Já foi implantada com defasagem por não considerar o Brasil como um país emissor de migrantes e abordar a temática migratória como uma questão de segurança nacional e não de direitos humanos e civis, ou mesmo como um aspecto do desenvolvimento econômico.

O aspecto mais favorável dessa década inicial certamente foi o início da formação das primeiras comunidades de brasileiros no exterior. Sabe-se que esses grupos auto-organizados foram essenciais na formação de uma rede de apoio para os brasileiros no vivendo fora do país, especialmente os recém-chegados, em diversos aspectos como busca por trabalho, moradia, educação, envio de remessas, documentação e regularização do status migratório, adaptação ao novo território e à nova cultura, bem como participação social e visibilidade, além da manutenção de vínculos transnacionais identitários e afetivos.

Foi a partir dos anos 1990, com a saída de brasileiros para o exterior em fluxos consolidados e configurações de questões de ordem estrutural e social, que o Brasil passou a se desenvolver na temática da emigração. Dados da OIM (2021b) apontam que o número de emigrantes brasileiros em 1990 era de 491,4 mil e, em 1995, de 730,5 mil. As causas desse cenário seguem sendo, majoritariamente, de ordem econômica e acesso às informações favorecida pelo avanço e modernização das Tecnologias da Informação e Comunicação, mas, somam-se à crescente violência nos grandes centros urbanos brasileiros; fatores históricos e culturais relacionados à presença, no Brasil, de significativo número de descendentes de imigrantes (Faria, 2015).

No que diz respeito às políticas públicas, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) passou por uma reestruturação interna de funções e diretrizes sobre “diplomacia consular” que incorporou ações concretas para atender às necessidades dos brasileiros no exterior. Em 1992, foi solicitada a elaboração de um levantamento detalhado das populações brasileiras no exterior e, em 1995, lançado o Programa de Apoio aos Brasileiros no Exterior (Milanez, 2013), um marco para essa questão no país. No Parlamento, discutiu-se sobre a necessidade de manutenção do vínculo do Estado brasileiro com os seus cidadãos emigrados, culminando na Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994, que passou a permitir a aquisição de dupla nacionalidade pelos brasileiros.

Os motivos dessa movimentação na área de políticas públicas são múltiplos e estão relacionados à articulação dos emigrantes brasileiros no exterior e a formação de grupos e comunidades – formais ou informais – à atuação de organizações religiosas ou não na formação dessa rede de apoio, ao papel da imprensa étnica e à própria instrumentalização do tema pela política nacional, no que diz respeito às diretrizes da política externa. Além disso, de acordo com Reis (2011) e Ushijima (2012), a importância das remessas dos brasileiros no exterior foi um fator que contribuiu para a tomada de consciência e sensibilização do Estado para as demandas dos emigrantes.

A partir dos anos 2000, o Brasil começa a passar por um dos períodos mais estáveis de sua história. Vivencia a consolidação da democracia e uma fase de crescimento econômico com o país atingindo a marca de sexta maior economia do mundo em 2011. É nesse contexto que o



Brasil se tornou o segundo maior receptor de remessas do exterior na América Latina (OIM, 2010). Segundo Ushijima (2012, p. 151), foi nessa década que as remessas voltaram a ultrapassar o patamar dos US\$ 3 bilhões: em 2004, atingiu R\$ 3,6 bilhões e, de toda a série histórica (iniciada em 1975), o maior valor registrado foi de US\$ 5,1 bilhões em 2008.

De acordo com a OIM, 940 mil brasileiros viviam no exterior em 2000. Em 2005, o número era de 1,2 milhão (OIM, 2021b). Já o MRE, com base em dados consulares, registrava em 2002, a presença de 1.964.498 brasileiros no exterior; em 2007, esse número passou para 3.044.762. Porém, o próprio Ministério estimava na época que o número total poderia chegar a mais de quatro milhões de pessoas, se consideradas as com situação administrativa irregular.

Com relação às políticas públicas, foi uma época marcada por uma tentativa de aproximação entre MRE e emigrantes¹. Ainda no nível federal, destacam-se ações interministeriais, envolvendo especialmente MRE, Ministério da Justiça e Segurança Pública e Ministério do Trabalho e Emprego. Verifica-se também o aparecimento de novos atores no cenário, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE e Caixa Econômica Federal, com ações de apoio para orientar os emigrantes brasileiros no investimento de remessas no país ou na abertura de novos negócios em caso de retorno.

Com relação às comunidades de brasileiros espalhadas pelo mundo, segundo Reis (2011, p. 49), em 2009, havia “356 associações e organizações de brasileiros em 45 países, além de 216 veículos de mídia a eles dirigidos”. Nota-se uma sistematização das atividades, uma auto-organização mais formalizada, com marcos relevantes. São dessa época a Carta de Lisboa² (2002), a Carta de Boston³ (2005), Documento de Bruxelas⁴ (2007) e Documento de Barcelona⁵ (2009), que apontam necessidades e registram propostas para melhoria de vida dos emigrantes.

O Brasil vive uma nova fase de recessão econômica desde 2015 e instabilidades políticas, com o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. No nível internacional, as políticas migratórias para recepção de imigrantes ficam ainda mais rígidas. Em 2019, a OIM estimou a existência de, pelo menos, 272 milhões de migrantes internacionais no mundo, sendo o Brasil o segundo país com maior número de emigrantes residentes fora da América do Sul: 1,5 milhão (OIM, 2021b).

No plano das políticas públicas, a década apresentou avanços. Alguns decretos refletiram uma tentativa do MRE de adotar ações mais práticas na assistência a brasileiros no exterior. Um exemplo é o Decreto nº 7.214, de 2010, que começou a orientar a diplomacia consular ao estabelecer princípios e alinhamentos da política brasileira para as comunidades de brasileiros no exterior. Tal

1. Pela primeira vez é lançada pelo MRE a cartilha “Brasileiros no exterior – Informações úteis”, com linguagem acessível sobre os riscos da migração irregular e os direitos e deveres dos migrantes e suas famílias. Disponível em: www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/dh/cartilha_brasileiros_exterior.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.
2. A Carta de Lisboa é fruto do I Encontro Ibérico de Comunidades de Brasileiros no Exterior, ocorrido em maio de 2002, nas Universidade Católica de Portugal, em Lisboa. Considerada uma iniciativa pioneira, teve desdobramentos nos documentos subsequentes ao destacar não só o crescimento da emigração brasileira, como as reiteradas formas de violação dos direitos humanos sofridas pelos cidadãos brasileiros no exterior e proposição de melhorias das condições de vida dessa população. Disponível em: funag.gov.br/biblioteca/download/536-Brasileiros_no_Exterior.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.
3. Disponível em: funag.gov.br/biblioteca/download/536-Brasileiros_no_Exterior.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.
4. Disponível em: repositorio.unb.br/bitstream/10482/13766/1/2013_LiviaCasteloBrancoMarcosMilanez.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.
5. Disponível em: www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2009/06/3encontroeuropereuderasierasexterior.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.

medida, estabelecida quase 30 anos após o início da emigração brasileira, é considerada o marco oficial da política migratória abrangente voltada para os seus emigrantes (Amaral et al., 2017).

No entanto, uma das ações mais relevante nessa área na década talvez tenha sido a aprovação, em 2017, da Nova Lei de Imigração (lei nº 13.445), que substituiu o Estatuto do Estrangeiro, em vigor desde 1980. A nova lei, menos restritiva que a anterior e com um foco maior na questão dos Direitos Humanos, tem um capítulo voltado aos emigrantes e “trata das migrações como tema integrado e sob a ótica de um país de trânsito, origem e destino, como é atualmente o Brasil” (Amaral et al., 2017, p. 259-259).

Outra ação significativa desse período foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pela primeira vez na história dos censos demográficos nacionais, foi incluído um bloco de perguntas a fim de que se conhecer o perfil do brasileiro emigrado. O resultado revelou a existência de 491.645 emigrantes. A maioria era mulheres (264.695, contra 226.548 de homens) e 60% desse total tinham idades entre 20 e 34 anos (IBGE, 2010). De acordo com a OIM, existiam 1,5 milhão de brasileiros no exterior em 2010 e 2015 (OIM, 2021b).

No plano econômico, em 2015, foram enviados US\$ 2,46 bilhões em remessas, o patamar mais alto em quatro anos. De abril de 2019 a abril de 2020, os dados apontam para US\$ 3,098 bilhões. Entre os países dos quais os brasileiros mais enviaram dinheiro ao Brasil em 2019 estão os Estados Unidos (US\$ 1,46 bilhão), Reino Unido (US\$ 444 milhões), Portugal (US\$ 243 milhões), Espanha (US\$ 109 milhões), Suíça (US\$ 106 milhões) e Japão (US\$ 103 milhões).

Contexto atual da emigração brasileira

A crise econômica enfrentada pelo Brasil foi agravada drasticamente a partir de março de 2020, pelo início da pandemia de COVID-19, a qual atingiu todos os países do mundo e impacta diretamente a mobilidade de emigrados. No plano internacional, o fechamento das fronteiras e o aumento das restrições praticamente zeraram a chegada de novos brasileiros ao exterior, tendo impacto inclusive no crescimento e diversidade das comunidades. Uma pesquisa do MRE de 2020 mostra que existem 4.215.800 brasileiros no exterior⁶.

6. Acredita-se que o número de brasileiros no exterior seja muito maior que as estimativas do MRE. Isso porque o cálculo é feito baseado em atendimentos prestados pela rede consular e computados pelos responsáveis por esses atendimentos. Além disso, sabe-se que, não necessariamente, o emigrante mantém no país de destino alguma relação com os postos oficiais, salvo necessidades específicas em termos de documentação, iniciativas individuais de registro da carteira consular e/ou participação em eventos de ordem social ou cultural, por exemplo, quando realizados.

**TABELA 4****Número de brasileiros por Continente/Região (2020)**

Continente/Região	Número (estimado)	%
África	26.506	0,63
América Central e Caribe	9.681	0,23
América do Norte	1.941.950	46,06
América do Sul	589.737	13,99
Ásia	227.864	5,41
Europa	1.300.525	30,85
Oceania	63.273	1,50
Oriente Médio	56.264	1,33
Total	4.215.800	100

Fonte: MRE (2021c, p.2).

TABELA 5**Evolução do número de brasileiros no exterior ao longo do tempo**

ANO	Número (ESTIMADO)
2009	3.180.074
2010	3.122.813
2012	1.898.762
2013	2.801.249
2014	3.105.922
2015	2.722.316
2016	3.083.255
2018	3.590.022
2020	4.215.800

Fonte: MRE (2021c, p.4).

TABELA 6**Número de brasileiros por países (2020)⁷**

ANO	Número (ESTIMADO)
Estados Unidos	1.775.000
Portugal	276.200
Paraguai	240.000
Reino Unido	220.000
Japão	211.138
Itália	161.000

Fonte: Autoria da OIM com dados do MRE (2021c).

7. Países com 500 brasileiros ou mais, o que representa 4.189.342 pessoas (99,37% da quantidade total estimada).

Quanto ao perfil da população emigrante brasileira atual, este é heterogêneo e muito relacionado às condições sociais e econômicas vividas pelo Brasil, hoje, e características do país de destino como, por exemplo, a legislação para regularização do imigrante e vínculos históricos ou sociais. A questão do trabalho e a busca por melhores condições de vida ainda são os fatores predominantes de motivação da emigração. Além disso, as condições financeiras para o deslocamento e o cumprimento das exigências legais para a entrada e fixação no país de destino se mostram determinantes, não só para moldar o perfil da comunidade brasileira no exterior, mas para a compreensão das suas necessidades.

No que se refere aos impactos da COVID-19 na população de emigrantes brasileiros, acredita-se que a situação não difere muito da enfrentada pela população no Brasil, porém, intensificada em alguns aspectos, especialmente pela situação de vulnerabilidade a que parte dos sujeitos está submetida, configurada pela falta de rede de apoio e de acesso a sistemas de saúde públicos e gratuitos. De acordo com dados do programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração da OIM, nota-se um aumento de mais de 50% no número de retornos realizados pelo projeto para o Brasil entre 2019 (total de 801) e 2020 (total de 1.249) – alta atribuída à pandemia e seus efeitos socioeconômicos nos países de destino desses migrantes (OIM, 2021c).

No que diz respeito às remessas de emigrantes, o Banco Mundial estimou, inicialmente, que elas deveriam sofrer uma queda no mundo de até 14% até 2021 (Banco Mundial, 2020). No entanto, tais estimativas não se confirmaram. No Brasil – país que registrou contração econômica de 4,1% em 2020 (Banco Mundial, 2021) – as remessas do exterior bateram recorde no primeiro semestre de 2021, somando US\$ 1,89 bilhão, de acordo com dados do Banco Central. A forte desvalorização do real frente ao dólar e ao euro, os programas de transferência de renda adotados em resposta à crise pelos países e “um esforço desproporcional dos emigrantes para sustentar suas famílias no local de origem” e tirá-las de situação de extrema pobreza são apontados como fatores de impulsão desses recursos (Banco Mundial, 2021, p. 25).

Circulação e articulação dos emigrantes brasileiros: fragilidades e ameaças & forças e oportunidades

A evolução no perfil dos fluxos migratórios ao longo das décadas e os atuais contextos vividos pelos emigrantes brasileiros mostram o quão dinâmicos e constantes são os processos migratórios, bem como sua inscrição em dinâmica global e transnacional. De certa maneira, o cotidiano vivido pelo brasileiro em outro país se assemelha ao do cidadão no Brasil, mas com duas diferenças principais: 1) de ordem identitária – independentemente do tempo de permanência no país de acolhimento e de eventual projeto de retorno, ele dificilmente será considerado um cidadão local daquele país (ainda que esteja em situação legal regular); por outro lado, ele não será considerado mais brasileiro porque o binômio tempo-espço vivido – alicerce da subjetividade – não é o do país de origem (Sayad, 1988; Kristeva, 1994); 2) as dificuldades no país de destino são potencializadas pela falta de uma rede de apoio, principalmente familiar, e desconhecimento de aspectos legislativos, jurídicos, sociais e culturais.



Assim, entre tantas circulações e articulações da comunidade brasileira pelo mundo verificadas atualmente, a pesquisa contempla, com base no material coletado nas entrevistas e sondagem realizadas, dois aspectos, um negativo e outro positivo, ligados às características da migração de brasileiros. Num primeiro momento, são indicadas as fragilidades e ameaças enfrentadas por esses compatriotas e, em seguida, e forças e oportunidades de ação.

As fragilidades e ameaças identificadas foram: a atuação das redes de tráfico de forma estruturada e transnacional; a população brasileira encarcerada e legislações restritivas no que diz respeito à manutenção do preso; a violência contra a mulher, intensificada em contexto de migração; as questões identitárias com as novas gerações e acesso a benefícios previdenciários para idosos; e as dificuldades relacionadas ao retorno.

Por outro lado, as potencialidades e oportunidades de ação destacadas foram: trabalho conjunto de organizações e Estado para o avanço de políticas públicas no tema de emigrados; economia, empreendimentos e inovação principalmente com as remessas financeiras enviadas pela comunidade brasileira no exterior; I-diáspora e a circulação e troca em grupos nas redes sociais; construção e circulação do conhecimento.

Considerações finais

A mobilidade humana é indissociável do desenvolvimento sustentável. Em uma relação complexa, são as movimentações de pessoas pelo mundo que trazem referências transversais para se pensar contribuições positivas para resiliência e inclusão social das pessoas. No caso do Brasil, as condições sociais e econômicas vividas pelo país e as características dos territórios de destino (legislação para regularização do imigrante e vínculos históricos ou sociais, por exemplo) se mostraram determinantes não só na tentativa de construção do perfil da comunidade brasileira no exterior, mas para entender suas necessidades. Nesse sentido:

1. Uma das primeiras questões que aparece quando abordamos a situação de brasileiros no exterior, sem dúvida, é o acesso aos recursos para uma emigração segura, ordenada e regular, além da necessidade de planejamento prévio, seja na ocasião da ida, seja em um eventual retorno. Não se trata de dizer “não migre” ou proibir a viagem, mas de contribuir para que o deslocamento seja uma opção e não uma necessidade, e seja realizado com os recursos necessários para enfrentar conjunturas adversas, como pobreza extrema, conflitos e insegurança, governança inadequada, entre outros aspectos que acabam por ter impactos reais e concretos na situação de vulnerabilidade do emigrante, na forma de falta de assistência, de oportunidades de empregos, de disparidades de gênero, de marginalização e xenofobia, etc.
2. A capacidade em dar respostas bem-sucedidas às questões das fragilidades e ameaças referentes à emigração de brasileiros depende de esforço conjunto entre Estado e sociedade civil, de maneira integrada e institucionalizada. Significa dizer que:
 - O Estado brasileiro tem papel fundamental na liderança e articulação de aspectos macro (como acordos internacionais e marcos políticos nacionais e regionais) e micro, ao

estabelecer e direcionar as ações estratégicas da rede consular responsável, em última instância, pelo contato com o brasileiro no exterior. Ao mesmo tempo, há uma abertura para descentralização da questão em outros níveis (estados e municípios), desde que haja um olhar atento para as demandas, direcionado, inclusive, para possibilidades de desenvolvimento local. Soma-se a isso a importância da atuação dos poderes Legislativo e Judiciário (atores ainda incipientes na temática), bem como o de organismos internacionais.

- As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) se mostram relevantes atores da linha de frente com articulações capazes de dar respostas imediatas aos mais diversos problemas enfrentados pelos brasileiros no exterior, devido, principalmente, a sua expertise, proximidade e diversidade. No entanto, não é possível pensar o papel dessas organizações sem levar em consideração as múltiplas relações travadas com o aparato estatal, seja do Brasil, seja do país de destino dos emigrantes, onde a maioria se localiza. Assim, o potencial dessas OSCs pode fomentar formas de aprimoramento dos arranjos de execução das políticas públicas, visando alcançar objetivos e resultados previstos no escopo da temática emigratória, com foco, também, no desenvolvimento nacional.
 - Há necessidade de aprofundamento nos estudos da temática da emigração brasileira, bem como urgência de mapeamentos de dados, quantitativos e qualitativos, que registrem e reflitam a realidade vivida por essas pessoas. Nesse sentido, a academia e seus pesquisadores – desde que apoiados e com projetos direcionados – têm condições de assumir um protagonismo na produção de esforços inovadores, tanto no desenvolvimento de tecnologias para a produção de informações, como na reflexão sobre os dados produzidos.
3. Na perspectiva das forças e potencialidades, é preciso uma mudança de visão, no sentido de deixar de considerar rupturas e processos migratórios como anomalias sociais. A partir do momento em que as comunidades de brasileiros no exterior passam a ser vistas como extensão cultural e econômica do país, a emigração se mostra tanto uma estratégia para o desenvolvimento, quanto um resultado do próprio desenvolvimento. Nesse sentido, a agenda 2030 da ONU pode indicar caminhos para o futuro, de maneira prática e em diferentes níveis interdependentes.
 4. Por fim, mas não menos importante, é preciso dizer que a pandemia de COVID-19 enfrentada pelo mundo expôs as fragilidades estruturais dos países. As populações vulneráveis – e delas fazem parte, também, os emigrantes – foram as mais atingidas, não só no que diz respeito a questões sanitárias e de saúde, como no aprofundamento das desigualdades preexistentes, seja no aspecto econômico, como a perda de renda ou de emprego, seja no aspecto social, como questões relacionadas à desigualdade de gênero. Uma vez que a crise parece estar próxima do fim, espera-se a descontinuidade de práticas habituais, direcionadas, por exemplo, pelos marcos estabelecidos pela ONU como resposta imediata à pandemia, no que se refere aos cuidados com a saúde, proteção de pessoas, recuperação econômica, colaboração multilateral e coesão social e fortalecimento comunitário.



Introdução

O projeto “Empoderando a diáspora sul-americana como agente de desenvolvimento sustentável”, financiado pelo Fundo da OIM para o Desenvolvimento, foi implementado pelo Escritório Regional da OIM para a América do Sul, com sede em Buenos Aires. A pesquisa, de abordagem qualitativa, tem como finalidade melhorar a compreensão dos atores-chave (como governo, empresas e setor privado, academia, sociedade civil, mulheres emigrantes, etc.) sobre as barreiras e oportunidades para a participação social, econômica, cultural e política da diáspora na região.

Trata-se, especificamente, de elaborar um diagnóstico sobre o estado atual de participação das diásporas sul-americanas como atores de desenvolvimento sustentável e a produção de recomendações para sua potencialização, tendo em conta que mais de dez milhões de emigrantes vivem fora da região, segundo dados da OIM (OIM, 2021a), cujos aportes são centrais dadas as condições da região, agravadas pela pandemia de COVID-19.

O presente documento contempla os resultados da pesquisa implementada no Brasil, um dos sete países sul-americanos envolvidos no projeto (Estado Plurinacional da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai). Do ponto de vista metodológico, procuramos enfatizar um processo inclusivo e participativo, envolvendo todos os protagonistas, baseado na confiança e responsabilidade recíproca, compartilhando insumos e ferramentas, mas, também, as dificuldades e obstáculos encontrados. A investigação no Brasil foi realizada entre mayo e octubre de 2021¹, e compreendeu o seguinte plano de trabalho, comum aos sete países:

- 1.** Revisão da literatura temática sobre emigração brasileira (identificação, compilação e classificação de arquivos, documentos, teses, dissertações, livros, artigos, marcos jurídicos e legais, entre outras fontes de registro).

1. Esta pesquisa foi realizada no Brasil pela pesquisadora doutora Camila Escudero, contratada como consultora de pesquisa pela OIM-Brasil especialmente para este trabalho. Está inserida e supervisionada por uma equipe de responsáveis da diretoria regional OIM/Buenos Aires (Maria Laura e Roberto Cancel) associada aos escritórios nacionais (responsável Guilherme Otero, no caso do Brasil). A coordenação geral é da investigadora principal Fernanda Mora.

2. Mapeamento dos atores: estabelecimento de uma amostra fundamentada em categorias de atores-chave (governo, setor privado, academia, sociedade civil, empresários e em particular mulheres emigrantes) para elaboração de uma lista definitiva de pessoas a serem entrevistadas e sondadas.
3. Realização, compilação e tratamento de 20 entrevistas, baseadas na técnica de entrevista em profundidade (Minayo, 2010).
4. Disseminação de uma sondagem a ser respondida (via formulário virtual) por 100 pessoas, especialmente brasileiros residentes no exterior, e em particular mulheres.
5. Elaboração de uma cartografia da comunidade brasileira diaspórica contemporânea, física e virtual (as chamadas i-diásporas), permitindo a visualização da implantação quantitativa das comunidades de brasileiros no mundo.
6. Elaboração da análise DAFO baseada em uma matriz DAFO comum de resultados².
7. Redação prévia do informe nacional, com conteúdo discutido e apresentado em oficinas de validação compostas por atores-chave envolvidos na temática (descritos no ponto 2).
8. Redação e entrega da versão final.

A pesquisa se concentra no estudo dos processos de emigração contemporâneos nos últimos 50 anos, tendo como ponto de partida a década de 1970. Assim, este relatório está dividido em 5 partes principais, além desta introdução: evolução histórica da emigração brasileira; estado atual da configuração da comunidade brasileira no exterior; circulações e articulações: fragilidades, ameaças, forças e oportunidades; repertório de boas práticas; recomendações e conclusões.

Uma última observação se refere ao uso do termo “diáspora”. Apesar de estar contemplado na proposta metodológica da pesquisa, neste relatório brasileiro, optamos por utilizar, preferencialmente, o termo “comunidade de emigrantes”, por ser mais usual e de conhecimento comum no Brasil. Trata-se, apenas, de uma pequena modificação de aspecto linguístico, que, para fins desta pesquisa não impacta em modificações conceituais, ou seja, temos em conta que tanto diáspora como comunidade de emigrantes seguem a definição proposta pela OIM (OIM, 2019): “o conjunto de migrantes ou descendentes de migrantes cuja identidade e sentimento de pertencimento, sejam reais ou simbólicos, derivam de sua experiência e seus antecedentes migratórios. Os membros da diáspora (ou das comunidades de emigrantes) mantêm vínculos com seus países de origem, entre eles, a partir de uma história e uma identidade compartilhada ou de experiências comuns no país de destino”. Consideramos, então, que ambos os termos implicam uma identidade auto-atribuída, uma comunidade transnacional, uma cultura emergente e dinâmica, bem como um conjunto de indivíduos de diferentes perfis e interesses (OIM Regional Buenos Aires, 2021, p. 3).

2. Nessa área, identificamos as diferentes categorias de atores que devemos levar em conta no que diz respeito ao nosso tema de pesquisa, e analisamos cada categoria em termos de forças, fraquezas, oportunidades e riscos, para a formulação de recomendações. Trata-se de visualizar o impacto e o grau de influência dos migrantes: do sistema político (governo e oposição), da academia (pesquisadores em diásporas e desenvolvimento), agências de cooperação e desenvolvimento, empresários, organizações da sociedade civil, líderes de opinião, mulheres e jovens migrantes... (OIM Regional Buenos Aires, 2021, p. 9).



2

Brasileiros no exterior: breve retrato da evolução da emigração brasileira ao longo do tempo

É consenso entre os atores da área (órgãos governamentais, da sociedade civil, pesquisadores, etc.) que o Brasil, reconhecido ao longo de sua história por ser um país de imigração – tendo a chegada dos estrangeiros contribuído para a formação da sua identidade nacional (Darcy Ribeiro, 1995; Lesser, 2001) passou a ser considerado, a partir da década de 1980, também um país de emigração. Para fins de sistematização, procuramos aqui estabelecer uma linha temporal, e cronológica, reunindo os principais marcos da evolução da emigração brasileira em fases compreendidas em décadas. Tem-se o ano de 1980, como marco inicial e o de 2019 como marco final, uma vez que, a partir de 2020, a crise sanitária causada pela COVID-19 fechou as fronteiras de praticamente todos os países, com impacto drástico não só na área da saúde, mas na economia, nas relações internacionais e no campo dos deslocamentos e mobilidades humanas – portanto, esse retrato será construído no próximo item deste relatório (item 3), que trata do estado atual da configuração da comunidade brasileira no exterior.

2.1. Primeira fase: 1980 a 1989

Até a década de 1980, a temática da migração no Brasil se desenvolveu exclusivamente a partir da perspectiva de país de destino (imigração). A situação mudou com o surgimento, justamente a partir de 1980, de importantes fluxos migratórios brasileiros para fora do país em decorrência da estagnação econômica e do desemprego (fim do Regime Militar e do “milagre econômico”, que não ocorreu), associados ao aumento das facilidades de transporte e informação, num contexto emergencial de mundialização e globalização do planeta.

O ponto de partida da emigração brasileira é estabelecido na década de 1970, quando os chamados “brasiguaios” cruzaram as fronteiras do vizinho Paraguai em busca de terras, impulsionados por incentivos do governo paraguaio. Essa emigração, porém, permaneceu “invisível” para o Estado brasileiro (Sprandel, 2010).

Em 1980, ano considerado para a “mudança de rumo”³, estimativas do antigo Departamento de Aviação Civil (DAC), informam que quatro mil pessoas embarcaram no exterior em aeroportos brasileiros, sem retornar ao país. Os principais destinos foram Estados Unidos e Portugal e, posteriormente, Japão. Já Firmeza (2007), citando o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração de 2006, aponta que: “entre 1985 e 1987, saíram do país cerca de 1,2 milhão de brasileiros” (Firmeza, 2007).

A importante contribuição financeira dos emigrantes, sua participação política (exemplo dos exilados no regime militar) e o impacto dos casos de discriminação contra brasileiros no exterior nesse período começam a chamar a atenção do Estado brasileiro e de outros atores, embora ainda muito incipiente. Além disso, é iniciado no Brasil o processo de retorno à democracia e transição pós-ditatorial, com o governo José Sarney, e a realização da primeira eleição direta para presidente desde a década de 1960, em 1989. Os brasileiros que partiram para o exterior nesse período são em sua maioria da classe média urbana (ibid.).

Nessa época, praticamente inexistiam políticas públicas voltadas para emigrantes e os aspectos legais eram restritivos. Em 1980, foi sancionada a Lei nº 6.815, conhecida como “Estatuto de Estrangeiro”, elaborado durante a ditadura militar e o período de Guerra Fria. Já foi implantada com defasagem por não considerar o Brasil como um país emissor de migrantes e abordar a temática migratória como uma questão de segurança nacional e não de direitos humanos e civis, ou mesmo como um aspecto do desenvolvimento econômico. Um aspecto positivo do Estatuto foi a determinação da criação do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) que, como veremos mais adiante, foi um ator importante – em anos posteriores – junto aos brasileiros no exterior. Vigorou até 2017, quando foi sancionada a Lei nº 13.445, conhecida como “Nova Lei de Migração”, que o substituiu.

Outro aspecto de restrição foi a própria Constituição Brasileira implantada em 1988. Apesar de ser considerada uma das mais avançadas do mundo em relação à garantia de direitos civis, previa em seu artigo 12, que a prática de atividade nociva ao interesse nacional e a aquisição voluntária de nacionalidade estrangeira derivada eram fator determinantes para a perda da nacionalidade brasileira. Tal medida vigorou até 1994.

No âmbito dos estudos e pesquisas dessa época, a produção se mostra bastante restrita. Faria (2012) considera pioneiros os trabalhos de Barros, de 1986⁴, e Cheibub, de 1985 e 1989⁵, sobre as estruturas dinâmicas organizacionais do Ministério das Relações Exteriores (MRE) – Itamaraty, ator central na produção de política externa brasileira nas relações internacionais. Porém, sobre “as comunidades emigradas, até meados da década de 1990, o MRE limitava-se, em grande medida, à prestação de serviços de assistência e proteção consular” (Firmeza, 2007, p. 210). Nos anos 1980,

3. O relatório World Economic and Social Survey, divulgado pela ONU em 2004, reforça que desde o primeiro quinquênio dos anos 1980, o Brasil começa a ter saldos migratórios constantemente negativos, característica que lhe dá, atualmente, a classificação de “país de emigração” (ONU, 2004, p. 36).

4. Barros, Alexandre de S. C. A formulação e implementação da política externa brasileira: o Itamaraty e os novos atores. In: Muñoz, H. e J. Tulchin (Ed.). A América Latina e a política mundial. São Paulo: Convívio, 1986. p. 29-42.

5. Cheibub, Zairo B. Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. Dados, v. 28, n. 1, 1985. Cheibub, Zairo B. A carreira diplomática no Brasil: o processo de burocratização do Itamaraty. Revista de Administração Pública, v. 23, n. 2, p. 97-128, 1989.

“os relatórios consulares passaram a apontar aumento nas solicitações dos serviços cartoriais, bem como nos pedidos de assistência jurídica para tratar de assuntos nos países de destino (Milanez, 2013, p. 30).

Há que se destacar aqui o papel da área da Educação. Desde a composição do Ministério da Educação, e o surgimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, ainda em 1951, o Brasil registrou esforços na formação de pesquisadores de alto nível em ambiente internacional, no plano da pós-graduação, implantado no país oficialmente em 1965. Até 1985 mais de 40% dos doutores brasileiros tinham obtido seu título no exterior (Vargas, 2017), o que implica no estímulo e apoio à ida desses pesquisadores a outros países.

O aspecto mais positivo dessa década inicial certamente foi o início da formação das primeiras comunidades de brasileiros no exterior. Até hoje o assunto ainda carece de um conhecimento mais profundo. No entanto, sabe-se que esses grupos auto-organizados foram essenciais na formação de uma rede de apoio para os brasileiros no exterior, especialmente os recém-chegados, em diversos aspectos: busca por trabalho, moradia, educação, etc., questões de remessas, documentação e regularização do status migratório, adaptação ao novo território e à nova cultura, bem como participação social e visibilidade, além da manutenção de vínculos transnacionais identitários e afetivos.

Há de se perceber o caráter, ainda incipiente nessa época, mas, desenvolvido ao longo do tempo, de formas de inovação desses grupos e coletivos em diversas áreas, para além do assistencialismo. No âmbito econômico, iniciam-se os pequenos negócios informais destinados à importação de produtos brasileiros (alimentos e roupas, principalmente) e prestação de serviços técnicos. No campo da Comunicação, começam a surgir os primeiros jornais destinados aos brasileiros no exterior. Escritos em português e com circulação intra-comunidade, esses veículos se mostraram relevantes na troca de informações (locais e referentes ao Brasil), no alavancamento de novos negócios e atividades a partir de conteúdos publicitários, e, em última instância, na união dos envolvidos e na celebração das origens (Escudero, 2007).

2.2. Segunda fase: 1990 a 1999

Foi a partir dos anos 1990, com a saída de brasileiros para o exterior em fluxos consolidados e configurações de questões de ordem estrutural e social, que o Brasil passou a se desenvolver na temática da emigração. Nas palavras de Brum (2018, p. 68), percebeu-se, nessa época, que “a emigração tinha vindo para ficar” e, de acordo com Gradilone (2009, p. 3), que “o brasileiro já aparece como um migrante global”. Estimativas da OIM (2021b) apontam que o número de emigrantes brasileiros em 1990 era de 491,4 mil e, em 1995, de 730,5 mil.

As causas desse cenário seguem sendo, majoritariamente, de ordem econômica e acesso às informações favorecida pelo avanço e modernização das TICs, mas, somam-se a crescente violência nos grandes centros urbanos brasileiros; fatores históricos e culturais relacionados à presença, no Brasil, de significativo número de descendentes de imigrantes, sobretudo de europeus (portugueses, italianos e espanhóis) e japoneses (os chamados *dekasseguis*); e exploração de terras no caso de países vizinhos – Paraguai e Estado Plurinacional da Bolívia, principalmente (Faria, 2015).



Há ainda que se levar em consideração a situação política e econômica do Brasil. Em 1994 a implantação do Plano Real trouxe estabilidade econômica e política ao país, contribuindo para um cenário democrático mais estável e a definitiva inserção brasileira na economia global e de negócios transnacionais (Mercosul, por exemplo), além de atuação mais intensa de organismos internacionais sobre a temática emigratória (Nações Unidas, OEA, etc.). Outro diferencial dessa década em relação à anterior, é o início da ênfase de emigração de mulheres (Milanez, 2013, p. 72).

No que diz respeito às políticas públicas, talvez possamos encontrar aqui um dos principais avanços da década. O MRE passou por uma reestruturação interna de funções e diretrizes sobre “diplomacia consular” que incorporou ações concretas para atender às necessidades dos brasileiros no exterior. Em 1992, foi solicitada a elaboração de um levantamento detalhado das populações brasileiras no exterior e, em 1995, lançado o Programa de Apoio aos Brasileiros no Exterior (MILANEZ, 2013), um marco para essa questão no país. Chegou a ser implantado na época o Núcleo de Assistência a Brasileiros (NAB), um *call center* em regime de plantão para atender a chamadas de brasileiros em todo o mundo (Maia, 2009). É desse período também o surgimento dos “Consulados Itinerantes”, missões realizadas pela rede consular em cidades e regiões distantes de suas sedes, destinadas à prestação de serviços consulares às comunidades brasileiras no exterior.

Outra questão na área de políticas públicas foi o envolvimento do Parlamento, ator relativamente pouco atuante até então. Nessa esfera, discutiu-se sobre a necessidade de manutenção do vínculo do Estado brasileiro com os seus cidadãos emigrados, culminando na Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994, que passou a permitir a aquisição de dupla nacionalidade pelos brasileiros. Por outro lado, o texto da emenda suprimiu, de maneira inexplicável segundo Amaral et al., (2017), a possibilidade de registro nas repartições consulares e diplomáticas dos filhos de brasileiros nascidos no exterior. A questão ficou conhecida como “Brasileirinhos apátridas” e só foi resolvida em 2007.

Os motivos dessa movimentação na área de políticas públicas são múltiplos e estão relacionados à articulação dos emigrantes brasileiros no exterior e a formação de grupos e comunidades – formais ou informais – à atuação de organizações religiosas ou não na formação dessa rede de apoio, ao papel da imprensa étnica e à própria instrumentalização do tema pela política nacional, no que diz respeito às diretrizes da política externa. Além disso, de acordo com Reis (2011) e Ushijima (2012), a importância das remessas dos brasileiros no exterior foi um fator que contribuiu para a tomada de consciência e sensibilização do Estado para as demandas dos emigrantes. A última autora chega a apontar, inclusive, que “os picos de recebimento de remessas coincidem com alguns marcos da ação do Estado brasileiro para os emigrantes”. Em 1992, quando as remessas atingiram US\$ 1,8 bilhão, o Brasil ressaltou na Comissão de Aperfeiçoamento da Organização e das Práticas Administrativas (CAOPA) a necessidade de dar mais atenção aos brasileiros no exterior. Já em 1995, quando foi lançado o Programa de Apoio aos Brasileiros no Exterior, as remessas atingiram US\$ 3,3 bilhões (Ushijima, 2012, p. 107).

Por fim, outra ação importante desta fase é o levantamento periódico do número de detentos brasileiros no exterior, questão importante ainda nos dias de hoje. Em 1995, levantamento junto à rede consular, revelou o número de 900 brasileiros encarcerados (Firmeza, 2007).



Paralelamente a isso, é preciso considerar, também, o início da preocupação com a temática da emigração nos tratados internacionais. Em 1990, a ONU publicou a Convenção Internacional sobre a proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes e membros das suas famílias – que atinge os migrantes de todo o planeta. Em 1996, a Organização dos Estados Americanos (OEA) criou uma relatoria para tal Convenção com os objetivos de apresentar recomendações específicas aos Estados membros sobre matérias relacionadas previstas no documento. Houve discussão dessa questão já na primeira Cúpula das Américas, realizada em Miami, em 1994 (Firmeza, 2007). O documento entrou em vigor só em 2003, após a ratificação por 20 Estados, sendo que, no Brasil, a ratificação do documento está atualmente em discussão no Congresso Nacional. É dessa época, também, a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CIPD), considerada um marco histórico, sendo o primeiro encontro global no qual todos os aspectos da vida humana foram abordados de forma abrangente, incluindo a temática migratória⁶.

Ainda no cenário internacional, Feldman-Bianco (2016) chama a atenção para as políticas restritivas dos Estados Unidos e Europa que acabam por impactar a emigração brasileira. A autora cita como exemplo o caso de Portugal que, em 1991, aderiu ao Tratado de Schengen⁷ e, em 1992, promulgou uma Nova Lei de Estrangeiros – ações que “levaram a um aumento de fiscalização nos aeroportos portugueses e, logo no início de 1993, às deportações de brasileiros” (Feldman-Bianco, 2016, p. 48). Além disso, o atentado a bomba de Oklahoma, nos Estados Unidos, em 1996, segundo a autora, teria dado origem ao imaginário social de associação de migrantes e terrorismo, quadro intensificado em 2001, com os ataques de 11 de septiembre.

Na área de estudos e pesquisas acadêmicas, os trabalhos sobre a emigração brasileira começam a ser publicados e sistematizados. São reconhecidos como pioneiros os estudos de Sales (1991; 1992; 1995), sobre brasileiros nos Estados Unidos, e de Patarra (1996; 1997), considerados primeiros marcos de discussão da migração internacional no Brasil. Os estudos migratórios, categoria na qual a temática está inserida – originários das áreas da Economia e Demografia – passam a ocupar outras áreas do conhecimento, já desenhando sua característica interdisciplinar. Além disso, começa a ser estruturada, no país, as Relações Internacionais como campo do conhecimento – na qual está concentrada parte dos estudos migratórios, especialmente, relacionada a políticas públicas para o emigrante (Milanez, 2013, p. 26).

Outro ponto diz respeito à política de apoio da Capes (Ministério da Educação) na concessão de bolsas de estudos no exterior para cursos de Doutorado. Em 1991, o órgão cria a modalidade Doutorado Sanduíche, na qual o aluno de universidades brasileiras cursa parte do doutorado em universidade estrangeira. Ao lado da bolsa de modalidade Doutorado Pleno (todo o doutorado é cursado no exterior), tem-se os números:

6. O evento foi realizado no Cairo, Egito, de 5 a 13 de septiembre de 1994 e reuniu 179 países. O relatório completo está disponível em: brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/relatorio-cairo.pdf. Acesso em: 14 dez. 2021.

7. Acordo entre países europeus sobre uma política de abertura de fronteiras e livre circulação de pessoas entre os países participantes.

TABELA 1**Quantidade de bolsas concedidas para brasileiros estudarem no exterior (nível doutorado)**

Ano	Doutorado Pleno	Doutorado Sanduíche
1996	1279	154
1997	1456	235
1998	1088	392
1999	1088	499
2000	1012	661
2001	931	710
2002	893	836
2003	966	962
2004	939	1013
2005	943	1296
2006	925	1526
2007	905	1489
2008	715	1548
2009	654	1677
2010	577	1890
2011	514	2308
2012	630	3217
2013	1310	3949
2014	2243	5111
2015	2492	5236

Fonte: Vargas (2017, p. 32) a partir de dados da Capes.

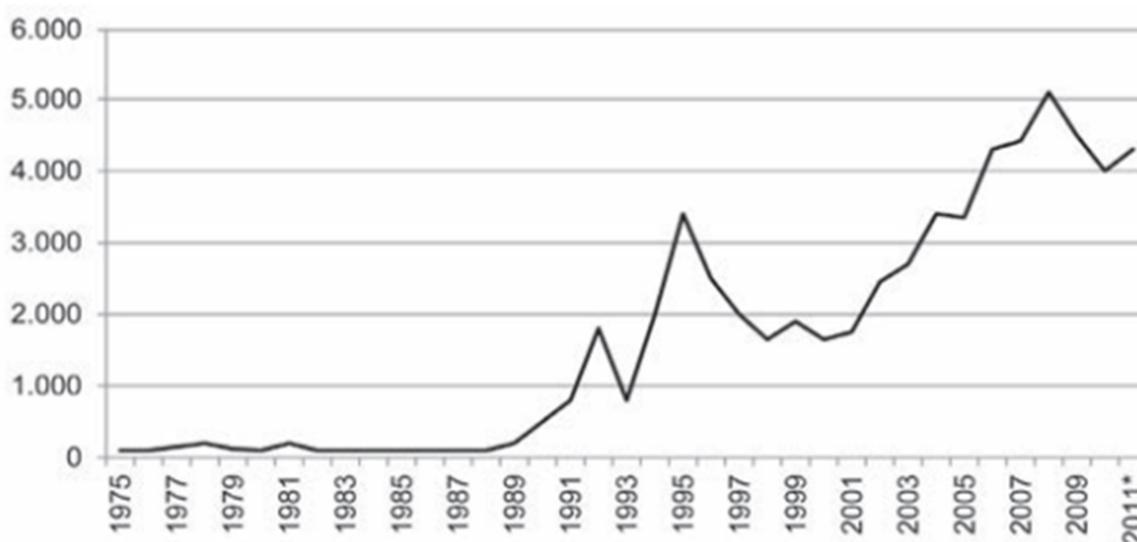
Com relação às comunidades de brasileiros no exterior, os grupos e coletivos começam a se estruturar em OSCs (as conhecidas Organizações Não-Governamentais – ONGs) e a buscar a formalização de suas atividades. Verifica-se uma aproximação, ainda que de forma tímida, com a rede consular, para o apoio de eventos coletivos e de caráter cultural, ação embrionária para o estreitamento de relações da comunidade brasileira com o MRE. Nesse sentido, começam a ser reveladas e conhecidas a dimensão e a diversidade das comunidades de brasileiros no exterior, por suas ações, demandas e necessidades de todo gênero, bem como por sua importância como extensão cultural e econômica do país (Gradilone, 2009).

2.3. Terceira fase: 2000 a 2009

A partir dos anos 2000, o Brasil começa a passar por um dos períodos mais estáveis de sua história. Vivencia a consolidação da democracia – com os governos de Fernando Henrique Cardoso (1994–2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003 a 2010) – e uma fase de crescimento econômico com o país atingindo a marca de sexta maior economia do mundo em 2011, com um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 4,143 trilhões (IBGE, 2021). É nesse contexto que o Brasil se tornou o segundo maior receptor de remessas do exterior na América Latina, perdendo apenas para o México (OIM, 2010). Segundo Ushijima (2012, p. 151), foi nessa década que as remessas voltaram a ultrapassar o patamar dos US\$ 3 bilhões: em 2004, atingiu R\$ 3,6 bilhões e, de toda a série histórica (iniciada em 1975), o maior valor registrado foi de US\$ 5,1 bilhões em 2008.

GRÁFICO 1

Fluxos de remessas para o Brasil (em US\$ bilhões)



Fonte: Ushijima, 2012, p. 152. Estimativas do Banco Mundial sobre o fluxo de remessas para o Brasil (1975 a 2011).



Também digno de nota é o fato de a questão emigratória brasileira ter alcançado repercussão, em razão de casos de discriminação contra brasileiros no exterior, como o assassinato em 2005 do brasileiro Jean Charles de Menezes⁸, na Inglaterra; e a sucessiva retenção de brasileiros em aeroportos espanhóis, em 2008 (conhecida como “Crise dos inadmitidos”⁹); e a intensificação das deportações de brasileiros pelos Estados Unidos. Somam-se a isso as restrições à imigração em todo mundo, a partir dos ataques de 11 de septiembre de 2001.

Muito por conta desse cenário, os organismos internacionais passam a centralizar os debates sobre políticas migratórias. Firmeza (2007) considera que a temática é “pulverizada” em diversos órgãos da ONU, como o Escritório do Alto Comissariado para Direitos Humanos (OHCHR), o Fundo das Nações Unidas para População (UNFPA), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Escritório das Nações Unidas para Combate ao Crime e às Drogas (UNODC), a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Alto Comissariado para Refugiados (UNHCR) e, finalmente, a Organização Internacional para as Migrações (OIM). Além disso, entidades como Banco Mundial e a Organização Mundial de Comércio (OMC) participam, de alguma maneira, dessas questões. Para o autor, a Iniciativa de Berna, lançada em 2001, a Comissão Global sobre Migrações Internacionais, que atuou entre 2003 e 2005, e o Diálogo Internacional de Alto Nível sobre Migração e Desenvolvimento, realizado em 2006, foram marcos “para a abertura do diálogo intergovernamental sobre amplo espectro de temas migratórios” (Firmeza, 2007, p. 41).

No nível regional, nessa área, evoluem os acordos assinados no âmbito do Mercosul voltados para a questão migratória dos países do bloco. Dois exemplos: a Decisão nº 35 do Conselho do Mercado Comum, de 2000, estabeleceu mecanismos de cooperação consular entre os países do Mercosul, Estado Plurinacional da Bolívia e Chile; já o Decreto nº 5.722 criou em 2006 o Acordo Multilateral de Seguridade Social do Mercado Comum do Sul.

Estimativas da OIM dão conta de que em 2000, 940 mil brasileiros viviam no exterior. Em 2005, o número era de 1,2 milhão (OIM, 2021b). Já o MRE, com base em dados consulares, registrava em 2002, a presença de 1.964.498 brasileiros no exterior; segundo estimativas de 2007 esse número passou para 3.044.762, distribuídos conforme tabela a seguir:

-
8. Jean Charles de Menezes foi um eletricitista brasileiro que ficou conhecido após ser executado por engano por agentes policiais de Londres, que o confundiram com um terrorista fugitivo. A morte do brasileiro foi em 22 de julho de 2005, duas semanas após atentados terroristas atingirem o sistema de transporte público londrino, resultando na morte de 52 pessoas e em centenas de feridos. Ele estava no país desde 2002 e era natural de Minas Gerais.
 9. De enero a marzo de 2008, 800 brasileiros foram barrados ao tentar ingressar na Espanha, segundo o MRE. Em 2007, de cada cinco barrados no aeroporto internacional de Madri, dois eram brasileiros. A situação levou o Brasil a dificultar a entrada de imigrantes espanhóis em seu território, gerando uma crise diplomática. Um protocolo foi assinado entre os dois países em abril daquele ano em uma tentativa de contornar a situação.

TABELA 2**20 países com maiores estimativas de quantidade de brasileiros no exterior –**

País	Maior Estimativa	Menor Estimativa	Estimativa Posto	Estimativa Posto (% total)
Estados Unidos	1.490.000	843.505	1.240.000	40,73
Paraguai	515.517	204.890	487.517	16,01
Japão	310.751	310.000	310.000	10,18
Reino Unido	300.000	150.000	150.000	4,93
Portugal	160.000	69.518	147.500	4,84
Itália	132.000	110.000	132.000	4,34
Espanha	150.000	74.085	110.000	3,61
Suíça	60.000	22.861	55.000	1,81
Alemanha	59.338	21.211	46.209	1,52
Bélgica	43.638	3.625	43.638	1,43
Argentina	42.921	37.114	38.500	1,26
França	30.000	19.061	30.000	0,99
Canadá	20.850	11.210	20.650	0,68
Guiana Francesa	70.000	20.000	20.000	0,66
Uruguai	21.353	10.982	18.848	0,62
México	17.457	18.000	18.000	0,59
Holanda	25.000	13.964	16.399	0,54
Estado Plurinacional da Bolívia	46.600	13.774	15.091	0,50
Israel	15.000	15.000	15.000	0,49
Austrália	13.000	7.713	12.000	0,39
Total dos 20	3.523.425	1.976.513	2.926.352	96,11
Total de Brasileiros	3.735.826	2.059.623	3.044.762	100,00

2007

Fonte: Marinucci (2018, p. 3), a partir de dados do Departamento de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores (DAC/MRE).

Porém, o próprio Ministério estimava na época que o número total poderia chegar a mais de quatro milhões de pessoas, se consideradas as com situação administrativa irregular. Em 2007, cerca de 40% do total dos brasileiros no exterior morava nos Estados Unidos. Em uma tentativa de conhecer melhor os dados dos brasileiros nesse país, Margolis (2002) recorre ao Censo Americano de 2000 que indicava, naquele ano, 247.020 brasileiros vivendo no país. Cerca de 20% desses brasileiros residiam no Estado da Flórida, seguido por Massachusetts (17%), Califórnia (12%), Nova York (10%) e Nova Jersey (10%). Já de acordo com dados do próprio *United States Census Bureau*, de 2010, viviam nos Estados Unidos 371.529 brasileiros, sendo as três principais

10. Disponível em: www.census.gov/en.html. Acesso em: 14 dez. 2021.



áreas metropolitanas que concentram esse grupo: Nova York (72.635), Boston (63.930) e Miami (43.930)¹⁰.

Nessa época, o número de brasileiras emigrantes praticamente se equipara ao de brasileiros. Segundo estimativas citadas por Milanez (2013, p. 72), em 2000, 294 mil emigrantes eram homens e 256 mil mulheres. Já com relação ao número de detentos, em 2009, levantamento dos Consulados de Nagóia e Tóquio apontavam para 437 brasileiros detidos no Japão; estimativas da rede de consulado do Brasil no Estados Unidos indicavam 1.529 presos brasileiros no país (Oliveira, 2009).

Com relação às políticas públicas, foi uma época marcada por uma tentativa de aproximação entre MRE e emigrantes¹¹, apesar de ainda permanecerem inconsistências. O MRE passou por novas reestruturações internas e o decreto nº 5.032, de 2004, criou a Subsecretaria de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB) – que, em 2007, por meio do decreto nº 7.979, passou a ser denominada Subsecretaria Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEC) e foram organizadas as primeiras Conferências das Comunidades Brasileiras no Exterior (em 2008 e em 2009), no Rio de Janeiro. O evento, até então uma iniciativa inédita, contou com a participação de membros do MRE, das comunidades de brasileiros no exterior, pesquisadores e demais interessados na temática e discutiu uma série de propostas nas áreas da Educação, Trabalho e Previdência Social, Saúde, Cultura, Serviços consulares e assuntos jurídicos, etc.¹².

Ainda no nível federal, destacam-se ações interministeriais, envolvendo especialmente MRE, Ministério da Justiça e Ministério do Trabalho e Emprego. Esse último, por exemplo, passou a conduzir políticas migratórias relacionadas à proteção do trabalhador migrante por meio da sistematização dos trabalhos do Conselho Nacional de Imigração (CNIg). Ata da reunião do órgão¹³ de 2004 já registrava preocupação com a temática dos brasileiros no exterior ao criar uma comissão para se discutir um anteprojeto de Lei para expatriados brasileiros. Em 2008, a Carta de Itapeverica¹⁴ formalizou diretrizes para atuação do CNIg no que diz respeito a implementação de políticas públicas para os trabalhadores migrantes, modelo que acabou por incluir os emigrantes brasileiros com ações práticas como o desenvolvimento de cartilhas temáticas, o apoiar realização de eventos e a participação em iniciativas como a Casa do Trabalhador brasileiro / Casa do Migrante em Hamamatsu (no Japão) e Foz do Iguaçu (na fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai).

Implantada em 2005, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – CPMI Emigração Ilegal – investigou por mais de um ano a questão dos brasileiros no exterior, inclusive ouvindo depoimentos de prefeitos e agentes acusados de favorecer a emigração ilegal, especialmente no estado de Minas Gerais, e acompanhando a deportação de grupos de brasileiros dos Estados Unidos. Em 2006, foi

11. Pela primeira vez é lançada pelo MRE a cartilha “Brasileiros no exterior – Informações úteis”, com linguagem acessível sobre os riscos da migração irregular e os direitos e deveres dos migrantes e suas famílias. Disponível em: www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/dh/cartilha_brasileiros_exterior.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.

12. As propostas podem ser vistas em detalhes na ata dos eventos. Disponíveis em: www.ipea.gov.br/participacao/conferencias-2/560-i-conferencia-das-comunidades-brasileiras-no-exterior. Acesso em: 12 jul. 2021.

13. Todas as atas das reuniões do CNIg, desde 2004, estão disponíveis em: portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/atas-de-reunioes. Acesso em: 13 jul. 2021.

14. Disponível em: portaldeimigracao.mj.gov.br/images/atas_cnig/2008/VIII_Reuni%C3%A3o_Ordin%C3%A1ria_-_octubre_-_2008.pdf. Acesso em: 14 dez. 2021.

15. O relatório final está disponível em: www.senado.gov.br/comissoes/CPI/Emigracao/relFinalCPMIEmigracao.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.

aprovado o relatório da comissão, com projetos de lei e emendas constitucionais para melhorar a condição de vida desses emigrantes, contemplando questões estratégicas de interesses nacionais¹⁵.

Verifica-se, ainda nesse período, o aparecimento de novos atores no cenário, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE e Caixa Econômica Federal, com ações de apoio para orientar os emigrantes brasileiros no investimento de remessas no país ou na abertura de novos negócios em caso de retorno.

Com relação às comunidades de brasileiros espalhadas pelo mundo, de acordo com Reis (2011, p. 49), em 2009, havia “356 associações e organizações de brasileiros em 45 países, além de 216 veículos de mídia a eles dirigidos”. Nota-se uma sistematização das atividades, uma auto-organização mais formalizada, com marcos relevantes. São dessa época a Carta de Lisboa¹⁶ (2002), a Carta de Boston¹⁷ (2005), Documento de Bruxelas¹⁸ (2007) e Documento de Barcelona¹⁹ (2009), que apontam necessidades e registram propostas para melhoria de vida dos emigrantes. Destaque também para o “Movimento Brasileirinhos” ou “Apátridas Brasileiros”, uma iniciativa de brasileiros na Suíça, com ações articuladas em Washington, Tel Aviv, Zurich, Paris, Londres y Nagoya, com mobilização social pelo registro de filhos de brasileiros no exterior (Sprandel, 2010). Em 2007, a promulgação da Emenda Constitucional nº 54 resolveu a questão dos “Brasileirinhos apátridas”, sobre o registro dos filhos de brasileiros no exterior, permitindo, inclusive o registro retroativo desde 1994.

Sobre os estudos da temática, proliferam, especialmente, os que têm como foco os impactos econômicos das remessas, os motivos de emigração, os aspectos históricos do processo ou ainda as redes sociais formadas pelo deslocamento e as perspectivas etnográficas. Desenvolvem-se ainda os trabalhos sobre dupla cidadania (especialmente na área do Direito), soberania nacional (Relações Internacionais) e territorialidade (inclusive na área da Geografia). Em 2006, é criado um dos primeiros observatórios da temática, o “Laboratório de Estudos Migratórios”, de Universidade de São Carlos (São Paulo).



-
16. A Carta de Lisboa é fruto do I Encontro Ibérico de Comunidades de Brasileiros no Exterior, ocorrido em mayo de 2002, nas Universidade Católica de Portugal, em Lisboa. Considerada uma iniciativa pioneira, teve desdobramentos nos documentos subseqüente ao destacar não só o crescimento da emigração brasileira, como as reiteradas formas de violação dos direitos humanos sofridas pelos cidadãos brasileiros no exterior e proposição de melhorias das condições de vida dessa população. Disponível em: funag.gov.br/biblioteca/download/536-Brasileiros_no_Exterior.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.
 17. Disponível em: funag.gov.br/biblioteca/download/536-Brasileiros_no_Exterior.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.
 18. Disponível em: repositorio.unb.br/bitstream/10482/13766/1/2013_LiviaCasteloBrancoMarcosMilanez.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.
 19. Disponível em: www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2009/06/3encontroeuropereaderasileirasesxterior.pdf. Acesso em: 12 jul. 2021.

2.4. Quarta fase: 2010 a 2019

O Brasil vive uma nova fase de recessão econômica desde 2015 e instabilidades políticas, com o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016. No nível internacional, as políticas migratórias para recepção de estrangeiros ficam ainda mais rígidas. Em 2019, a OIM estimou a existência de, pelo menos, 272 milhões de migrantes internacionais, sendo o Brasil o segundo país com maior número de emigrantes residentes fora da América do Sul: 1,5 milhão (OIM, 2021b).

No plano das políticas públicas, a década apresentou avanços. Em 2010, foi criado um Plano Diretor de Reforma Consular²⁰, um conjunto de recomendações e propostas com o objetivo de “repensar o serviço consular brasileiro”. Além disso, alguns decretos refletiram uma tentativa do MRE de adotar ações mais práticas na assistência a brasileiros no exterior. Um exemplo é o Decreto nº 8.374, que criou a Carteira Consular, com o objetivo de proporcionar um documento com foto de identificação brasileiro, no idioma local, para uso no país de residência do cidadão. Outro foi a implantação do E-consular²¹, um sistema eletrônico virtual de prestação de serviços ao qual foram unificados outros que, antes, eram utilizados em postos consulares do Brasil no exterior.

Foram publicadas, também, diversas cartilhas com orientações práticas em determinados campos, revelando ainda uma ação interministerial para além do MRE. Alguns exemplos: “Cartilha de Orientação Jurídica aos Brasileiros no Exterior”²² (2011), “Manual de remessas internacionais”²³ (2105), “Cartilha Previdência Social”²⁴ (2017), “Cartilha Como empreender no exterior” (2020)²⁵ e “Cartilha: Direitos Humanos dos brasileiros no exterior no contexto da Covid-19”²⁶ (2020). Destaque ainda para um convênio entre MRE e Caixa Econômica Federal para saques do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por brasileiros residentes no exterior em postos consulares participantes.

Houve ainda o Decreto nº 7.214, de 2010, que começou a orientar a diplomacia consular ao estabelecer princípios e alinhamentos da política brasileira para as comunidades de brasileiros no exterior. Tal medida, estabelecida quase 30 anos após o início da emigração brasileira, é considerada o marco oficial da política migratória abrangente voltada para os seus emigrantes, (Amaral et al., 2017). Também foram organizadas novas edições da Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior, em 2013, 2016 e 2018.

20. Disponível em: document.onl/documents/plano-diretor-de-reforma-paralelamente-diplomatas-do-departamento-consular-e-de.html. Acesso em: 14 jul. 2021.

21. Disponível em: econsular.itamaraty.gov.br/. Acesso em: 14 jul. 2021.

22. Disponível em: sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Atlanta/pt-br/file/Cartilha-de-orientacao-juridica-aos-brasileiros-no-Exterior.pdf. Acesso em: 14 jul. 2021.

23. Disponível em: www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/aduana-e-comercio-exterior/manuais/remessas-postal-e-expressa. Acesso em: 14 jul. 2021.

24. Disponível em: sa.previdencia.gov.br/site/2013/05/Cartilha-F%C3%A9-de-Vida.pdf. Acesso em: 14 jul. 2021.

25. Disponível em: sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/CgLondres/pt-br/file/Cartilha%202020%20final.pdf. Acesso em: 14 dez. 2021.

26. Disponível em: bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/883. Acesso em: 14 jul. 2021.



No entanto, uma das ações mais relevante nessa área na década talvez tenha sido a aprovação, em 2017, no governo do presidente Michel Temer, da Nova Lei de Imigração (lei nº 13.445), que substituiu o Estatuto do Estrangeiro, em vigor desde 1980. A nova lei, menos restritiva que a anterior e com um foco maior na questão dos Direitos Humanos, tem um capítulo voltado aos emigrantes e “trata das migrações como tema integrado e sob a ótica de um país de trânsito, origem e destino, como é atualmente o Brasil” (Amaral et al., 2017, p. 259-259).

Segundo Amaral et al. (2017), a nova lei conceitua já no artigo 1º o termo emigrante “brasileiro que se estabelece temporária ou definitivamente no exterior”; assegura, no artigo 3º, “proteção ao brasileiro no exterior”, e, no artigo 77º, “prestação de assistência consular por meio das representações do Brasil no exterior”, nas áreas da “educação, saúde, trabalho, previdência social e cultura”. O mesmo artigo prevê ainda “promoção de estudos e pesquisas sobre os emigrantes e as comunidades de brasileiros no exterior, a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas” e “ação governamental integrada, com a participação de órgãos do governo [...] visando a assistir as comunidades brasileiras no exterior”. Além disso, dos artigos 78 a 80 estão garantias explícitas de assistência ao emigrante no retorno ao país, em questões laborais, entre outras (Brasil, 2017).

Outra ação significativa desse período foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pela primeira vez na história dos censos demográficos nacionais, foi incluído um bloco de perguntas a fim de que se conhecer o perfil do brasileiro emigrado. O resultado revelou a existência de 491.645 emigrantes. A maioria era mulheres (264.695, contra 226.548 de homens) e 60% desse total tinham idades entre 20 e 34 anos. A maior parte deles (49%) era originária da região Sudeste do Brasil (IBGE, 2010). Estimativas da OIM dão conta da existência de 1,5 milhão de brasileiros no exterior em 2010 e 2015 (OIM, 2021b). Já dados do Sistema de Tráfego Internacional da Polícia Federal mostra que 1,368 milhão de brasileiros deixaram o Brasil entre os anos de 2016 e 2019, sendo que só em 2018 e 2019, foram 735 mil pessoas que emigraram (Polícia Federal, 2020).

Outras informações do MRE mostram que, em 2019, o número total de brasileiros presos e detidos no exterior era de 4.982. A maior parte deles estava localizada na América do Norte (1.671) e Europa (1.616) e era formada por homens (2.813, contra 845 mulheres). Do total, 42,5% eram presos criminais cumprindo pena; 23,6% detidos criminais aguardando julgamento; e 33,8% detidos de imigração (em processo de deportação) (MRE, 2021a).

Por fim, destacam-se ações descentralizadas e pulverizadas em outras esferas de governo, que não a Federal, ainda com o apoio do MRE. Um exemplo é o “Projeto Andorinha”, realizado pelo Governo do Estado de Goiás, em parceria com o MRE, o Banco do Brasil e o SEBRAE de Goiás com o apoio do SEBRAE de Minas Gerais. Tinha como objetivo “orientar e preparar emigrantes goianos, ou beneficiários de remessas, que aplicaram ou pretendem aplicar recursos financeiros em atividades produtivas no Estado de Goiás, para a gestão de micro e pequenas empresas” (Brum, 2018, p. 74).

Outra ação que indica a descentralização da temática e segue de maneira independente também se verifica no Estado de Goiás: a lei nº 17.107/2010 concede auxílio financeiro às famílias de cidadãos goianos falecidos no exterior, que não têm recursos para o traslado de cinzas, ossadas e corpos de vítimas para Goiás. Ainda nesse sentido, aparece a esfera municipal, com o programa Emigrante Cidadão (PEC), de Governador Valadares. Criado pela lei municipal nº 4940/2001, visa prestar apoio social e econômico (orientação de investimentos de remessas) para moradores da cidade, tanto emigrantes, como familiares que ficam no município.

No plano internacional, fortalecem-se trabalhos do Mercosul, dos diversos órgãos das Nações Unidas, Banco Mundial e demais atores no sentido de regulamentar questões dos descolamentos humanos. Uma das ações principais nesse sentido, foi a Opinião Consultiva nº 21, de 2014, da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que respondeu a solicitação do Mercosul sobre o alcance dos direitos das crianças em contexto de emigração, levando em conta os interesses do menor e sua situação de dupla vulnerabilidade. Cabe destaque, ainda, para as ações assistenciais, como o estabelecimento de escritórios regionais, parcerias, eventos, elaboração de documentos e pesquisas realizados pela OIM ao redor do mundo sobre a temática. Um exemplo nesse sentido é o Programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração (AVRR, na sigla em inglês), da OIM. Entre 2016 e 2020, a ação apoiou o retorno de 4.070 brasileiros. Desses casos, 99% estavam concentrados na Europa. Já entre os retornados, 4% são menores desacompanhados, 5% são vítimas de tráfico de pessoas, 9% são casos médicos e 82% são migrantes em vulnerabilidade²⁷.

Já no plano econômico, em 2015, foram enviados US\$ 2,46 bilhões em remessas, o patamar mais alto em quatro anos. De abril de 2019 a abril de 2020, os dados apontam para US\$ 3,098 bilhões. Entre os países em que os brasileiros mais enviaram dinheiro ao Brasil em 2019, estão os Estados Unidos (US\$ 1,46 bilhão), Reino Unido (US\$ 444 milhões), Portugal (US\$ 243 milhões), Espanha (US\$ 109 milhões), Suíça (US\$ 106 milhões) e Japão (US\$ 103 milhões).

TABELA 3

Volume das remessas (em US\$) em proporção ao PIB do total do Brasil (%)

Ano									
2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
0,14	0,12	0,11	0,11	0,11	0,16	0,15	0,12	0,13	0,13

Os trabalhos desenvolvidos por membros das comunidades de brasileiros no exterior têm continuidade no período, abrangendo temáticas diversas. É o caso da REVIBRA – Rede de Apoio às Vítimas Brasileiras de Violência Doméstica na Europa²⁸. Criada em 2012 por um grupo de amigas, reúne de maneira voluntária juristas e advogadas para oferecer assistência jurídica e psicológica às mulheres, vítimas de violência doméstica/gênero (um grande problema no Brasil) e às mães em disputa internacional de guarda de menores na comunidade brasileira na União Europeia. Uma parceria entre o MRE e a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres “permitiu a continuidade das atividades do Espaço da Mulher Brasileira no Consulado-Geral em Boston, em favor da comunidade feminina naquela jurisdição” (MRE, 2021b, p. 45-46).

Outro exemplo é indicado pelo número recorde de brasileiros que se registraram para votar no exterior nas últimas eleições: 200.392 em 2010 e 337.168 em 2014, segundo o Tribunal Superior

27. Fonte: OIM Brasil. Disponível em: brazil.iom.int/prote%C3%A7%C3%A3o-e-assist%C3%A2ncia-ao-migrante. Acesso em: 12 out. 2021.

28. Disponível em: revibraeuropa.eu. Acesso em: 14 jul. 2021.

Eleitoral – TSE (Amaral et al., 2017). Nas últimas eleições presidenciais, em 2018, 500.727 eleitores brasileiros no exterior estavam aptos a votar em 171 localidades eleitorais de 99 países, sendo 160.005 nos Estados Unidos; 60.708 no Japão; e 39.118 em Portugal. O então candidato Jair Bolsonaro – que assumiu a presidência do Brasil em 2019 – foi o mais votado pela comunidade brasileira em todas as cidades dos Estados Unidos e na maior parte das cidades do exterior (TSE, 2018).

Na área acadêmica, um termo de cooperação em 2013 entre o Ministério do Trabalho, por meio do CNIg, e a Universidade de Brasília (UnB) permitiu a criação do Observatório das Migrações Internacionais – OBMigra²⁹, com o objetivo de “ampliar o conhecimento sobre os fluxos migratórios internacionais envolvendo o Brasil, mediante estudos teóricos e empíricos, e apontar estratégias para a inovação social de políticas públicas dirigidas às migrações internacionais” (OBMigra, 2021). Grupos de pesquisas de diversos programas de pós-graduação sobre a temática em vários campos do conhecimento foram registrados no Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq³⁰.

Em 2011, foi lançado o programa Ciência Sem Fronteira, com o objetivo enviar a outros países cerca de 100 mil estudantes, a partir do nível da graduação. O projeto foi descontinuado em 2017, porém, trouxe para a discussão do Governo Federal e da população brasileira o tema da internacionalização da educação superior no Brasil (Vargas, 2017, p. 8). Os países que mais receberam bolsistas brasileiros foram Estados Unidos (27,8 mil), Reino Unido (10,7 mil), Canadá (7,3 mil), França (7,2 mil) e Austrália (7 mil) (Marques, 2017).

Outra ação que merece destaque no campo da educação é a promoção do Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) para brasileiros no exterior, aplicado pelo Ministério da Educação para certificação no nível de conclusão do ensino fundamental e ensino médio. A participação é voluntária e gratuita e as edições ocorrem anualmente, desde 2017.



29. Disponível em: portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/observatorio. Acesso em: 14 jul. 2021.

30. Alguns deles: Grupo de Estudos em Migração e Direito Internacional (USP), Diaspotics (UFRJ), Deslocar (ESPM), Mob-Com (Metodista), Laboratório de Estudos das Migrações – LABIMI (UERJ) e Migraidh (UFSM).



3

Contexto atual da emigração brasileira

Em janeiro de 2019, Jair Bolsonaro assumiu a presidência do Brasil ainda em um período de crise econômica, agravada drasticamente a partir de março de 2020, pelo início da pandemia de COVID-19 que atingiu todos os países do mundo. No plano internacional, o fechamento das fronteiras e o aumento das restrições – agora se levando em consideração os programas de vacinação em massa –, praticamente zeraram a chegada de novos brasileiros ao exterior, tendo impacto inclusive no crescimento e diversidade das comunidades.

Até então, o país registrava a 13ª posição entre os 50 países do mundo que mais enviavam pessoas aos 36 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Os principais destinos foram Estados Unidos, Portugal, Itália e Japão. Chama a atenção no estudo a alta crescente de pedidos de asilo feitos por brasileiros no Estados Unidos. Em 2009, eram 175 registros; em 2014, passou a 492; em 2015, subiu para 983; em 2016, ficou em 1.454; em 2017, cresceu para 2.625; e, em 2018, atingiu a marca de 2.282 pedidos (OCDE, 2020). Na União Europeia, as solicitações de asilo por brasileiros em 2020 subiram 5% (total de 125 solicitações), ao contrário do recuo de 31% verificado no total do ano. Entre 2018 e dezembro de 2020, eram 1.580 casos pendentes (EASO, 2021).

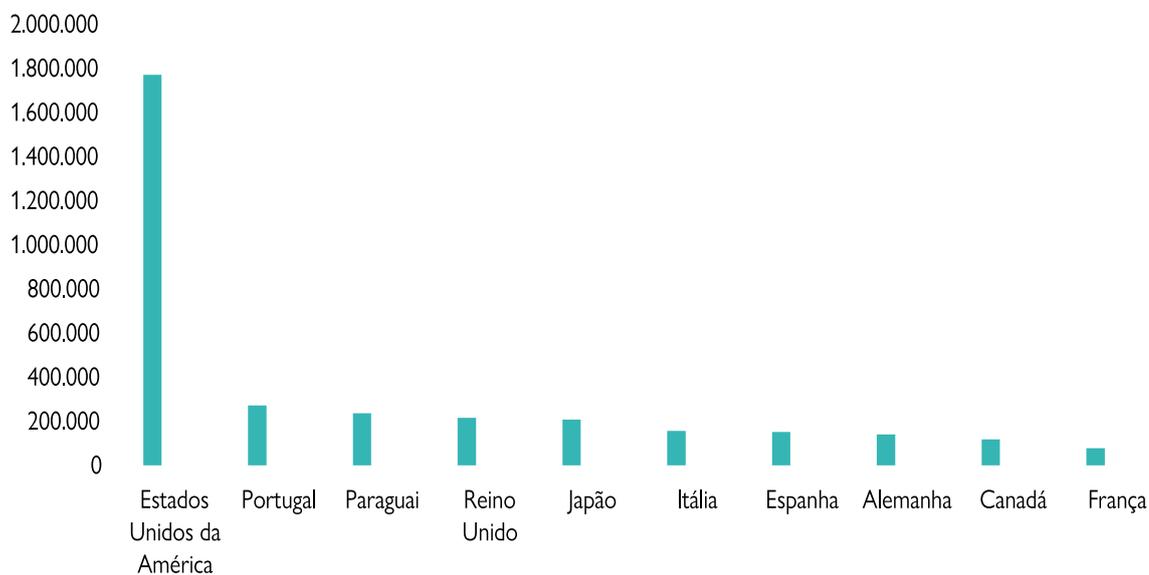
Estimativas do MRE de 2020 mostram que existem 4.215.800 brasileiros no exterior³¹.

31. Acredita-se que o número de brasileiros no exterior seja muito maior que as estimativas do MRE. Isso porque o cálculo é feito baseado em atendimentos prestados pela rede consular e computados pelos responsáveis por esses atendimentos. Além disso, sabe-se que, não necessariamente, o emigrante mantém no país de destino alguma relação com os postos oficiais, salvo necessidades específicas em termos de documentação, iniciativas individuais de registro da carteira consular e/ou participação em eventos de ordem social ou cultural, por exemplo, quando realizados.

TABELA 4**Quantidade de brasileiros por Continente/Região (2020)**

Continente/Região	Quantidade (estimada)	%
África	26.506	0,63
América Central e Caribe	9.681	0,23
América do Norte	1.941.950	46,06
América do Sul	589.737	13,99
Ásia	227.864	5,41
Europa	1.300.525	30,85
Oceania	63.273	1,50
Oriente Médio	56.264	1,33
Total	4.215.800	100

Fonte: MRE (2021c, p.2).

GRÁFICO 2**Maiores comunidades brasileiras por país (2020)**

Fonte: MRE (2021c, p.3).

TABELA 5**Evolução da quantidade de brasileiros no exterior ao longo do tempo**

ANO	QUANTIDADE (ESTIMADA)
2009	3.180.074
2010	3.122.813
2012	1.898.762
2013	2.801.249
2014	3.105.922
2015	2.722.316
2016	3.083.255
2018	3.590.022
2020	4.215.800

Fonte: MRE (2021c, p.4).

**TABELA 6****Quantidade de brasileiros por países/territórios (2020)³²**

ANO	QUANTIDADE (ESTIMADA)
Estados Unidos	1.775.000
Portugal	276.200
Paraguai	240.000
Reino Unido	220.000
Japão	211.138
Itália	161.000
Espanha	156.439
Alemanha	144.120
Canadá	121.950
Argentina	89.020
França + Mônaco	81.400
Suíça + Liechtenstein	75.800
Guiana Francesa	72.300
Austrália	56.610
Irlanda	50.000
México	45.000
Uruguai	43.412
Bélgica + Luxemburgo	40.000
Estado Plurinacional da Bolívia	39.258

32. Países com 500 brasileiros ou mais, o que representa 4.189.342 pessoas (99,37% da quantidade total estimada).

ANO	QUANTIDADE (ESTIMADA)
Países Baixos	32.252
Suriname	30.000
Líbano	21.000
Chile	18.185
Colômbia	18.071
Suécia	16.814
Guiana	15.800
Angola	15.000
Israel	15.000
República Bolivariana da Venezuela	11.800
Noruega	11.181
China	10.106
Áustria	10.000
Nova Zelândia	6.663
Territórios Palestinos	6.000
Emirados Árabes Unidos	5.500
Grécia	5.000
Dinamarca	4.599
Panamá	4.500
África do Sul	3.750
Moçambique	3.500
Polónia	3.000
Jordânia	2.650
República Árabe da Síria	2.600
Finlândia	2.500
Catar	1.968
Costa Rica	1.500
Singapura	1.500
Federação Russa	1.100
República da Coreia	1.088
República Checa	1.053
Turquia	1.050
Indonésia	1.000
Índia	860
Egito	676
Arábia Saudita	650
Trinidade e Tobago + Aruba + Curaçao	660
Guiné-Bissau	569
Guatemala	550
República Dominicana	500
El Salvador	500

Fonte: Autoria própria com dados do MRE (2021c).



Quanto ao perfil da população emigrante brasileira atual, obviamente, este é heterogêneo e muito relacionado às condições sociais e econômicas vividas pelo Brasil, hoje, e características do país de destino como, por exemplo, a legislação para regularização do imigrante e vínculos históricos ou sociais. Verifica-se, porém, de maneira geral, um nível de escolaridade superior dos emigrantes brasileiros em relação às fases anteriores. A saída (inclusive) de grandes cidades e capitais, o desejo de retorno menos explícito, o protagonismo da mulher – relacionado à sua condição de arrimo de família (nas classes econômicas mais baixas), ou independência e empoderamento (nas classes econômicas mais elevadas), e um planejamento maior da iniciativa migratória quando o país de destino é mais longínquo, como no caso de Japão e Austrália. Soma-se a isso, também, a imigração da família toda (e não mais só do indivíduo), a existência de novas gerações que “são brasileiras, mas nunca estiveram no Brasil”, do retorno de idosos ao Brasil, e pessoas oriundas de classe média, que têm algum recurso financeiro, ainda que não tenham licença para trabalhar em sua área de formação no território brasileiro.

A questão do trabalho e a busca por melhores condições de vida ainda são os fatores predominantes de motivação da emigração, apesar de haver variações, como a formação e o aperfeiçoamento (no caso de estudantes), a união da família, ou mesmo de caráter subjetivo, como o desejo de aventura, casamentos com estrangeiros, entre outras. Além disso, as condições financeiras para o deslocamento e o cumprimento das exigências legais para a entrada e fixação no país de destino se mostram determinantes, não só para moldar o perfil da comunidade brasileira no exterior, mas para a compreensão das suas necessidades.

No geral, no caso dos emigrantes em situação irregular, as necessidades são de ordem econômica e social e vão de encontro às próprias condições de vulnerabilidade e exploração nas quais se encontram, no que diz respeito a emprego e moradia e ao acesso à saúde e educação, principalmente. Nesse sentido, ações de aspectos assistencialistas se mostram essenciais, daí o reconhecimento de praticamente todos os atores envolvidos do papel das igrejas locais, Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e organismos internacionais que desenvolvem atividades de apoio voltadas à temática, bem como a própria rede de solidariedade informal montada pelos emigrantes. Já no caso dos emigrantes em situação regular, as necessidades costumam ser de ordem afetiva, relacionadas aos vínculos culturais e familiares com o Brasil, e à interação, reconhecimento e participação na sociedade receptora.

No caso dos emigrantes em situação irregular, verifica-se, também, um endividamento, no planejamento do projeto migratório, ainda no país de origem. Especialmente quando o percurso migratório é articulado a partir das redes ilegais (coiotes e máfias), há um investimento financeiro alto, mesmo não tendo garantias não só de entrada no país de destino, mas também de vida – as viagens são feitas em situações precárias, colocando, inclusive, em risco a vida e a integridade do emigrante.

Além disso, os recursos financeiros para a viagem, muitas vezes, não são negociados com bancos oficiais (pela falta de crédito com bancos locais), mas com financiadores informais (os chamados “agiotas”), o que também coloca em risco a família que fica no país, que no caso de não pagamento passa a receber ameaças. Com relação às vítimas de redes de tráfico de pessoas para exploração sexual na Europa – caso bastante recorrente como veremos adiante –, estima-se que elas já chegam devendo aos aliciadores de 15 a 20 mil euros.

No caso dos emigrantes irregulares, a maior parte atua no setor da construção civil, de prestação de serviços (jardinagem, limpeza, etc.), pequenos comércios, bares e restaurantes, e, atualmente, aplicativos de entregas (de comida, transportes de pessoas, etc.). A exploração do emigrante brasileiro no nível laboral se dá, também, pelos próprios conterrâneos que se aproveitam da situação de vulnerabilidade, falta de documentos, etc., para conseguir mão de obra barata para seus micros e pequenos negócios. É conhecida ainda a participação de brasileiros nas redes de aliciamento, no caso de tráfico de pessoas, e migração ilegal, no caso dos coiotes e máfias.

Já entre os emigrantes em situação regular, tal perfil é bastante amplo: alguns já vão expatriados, enviados por empresas de médio e grande porte, ou conseguem a revalidação de diploma e trabalham em sua área de formação; outros mantêm vínculos com universidades para a produção de pesquisas acadêmico-científicas; há os que abrem micro e pequenas empresas que prestam serviços à comunidade brasileira local ou mesmo à população do país de destino, de maneira geral. O chamado “mercado étnico” ou “mercado da saudade”³³ é uma realidade em praticamente todos os países nos quais há o estabelecimento de grupos de brasileiros.

Além disso, segue bastante forte entre os emigrantes brasileiros a cultura do trabalho na fábrica no caso do Japão, o trabalho na agricultura relacionado à plantação de soja no Paraguai e os serviços de empresas de telemarketing instaladas em Portugal. Já no caso dos Estados Unidos, especialmente em cidades do sul da Flórida (Miami, por exemplo), encontram-se, também, brasileiros de classe alta, entre empresários, políticos, artistas, etc., perfil também recorrente em Portugal.

3.1. Os impactos da pandemia de COVID-19

No que se refere aos impactos da COVID-19 na população de emigrantes brasileiros, acredita-se que a situação não difere muito da enfrentada pela população no Brasil, porém, intensificada em alguns aspectos, especialmente pela situação de vulnerabilidade a que parte dos sujeitos está submetida, configurada pela falta de rede de apoio e de acesso a sistemas de saúde públicos e gratuitos. De acordo com dados do programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração da OIM, nota-se um aumento de mais de 50% no número de retornos realizados pelo projeto entre 2019 (total de 801) e 2020 (total de 1.249) – alta atribuída à pandemia e seus efeitos socioeconômicos nos países de destino desses migrantes (OIM, 2021c).

No caso dos emigrantes em situação irregular, a natureza braçal e não qualificada do trabalho desenvolvido por essa parcela da população, a informalidade laboral marcada por ausência de vínculos e garantias, além da perda do próprio trabalho e sua fonte de renda, especialmente em momentos de *lockdown*, bem como a falta de acesso a programas de auxílio emergencial (tanto no Brasil como no país de destino), são alguns dos fatores que agravaram a situação de fragilidade e exploração desse grupo.

Já no caso dos emigrantes em situação regular, o fechamento de fronteiras, o isolamento social, o custo elevado do acesso à saúde em casos de ausência de um seguro médico, a falta de uma

33. Pequenos estabelecimentos comerciais que vendem produtos típicos brasileiros no exterior, como guaraná, pão de queijo, farinha de tapioca, etc. Também envolve bares e restaurantes de comidas típicas do Brasil ou ainda iniciativas de empreendedores individuais que comercializam produtos mediante demanda (por exemplo: encomendas de brigadeiros, coxinhas, feijoada, etc.).



rede de apoio e familiar, além das próprias consequências da crise financeira mundial causada pela paralização das atividades econômicas em alguns setores estão entre os problemas enfrentados. Muitos brasileiros já estabelecidos no exterior com pequenas e médias empresas de serviços – principalmente as voltadas para a comunidade brasileira local – viram seus negócios entrarem em crise pela falta de clientes, especialmente os que atuam em áreas como turismo, bares e restaurantes, eventos, entretenimento, etc.

No que diz respeito às remessas de emigrantes, o Banco Mundial estimou, inicialmente, que elas deveriam sofrer uma queda no mundo de até 14% até 2021, sendo que o fluxo de remessas para a América Latina e o Caribe deveria ficar em aproximadamente US\$ 96 bilhões em 2020, uma queda de 0,2 por cento em relação ao ano anterior (World Bank Group, 2020). No entanto, tais estimativas não se confirmaram.

Segundo relatório do Banco Mundial de 2021 (Banco Mundial, 2021), o fluxo de remessas para países de baixa e média renda mostrou “resiliência” em 2020, registrando pequena queda de 1,6% em níveis globais (caiu de US\$ 548 bilhões em 2019 para US\$ 540 bilhões em 2020). Já os envios de dinheiro para a América Latina, região que registrou contração de 7% do PIB em 2020, tiveram alta de 6,5% em relação ao ano anterior, atingindo em 2020 a marca de US\$ 103 bilhões.

No Brasil – país que registrou contração econômica de 4,1% em 2020 (ibid.) – as remessas do exterior bateram recorde no primeiro semestre de 2021, somando US\$ 1,89 bilhão, de acordo com dados do Banco Central. Esse é o maior valor da série histórica do BC, iniciada em 2010, e representa alta de 24% em relação ao mesmo período de 2020 e de 36,5% frente ao de 2019. Os valores vieram, em maior quantidade, dos Estados Unidos (US\$ 964 milhões), Reino Unido (370,4 milhões) e Portugal (US\$ 101, 3 milhões).

A forte desvalorização do real frente ao dólar e ao euro, os programas de transferência de renda adotados em resposta à crise pelos países e “um esforço desproporcional dos emigrantes para sustentar suas famílias no local de origem” e tirá-las de situação de extrema pobreza são apontados como fatores de impulsão desses recursos (Ibid., p.25).

Destaca-se que a realidade dos emigrantes brasileiros esteve presente no processo de enfrentamento da pandemia, tanto no país de destino, como no próprio Brasil. O MRE criou, ainda em março de 2020, o Grupo Consular de Crise, que mobilizou cerca de 100 servidores no atendimento a brasileiros no exterior afetados pela pandemia. Por meio de Medidas Provisórias do governo federal para o “enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus”, foram repassados ao MRE R\$ 100 milhões. Parte desse dinheiro foi gasto “na repatriação de 27.471 brasileiros, seja por fretamento de ônibus ou aviões, seja pela aquisição de passagens aéreas individuais. Além desses, cerca de 11.000 nacionais que residiam em países fronteiriços (Argentina, Estado Plurinacional da Bolívia e Paraguai) foram repatriados” (MRE, 2021b, p.44).

Tais ações mobilizaram, ainda que de maneiras e intensidades diferentes, a rede consular brasileira no exterior. Atualmente, o Brasil tem uma rede consular formada por: 196 postos em 139 países (incluindo o Brasil). Alguns deles (60) têm jurisdição cumulativa (atende também oficialmente a outro país), totalizando, dessa maneira, presença em 199 países, sendo que, desses, 20 têm mais de um posto. São eles:

TABELA 7**Quantidade de postos consulares – Por país (em 2020)**

País	QTD de postos	País	QTD de postos	País	QTD de postos
Estados Unidos da América	10	China	4	Índia	2
Brasil	9	Alemanha	3	Itália	2
Bolívia (Estado Plurinacional da)	6	Japão	3	Nigéria	2
Paraguai	6	Portugal	3	Peru	2
Argentina	5	Austrália	2	Suíça	2
Uruguai	5	Colômbia	2	Turquia	2
Canadá	4	Espanha	2		

Fonte: MRE (2021a)

Diante de tantos desafios trazidos pela pandemia, as OSCs voltadas a brasileiros no exterior se viram em uma realidade muito mais abrangente e complexa para além de questões humanitárias envolvendo solidariedade, e ajuda ao próximo, liberdade e autonomia, ou seja, aspectos que costumam permear missões e valores desses tipos de associações. Na verdade, a própria diversificação e atuação das OSCs – também conhecidas como organizações não-governamentais (ONG), instituições sem fins lucrativos (*non-profit organizations – NPO*, em inglês), entre outros termos, se transformaram (e rapidamente) na medida em que ocorreram a profusão e o fortalecimento dessas organizações em redes transnacionais, assim como a intensificação de suas relações com os demais atores da esfera pública, seja no Brasil ou no país sede, devido à crise pandêmica.

Tais OSCs foram responsáveis desde a articulação de ações assistencialistas (distribuição de comida e locação em abrigos, muitas reforçadas por ações de igrejas católicas e evangélicas voltadas à comunidade brasileira no exterior, principalmente), atividades de orientações e apoio (seja por meio de *lives*, seja por meio de projetos voltados à saúde mental e a proteção de minorias e vulneráveis) até mobilização e diálogo com o poder público local, no sentido de pressionar as autoridades e chamar a atenção para as necessidades da comunidade, em questões relacionadas ao acesso às vacinas e ao sistema de saúde, aos programas de transferência de renda adotados pelos governos, às ações promovidas pela rede consular brasileira, aos projetos de retorno voluntário, etc.

Um exemplo emblemático, nesse sentido, foi o caso de Portugal. Com uma grande comunidade de estrangeiros vivendo no país – atualmente, são 662.095, sendo que 27,8% desse total são de brasileiros (SEF, 2021) – o governo se viu pressionado e agiu rápido ao emitir o Despacho nº 3863-B/2020, em 27 de março de 2020, que “determina que a gestão dos atendimentos e agendamentos seja feita de forma a garantir inequivocamente os direitos de todos os cidadãos estrangeiros com processos pendentes no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), no âmbito da COVID-19”³⁴.

34. Fonte: Diário da República de Portugal. Disponível em: dre.pt/home/-/dre/147933307/details/maximized?serie=II&dreId=147933304. Acesso em: 11 out. 2021.



Isso significa, de maneira simplificada, que todos os estrangeiros que já cumpriram os requisitos para regularização e aguardavam apenas a emissão do documento de residência passassem a ter maior acesso à saúde, ao sistema financeiro (abrir conta em bancos), fazer contratos, etc. A formalização permitiu o acesso dos emigrantes aos projetos sociais de auxílio financeiro instituídos no contexto da pandemia, voltados a pessoas em situação de vulnerabilidade (programa de subsídio ao desemprego). Essa medida teve reflexos inclusive no Brasil, onde “inspirados” e mobilizados por essa ação, os imigrantes residentes aqui criaram a campanha “RegularizaçãoJá”, pedindo acesso ao programa de auxílio emergencial do governo federal. A ação não avançou, tendo entretanto ficado consubstanciada em projeto de lei no Congresso Nacional.

Verifica-se, também, na atuação dessas organizações, conhecimento mútuo dos atores, alta capacitação técnica, conhecimento e experiência para lidar com as questões emigratórias, principalmente no que diz respeito aos aspectos legais e jurídicos, bem como a percepção de que o desenvolvimento de parcerias e atuação em rede local (no país de origem e acolhida) e transnacional é o modo de realização e efetivação dos trabalhos desenvolvidos. É comum o entendimento de que a falta de recursos financeiros limita algumas ações, porém, sem as parcerias, de maneira geral, as atividades ficariam completamente inviabilizadas. Nesse contexto, registram-se parcerias pontuais realizadas entre OSCs e MRE e sua rede consular.

Com relação aos estudos e pesquisas acadêmicas envolvendo a temática da COVID-19 e as migrações internacionais, já existe material publicado a respeito nas áreas das Ciências Sociais. No geral, esses estudos tratam de diagnósticos e análises sobre os impactos da pandemia entre os imigrantes estrangeiros e refugiados que vivem no Brasil, de ações políticas de estados e blocos econômicos diante dos efeitos sanitários, políticos e econômicos causados pela pandemia, impactos da pandemia a curto, médio e longo prazo nos deslocamentos humanos e desenvolvimento sustentável.

Cabe destacar o relatório *COVID-19 and the State of Global Mobility in 2020*, produzido pela OIM em parceria com o Migration Policy Institute – MPI (Benton et al., 2021). O documento marca a primeira análise abrangente de dados monitorados sobre o aumento nas viagens pelo mundo, restrições, fechamentos de fronteiras e requisitos de deslocamentos relacionados à saúde impostos pelos governos de diversos países desde o início da pandemia. Até o momento, são escassos os estudos que tratam diretamente da questão relacionada ao emigrante brasileiro³⁵.

35. Um exemplo é o artigo *Brasileiros no exterior: Resposta da política externa em meio à pandemia do novo coronavírus*, de Bárbara Bruna de Oliveira Simões. Disponível em: editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/1422/assets/edicoes/2020/arquivos/4.pdf. Acesso em: 12 out. 2021.



4

Circulações e articulações dos emigrantes brasileiros: fragilidades e ameaças e forças e oportunidades

A evolução no perfil dos fluxos migratórios ao longo das décadas e os atuais contextos vividos pelos emigrantes brasileiros mostram o quão dinâmicos e constantes são os processos migratórios, bem como sua inscrição em dinâmica global e transnacional. De certa maneira, o cotidiano vivido pelo brasileiro em outro país se assemelha ao do cidadão no Brasil, mas com duas diferenças principais: 1) de ordem identitária – independentemente do tempo de permanência no país de acolhimento e de eventual projeto de retorno, ele dificilmente será considerado um cidadão local daquele país (ainda que esteja em situação legal regular); por outro lado, ele não será considerado mais brasileiro porque o binômio tempo-espço vivido – alicerce da subjetividade – não é o do país de origem (Sayad, 1988; Kristeva, 1994); 2) as dificuldades no país de destino são potencializadas pela falta de uma rede de apoio, principalmente familiar, e desconhecimento de aspectos legislativos, jurídicos, sociais e culturais.

Assim, entre tantas circulações e articulações da comunidade brasileira pelo mundo verificadas atualmente, procuramos contemplar a seguir, com base no material coletado nas entrevistas e sondagem realizadas, dois aspectos, um negativo e outro positivo, ligados às características da migração de brasileiros. Num primeiro momento, analisaremos as fragilidades e ameaças enfrentadas por esses compatriotas e, em seguida, e forças e oportunidades de ação. “O desenvolvimento pode encorajar a migração, e a migração pode ser uma consequência de deficiências de desenvolvimento” (OIM, 2020, p. 1).

4.1. Fragilidades e ameaças

4.1.1. Atuação das redes de tráfico humano

A ação das redes de contrabando e tráfico de pessoas³⁶ e acesso do cidadão no Brasil a esses recursos é uma realidade, principalmente em regiões mais pobres entre pessoas que já se encontram em situação de vulnerabilidade no país, seja por condições sociais e econômicas e falta de perspectivas futuras, seja por situações de abusos sexuais, violência, etc. Em 2016, passou a vigorar a Lei nº 13.344, que dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas. Relatório publicado em parceria entre Ministério da Justiça e Segurança Pública e o Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crime (UNODC), sobre tráfico de pessoas (dados de 2017 a 2020), reconhece que a pobreza e o desemprego estão entre os fatores de vulnerabilidade vinculados ao tráfico de pessoas, tanto interno quanto internacional. “Condições econômicas deterioradas e precariedade de trabalho nos países de origem podem aumentar o número de pessoas dispostas a se arrisquem em fluxos migratórios inseguros em busca de oportunidades de trabalho. Essa vulnerabilidade econômica serve como fator para a exploração dessas pessoas” (UNODC, MJSP, 2021, p. 17).

Atuando de forma estruturada e transnacional, as redes de contrabando de pessoas são máfias formadas por brasileiros e estrangeiros de diversas nacionalidades que dispõem de sofisticados discursos e ferramentas para aliciamento das vítimas. Uma vez envolvida nessas redes, a vítima passa a ser submetida a todo tipo de exploração e violência, inclusive com risco de morte. “Mulheres e meninas seguem sendo as principais vítimas do tráfico de pessoas (65%). A finalidade de exploração sexual, que envolve fundamentalmente vítimas femininas (92%) representa 50% dos casos de tráfico de pessoas no mundo” (UNODC, MJSP, 2021, p. 14).

Em novembro de 2021, a OIM em parceria com a Microsoft Research lançou uma base de dados sobre tráfico de pessoas. O banco representa a maior coleção de dados primários de casos de tráfico humano já disponibilizados ao público, assegurando o direito à privacidade, ao preservar o anonimato e a segurança de vítimas e sobreviventes³⁷.

4.1.2. População carcerária

A situação de brasileiros presos em outros países tem aparecido de maneira latente nos últimos anos, caracterizando um aspecto de situação de vulnerabilidade em que se encontram grupos de brasileiros no exterior. O número total de brasileiros presos até 31 de dezembro de 2020 era de 3.138 pessoas, uma redução de 37% em comparação a 2019, quando o total era de 4.982 (MRE, 2021d).

36. A expressão “tráfico de pessoas” significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos; (Trecho do artigo 3º do Protocolo de Palermo, ratificado pelo Brasil em 2005. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5017.htm. Acesso em: 15 out. 2021).

37. Disponível em: www.ctdatacollaborative.org/global-synthetic-dataset. Acesso em: 25 out. 2021.

TABELA 8**Quantidade de brasileiros presos no exterior (2020)**

Continente	Quantidade	%
Presos criminais cumprindo condenação	1.817	58
Detentos criminais a espera de julgamento	984	31
Detidos por migração (em processo de deportação)	337	11
Total	3.138	100

Fonte: MRE (2021d).

São identificados prisioneiros e detidos brasileiros em 84 países ou outras divisões subnacionais, distribuídos pelos seguintes continentes/regiões:

TABELA 9**Quantidade de brasileiros presos no exterior por continente/região (2020)**

Continente/Região	Quantidade	%
África	100	3
América Central e Caribe	47	1,5
América do Norte	402	12,75
América do Sul	1.024	32,5
Ásia	273	8,7
Europa	1.258	40
Oceania	34	1

Fonte: MRE (2021d).

TABELA 10**Perfil dos brasileiros presos no exterior (2020)**

Perfil	Quantidade	%
Homens	2.123	67,65
Mulheres	570	18,15
População LGBT	69	2,2
Não há informação	376	12
Maior de 18 anos	2.786	88,8
Menor de 18 anos	40	1,2%
Não há informação	312	10

Fonte: MRE (2021d).



TABELA 11**Crimes cometidos sobre o universo de 1.817 presos (cumprindo pena) (2020)**

Crimes	Quantidade
Narcotráfico e posse de drogas	748
Homicídio	219
Furto ou roubo	199
Prostituição ou proxenetismo	113
Estupro, tentativa de estupro e outros crimes sexuais	103
Agressão	98
Fraude, lavagem de dinheiro ou falsificação de documentos	56
Posse ilegal ou tráfico de armas	45
Outros crimes contra a pessoa	32
Tentativa de homicídio	24
Latrocínio	15
Garimpo ilegal	5
Outros	184
Não há informações	109

Fonte: MRE (2021d).

Um dos grandes problemas que atinge os brasileiros presos em países estrangeiros é a ocorrência de legislações restritivas, de acordo com o país, no que diz respeito à manutenção do preso. Alguns presídios, por exemplo, exigem que produtos de higiene ou mesmo alimentação sejam financiados pelos familiares. No entanto, o envio de remessas por canais oficiais tem um custo, às vezes, superior à quantia que a família pode enviar. Assim, por conta da quebra de vínculos ou situação precária das famílias no Brasil, essa ajuda se torna inviável. Nesse contexto, há registro de iniciativas de OSCs para auxiliar na manutenção de presos e mesmo ações pontuais dos consulados locais, que também são responsáveis por realizar visitas periódicas aos estabelecimentos prisionais para verificar a situação jurídica do caso e o estado geral do detento.

Em alguns países, há centros carcerários para receber crianças enquanto as mães ou pais estão presos. Nos Estados Unidos, no caso de presos detidos por entrada ilegal no país, o processo de deportação (*removal proceedings*) é concluído, em média, em 90 dias. A rede consular auxilia esses indivíduos providenciando a documentação de viagem de presos e familiares. O próprio Ministério da Justiça apoiou, no início dos anos 2000, a implementação do Posto de Atendimento Humanizado no Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo. O projeto, realizado em parceria com o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC) e a Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (Asbrad) permitiu o atendimento a vítimas de tráfico humano e o contato com emigrantes brasileiros deportados e inadmitidos (Asbrad, s.d).



4.1.3. Violência contra a mulher

Em todo o mundo, as mulheres sofrem violências físicas e psicológicas motivadas por sua condição de gênero. Os motivos são variados e estão relacionados a condições estruturais sociais subjacentes. Só no Brasil, entre os anos de 2009 e 2019, um total de 50.056 mulheres foram assassinadas. Em 2019, 33,3% do total de homicídios de mulheres registrados no país (1.246) ocorreram dentro de casa (IPEA, 2021). Os mesmos problemas de violência – em particular a violência doméstica – também são enfrentados pela mulher emigrante brasileira no exterior, no entanto, novamente, de maneira intensificada pelos seguintes fatores:

1. Condição de permanência regular no país de destino atrelada ao agressor, no caso de violência doméstica. Exemplo: casamentos de brasileiras com estrangeiros.
2. Desconhecimento da legislação local e medidas de proteção. A maioria dos países não conta com leis de proteção específicas para casos de violência contra mulher, como no Brasil, onde existe a lei nº 11.340/2006 (conhecida como Lei Maria da Penha). Desconhecimento do protocolo 28 da Convenção de Haia³⁸, que trata dos aspectos civis relacionados à guarda de menores em caso de divórcio de casamentos binacionais.
3. Falta de rede de apoio (de amigos e familiares) que possa auxiliar nos cuidados com os filhos, principalmente.
4. Particularidades dos casos de violência doméstica contra a mulher. Nem sempre a vítima se dá conta das relações de abuso que sofre, além de enfrentar dificuldades para fazer as denúncias e reunir provas. Muitas vezes, há reatamento das relações com os acusados. As diferenças culturais tendem a constituir fator agravante das dificuldades de obtenção de provas e de avaliação subjetiva da situação pela vítima.

Percepções de cunho machista e misógino a respeito da mulher brasileira constituem fator adicional de risco para as emigrantes, que as torna mais suscetíveis a crimes de assédio e importunação sexual, além de desqualificação social e profissional.

Aspectos emocionais e o abuso de álcool e demais drogas também aparecem como fatores associados ou agravantes da violência doméstica contra mulheres brasileiras no exterior. Há relatos, ainda, de dificuldades de integração, no caso de casamentos binacionais, da mulher brasileira com a família do marido, em razão de xenofobia ou estereótipos. Entre os meses de novembro de 2019 e dezembro de 2020, a REVIBRA – Rede de Apoio às Vítimas Brasileiras de Violência Doméstica na Europa realizou 1.600 atendimentos, assistindo um total de 180 pessoas em 150 casos. Os números mostram que a cada 10 casos atendidos, em 7 houve violência doméstica; em 7 foram relatadas formas de abuso psicológico; em 6 houve violência administrativa; em 3 houve violência física. De cada 10 casos, em 3 o agressor é conhecido da vítima. Desde o início da pandemia, os números de atendimentos aumentaram a ponto de a entidade ainda não ter conseguido sistematizá-los e, só em 2020, foram registrados 25 casos de feminicídios de brasileiras na Europa. No Japão, OSCs que trabalham com apoio psicológico à mulher brasileira vítima de violência também notificam aumento dos casos de violência doméstica durante o isolamento social.

38. Disponível em: www.hcch.net/pt/instruments/conventions/full-text/?cid=24. Acesso em: 13 out. 2021.

4.1.4. Novas gerações e a questão dos idosos

Já são cerca de 40 anos de fluxos migratórios de brasileiro para o exterior. Assim, pode-se dizer que novas gerações foram formadas em um contexto transnacional. É o caso da comunidade Nikkei no Japão, por exemplo, que, em 2020, completou 30 anos. Ou do caso dos brasileiros no Sul da Flórida, cujos primeiros emigrantes já têm netos.

Esses filhos de emigrantes vivem realidade diferente da de seus pais. Muitos não precisaram emigrar (já nasceram no país de destino); outros migraram quando crianças, muito pequenos, sem vivência no Brasil. O resultado é que, hoje, são jovens “aculturados” no país de destino (ainda que sofram preconceitos, sejam vítimas de xenofobia, *bullying* no ambiente escolar, etc.), mas que vivem ainda uma identidade brasileira no ambiente familiar, seja pelo idioma, pelos hábitos e costumes culturais, comida, etc. Alguns são brasileiros sem nunca terem vindo ao Brasil, especialmente os filhos de emigrantes em situação irregular.

Assim, além de conflitos de ordem identitária e subjetiva, há problemas de inserção pela educação. A grande maioria estudou em escola pública, teve formação de qualidade, mas a família não tem dinheiro para arcar com curso universitário, por exemplo. Ao mesmo tempo, eles vivenciaram as duras rotinas de trabalho dos pais e não querem isso para eles. Em caso de quebra de vínculos com familiares no Brasil, fica dificultada a possibilidade de voltarem para fazer curso universitário no Brasil. Há, igualmente, dificuldades ligadas à revalidação de diplomas no exterior.

No Japão, há aqueles filhos de emigrantes brasileiros que não aprenderam o português na escola ou, ao contrário, aqueles que não aprenderam o japonês (por terem frequentado escolas para brasileiros), o que de certa forma também favorece situações de *bullying* e exclusão. Isso acaba por comprometer, inclusive, a comunicação familiar – muitos brasileiros, apesar de viverem há anos no Japão não falam japonês e tem dificuldade de se comunicarem com seus filhos. Dados da ONG SOS Mães do Japão mostram que em 2020 três jovens brasileiros (na faixa dos 14 anos) se suicidaram e, em 2018, do total de óbitos registrados no Consulado-Geral do Brasil em Nagóia (maior jurisdição), 10% correspondiam a suicídios.

Por fim, em países nos quais há diferenças culturais muito grandes, outros problemas são notados. Ainda no caso japonês, por exemplo, há um alto número de diagnósticos equivocados de autismo envolvendo filhos de emigrantes brasileiros, obtidos por meio de sistema de avaliação elaborado no idioma japonês (muitas vezes incompreensível para a criança), e que desconsidera aspectos sociais e culturais.

A situação dos idosos também é sensível. No caso dos emigrantes irregulares, muitas vezes, não há recursos a benefícios previdenciários, por falta de cotização no Brasil e no país de destino. Ademais, o avanço da idade é fator limitador para as atividades laborais. Há uma preocupação recorrente do Estado brasileiro com a questão, materializada em decretos e ratificações de acordos internacionais. Um exemplo é o Decreto Legislativo nº 148, de 12 de junho de 2015, no qual o Congresso Nacional aprovou o texto da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada em Haia, em 5 de outubro de 1961, da qual o Brasil é signatário. Posteriormente, o Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, promulgou a referida Convenção, a qual passou a vigorar a partir de 14 de agosto de 2016. A cartilha *Previdência Social: Legalização do atestado de vida e outros documentos para brasileiros no exterior*, lançada em conjunto pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), ministérios e Secretaria da Previdência

orienta sobre a emissão da chamada “apostila”³⁹ e de documentos em casos de representações consulares brasileiras localizadas em países não signatários da Convenção (INSS, 2017).

Há, ainda, dificuldades no acesso ao sistema de saúde, que em alguns países é caro. E, em algumas situações, há a ideia do retorno dos mais antigos para o Brasil, o que depende de um planejamento financeiro prévio, na maioria das vezes inexistente. Já no caso dos regulares ou dos que têm condições financeiras de voltar, está envolvida a questão do pertencimento, da volta para o mesmo espaço físico, mas para outro tempo. O retorno implica outro processo de adaptação. Mencione-se, ademais, a questão dos emigrantes brasileiros das primeiras fases, a maioria formada por homens, que foram sozinhos e constituíram outra família no país de destino, abandonando a do Brasil.

4.1.5. Retorno

O retorno de brasileiros emigrados está muito relacionado às fases do fluxo migratório e condições de inserção social no país de destino. Na fase atual, é comum a empreitada emigratória ser planejada sem levar em consideração a volta, o que acaba colocando em xeque a permanência do uso de termos e expressões consolidadas como “*decasséguis*” (o brasileiro, descendente de japoneses, que vai para o Japão trabalhar, juntar dinheiro e voltar).

Outra percepção atual é que o retorno de brasileiros em situação de vulnerabilidade, seja voluntário, seja involuntário, tem se dado com menos tempo de migração. Por exemplo: se antes o retorno por falta de trabalho ou melhores condições de vida no exterior ocorria após uma década vivendo na Europa, agora é recorrente com pessoas que emigraram há cerca de um ano ou menos.

Sabe-se que o retorno, na maioria das vezes, é mais difícil do que a ida. Costuma-se dizer que quem volta é migrante duas vezes: “não é mais daqui, mas também não é de lá”, muito por conta da questão espaço-tempo já citada. Além disso, quando há “insucesso”, verifica-se, muitas vezes, falta de acolhida e apoio pela própria família. Muitos retornados voltam doentes, em especial os oriundos de países onde o acesso à saúde não é gratuito para migrantes em situação irregular, como Estados Unidos e Bélgica. Problemas de ordem psicológica – depressão, ansiedade, síndrome do pânico, estresse pós-traumático – e até surtos psiquiátricos são registrados.

No caso dos deportados, a situação demanda ainda mais atenção. Há muitos casos de sequelas provocadas por situações traumáticas: prisão, humilhação, estigma, sentimento de derrota, frustrações, etc.

39. “A apostila é um documento emitido pela autoridade competente do país signatário, utilizado para simplificar a legalização de documentos. Segundo o art. 3º da Convenção, a aposição de apostila pela autoridade competente do país no qual o documento é originado é “a única formalidade que poderá ser exigida para atestar a autenticidade da assinatura, a função ou cargo exercido pelo signatário do documento e, quando cabível, a autenticidade do selo ou carimbo apostado no documento[...].” (INSS, 2017).



4.2. Potencialidades e oportunidades de ação

4.2.1. Estado, Organizações, e políticas públicas

Conforme visto anteriormente, muito já se avançou na formação de políticas públicas para a questão emigratória, apesar de as necessidades dos emigrantes serem amplas e dinâmicas. Nesse processo, destaca-se o trabalho conjunto entre o cidadão brasileiro e suas redes, associações, coletivos – motivados e desenvolvidos a partir da condição emigratória – e o Estado brasileiro e sua extensa rede consular, com capacidade de articulação nas estruturas internas e externas e ações em situação de crise. Ressalta-se ainda o papel fundamental de organismos internacionais.

De maneira geral, as organizações de emigrantes começam de maneira informal, muitas vezes a partir de iniciativas pessoais e pontuais, e se expandem e se profissionalizam à medida em que passam a reunir mais pessoas – fruto do incremento do fluxo migratório no local – e, assim, recebem mais demandas, de diferentes ordens. Nesse sentido, é comum a diversidade de ações, de práticas e de parcerias, inclusive com outras organizações do Brasil e do país de destino que não necessariamente trabalham com a causa migratória (defesa de direitos e interesses, por exemplo) e governos locais no país de origem, além da rede consular, em uma perspectiva transnacional. Também é perceptível uma mistura na história da origem das instituições com a história de vida pessoal de seus fundadores e importância para a extensão identitária e cultural do Brasil no país de destino.

É preciso considerar que nem todos os emigrantes necessariamente estão vinculados a uma organização ou têm um perfil associativista – é fato que as urgências do emigrante, especialmente quando chega ao país de destino são tantas e dependendo de sua situação de irregular / regular tão intensas, que há poucas brechas para pensar o coletivo, a associação, a participação política, etc. No entanto, o que se verifica nesse particular são ações de abrangência correlacionada aos limites e avanços do papel assumido por essas entidades como executoras de projetos e políticas de interesse público, ao aprimoramento de mecanismos de responsabilização e transparência, acompanhamento de medidas do Estado e da Justiça, para além de muitos outros aspectos.

Ainda que haja avanços e retrocessos ao longo dos anos e carências não contempladas, a questão emigratória vem ocupando espaços na administração pública estatal. Há uma vasta e consolidada rede consular gerida pelo MRE, com constantes tentativas de modernização das estruturas administrativas. Além disso, verificam-se iniciativas de descentralização de questões para outros níveis e esferas de poder – municipal e estadual; judiciário, executivo e legislativo; ou mesmo interministerial – que se mostram relevantes no atendimento de necessidades mais básicas e urgentes dos emigrantes.

Soma-se a isso a atuação dos organismos internacionais. A OIM tem aparecido como uma autoridade mundial, formal e reconhecida, seja por parte de atores governamentais, seja por parte de atores da sociedade civil, com ampla capacidade de liderança, apoio e articulação de iniciativas voltadas para a população emigrante. Ela é vista como capaz de ajudar governos a criar políticas públicas integradas, ou seja, coordenadas pela União, mas geridas por estados, municípios e sociedade civil.

4.2.2. Economia, empreendimentos e inovação

Desde o início dos primeiros fluxos migratórios, é reconhecida a relevância do envio das remessas financeiras da comunidade brasileira no exterior. O Brasil é o segundo maior receptor de remessas em termos de volume na América Latina (atrás apenas do México) e está entre os 25 do mundo (BC / IBGE, 2020), algo esperado pelo tamanho de sua população. Mesmo em época de pandemia mundial, como visto anteriormente em relação a 2020, o volume de dinheiro enviado não só se sustentou, ao contrário de todas as previsões, como aumentou. No caso de regiões onde as remessas representam parcela significativa do PIB, elas “são especialmente importantes para sustentar o padrão de vida das pessoas” (Banco Mundial, 2021, p. 25). No Brasil, o dinheiro das remessas costuma ser investido em imóveis e utilizado para o consumo da família que ficou.

Os próprios mecanismos de envio desse dinheiro resultam em inovação para o sistema financeiro e legislativo, a partir do desenvolvimento de aparatos tecnológicos, formas de acessos, marcos legais e atendimento das demandas. O Banco Central do Brasil estuda, por exemplo, a implementação do Pix internacional, um sistema de pagamentos instantâneos do Brasil para outros países voltados às remessas de pequeno valor para pessoas físicas e pequenas e médias empresas. Hoje, o sistema mais utilizado para transferências internacionais é o serviço de mensageria SWIFT, que conecta mais de 10 mil instituições financeiras ao redor do mundo. No entanto, cada transferência nesse sistema tem um custo médio de US\$ 20. O novo serviço depende de uma atualização da regulamentação do câmbio no Brasil, em tramitação no Legislativo⁴⁰.

Além disso, é recorrente na literatura sobre a temática migratória que o migrante é um empreendedor em potencial, ainda que por necessidade, uma vez que o próprio deslocamento envolve iniciativa, planejamento, investimento, ação e retorno. Verifica-se a atuação dos emigrantes brasileiros no mercado de trabalho em todos os setores, para muito além do conhecido “mercado étnico”, o que movimenta a economia local do país de destino, especialmente de bairros inteiros e pequenas cidades. Muito deles são micro, pequenos e médios empreendedores responsáveis por empresas que empregam, inclusive, outros brasileiros no exterior, contribuindo assim para a geração de remessas em cadeia. Ou ainda: os que são empregados passam a conhecer novas realidades, mercados, modos de produção e operação, aprendem novos idiomas, que podem se transformar em inovação e conhecimento se direcionados e bem trabalhados.

Há ainda registros de empresas de médio porte que são criadas no território de destino, mas que têm operações no Brasil, especialmente por conta do custo da mão de obra, que é mais baixo, e do fator cambial, nas quais, de certa maneira, a comunidade se envolve. Outra forma de atuação, mais recente, e que contempla certa inovação de nível transnacional, é a venda de produtos importados no Brasil articulada pelas redes sociais. É comum grupos de Whatsapp mediado por microempreendedoras brasileiras que, a partir de contato com grupos de brasileiros nos Estados Unidos da América, principalmente, encomendam produtos em lojas de marcas reconhecidas para revenda no Brasil.

Além disso, o próprio fato de a principal razão para a emigração ser a laboral, ajuda na canalização de esforços e articulações, inclusive no nível das políticas públicas. É reconhecido, nesse sentido, o projeto Remessas, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) de

40. Fonte: institutoPROPAGUE.org/noticias/pix-internacional-bc-preve-pagamentos-instantaneos-para-o-exterior/. Acesso em: 13 out. 2021.



Minas Gerais. A entidade é conhecida por apoiar e fomentar a criação, a expansão e a modernização das micro e pequenas empresas no Brasil, capacitando-as para cumprir com eficácia o seu papel no processo de desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, o objetivo do Projeto Remessas foi trabalhar a educação financeira e a educação empreendedora para beneficiários de remessas no Brasil, brasileiros no exterior (a partir do entendimento de sua contribuição para o desenvolvimento nacional) e emigrantes retornados (de forma voluntária ou involuntária) e seus familiares em Minas Gerais (Castro, 2015).

4.2.3. I-diáspora

As redes sociais de emigrantes vão se tornando mais sofisticadas a partir do desenvolvimento das TICs e possibilidades de acesso. Assim, a informação circula em uma velocidade e amplitude impensável há até poucos anos. São grupos de Whatsapp, páginas do Facebook, Instagram, Twitter e outras plataformas que, sistematizadas e organizadas (ou não), emergem como ferramentas comunicacionais inicialmente. Entretanto, ao reunir pessoas marcadas por sua condição emigratória, assumem e protagonizam demandas dos emigrantes que rompem a cena comunicacional, construindo, simultaneamente, vínculos, formas de identificação, participação e, sobretudo, de visibilidade da legitimidade pública do grupo envolvido.

Esse fenômeno vem sendo conhecido como i-diáspora (Diminescu, 2012)⁴¹. Contempla formas midiáticas autodefinidas pela participação voluntária de sujeitos marcados por processos de deslocamento que se juntam ao coletivo fazendo uso da diversidade virtual e mobilidade digital como recurso para interação e compartilhamento social. Não deixam de ser uma forma de atualização e inovação da conhecida “imprensa étnica” (Escudero, 2017).

Em uma breve pesquisa para este relatório só em páginas do Facebook, a partir de palavras-chave como “Brasileiros em...”, “Comunidade brasileira em...”, “Brasileiros no exterior”, etc., identificamos mais de 100 criadas por brasileiros localizados em diversas partes do mundo (ver anexo 3). Juntas, elas reúnem mais dois milhões e meio de pessoas. Essas páginas costumam ser administradas pelo criador (ou um grupo de moderadores) responsável por estabelecer as regras de postagens do grupo e fazer uma triagem prévia do conteúdo que será publicado (uma vez que qualquer pessoa pode inserir qualquer conteúdo). Os fluxos de informação são os mais variados possíveis e, no geral, compreendem:

- a) Economia e serviços: ofertas de emprego e de trabalhos de profissionais liberais, vagas de aluguel, compra e venda de produtos usados, disseminação de campanhas locais promovidas por prefeituras ou OSCs locais, pedidos de ajuda para encontrar determinados profissionais (advogados especializados em documentação migratória, por exemplo).
- b) Cultura: anúncios de eventos típicos brasileiros e culturais realizados no país de destino, promovidos pela própria comunidade ou rede consular, ou demais atrações locais, que de certa maneira, vão ao encontro dos interesses da comunidade, entre festas, shows, datas comemorativas.

41. Ou conceitos correlatos, como webdiáspora, diáspora digital, @diaspora, entre outros.

- c) Política: com algumas exceções – referentes muitas vezes a conteúdo de relações internacionais entre os países envolvidos (assinatura de acordos, visitas oficiais, etc.) – se resume a informações sobre políticas migratórias ou processos de votação no exterior.
- d) Dúvidas: troca de informações e pedidos de ajuda sobre os mais variados assuntos: como matricular o filho na escola, abrir conta em banco, mandar dinheiro para o exterior, onde encontrar produtos ou comidas típicas brasileiras, como renovar o passaporte sem estar no Brasil, cursos de idiomas, ou mesmo dúvidas de brasileiros que planejam migrar para o local.

4.2.4. Construção e circulação do conhecimento

Por fim, a atividade da comunidade brasileira no exterior no campo da educação é digna de nota. O intenso intercâmbio que existe de professores-pesquisadores e alunos da pós-graduação brasileiros – ligados às universidades públicas e privadas do país –, em todas as áreas do conhecimento, é fundamental para a construção de novos saberes voltados, inclusive, para aplicação prática no território brasileiro, e visibilidade de uma mão de obra nacional altamente qualificada. Trata-se de um grupo de pessoas cujo trabalho repercute não só no ambiente acadêmico, mas em empresas, governos, terceiro setor, etc., implantando no país, além de novos conhecimentos, redes e capitais diretamente vinculados ao desenvolvimento.

No que se refere aos estudantes universitários, costumam ser um público desejado pelas universidades de alguns países, principalmente, as privadas por representarem uma fonte de renda, além de movimentar outros setores da economia local, como o turismo, por exemplo. Em Portugal, muito por conta do idioma e dos laços históricos e culturais, 30% dos estudantes universitários internacionais do país são brasileiros, segundo informações fornecidas pela Casa do Brasil de Lisboa.

Outra contribuição é no sentido de servirem como fontes de pesquisa, principalmente para o campo das Ciências Sociais, para estudos e conhecimentos da realidade do brasileiro no exterior, ainda que constituam grupo dentro de uma comunidade maior – que tem suas particularidades como, por exemplo, uma vivência no exterior delimitada temporalmente ou uma situação mais confortável, já que emigram com documentos regularizados e já inseridos no ambiente acadêmico.

Além disso, ainda que tenha ocorrido um certo atraso na sistematização dos primeiros estudos e pesquisas em relação aos fluxos iniciais de emigrados, hoje já é possível afirmar que a temática no Brasil segue a tendência internacional de “boom” quantitativo dos estudos, bem como a existência de centros de referências e uma inserção interdisciplinar entre os diversos campos do conhecimento.





5

Boas práticas

Procuramos identificar nesta pesquisa as experiências replicáveis em termos de políticas públicas de articulação e promoção da participação das comunidades de emigrantes brasileiros no exterior, bem como de iniciativas da sociedade civil organizada, no desenvolvimento sustentável do Brasil e, em alguns casos, dos países de destino. Na verdade, procuramos detalhar algumas das principais contribuições dos brasileiros no exterior hoje.

As informações foram obtidas por meio de entrevistas com os atores e da análise dos documentos publicados e / ou enviados diretamente para a autora da pesquisa mediante solicitação. É importante destacar que todos os projetos estão consolidados e suas etapas e processos organizados. Por vezes, não foi possível detalhar todas as características das ações e atividades realizadas por não haver informações disponíveis, o que revela, em alguns casos, uma cultura de não formalização e institucionalização das atividades diante de tantas demandas e questionamentos mais urgentes, agravados pela ausência de recursos humanos e financeiros da organização responsável (independentemente de ser governo, ONG, grupos informais, ativistas, etc.).

Assim, essa seleção de boas práticas descritas a seguir foi feita com base nos critérios da proposta metodológica geral desta pesquisa, tais como: “a) podem ser replicadas na região [da América do Sul], com adaptações para cada caso particular; b) foram implementadas com relativo sucesso, ainda que se configurem apenas boas intenções; c) são ações que cumprem os marcos jurídicos internacionais e nacionais, com algumas exceções onde a lei em um país é mais avançada do que em outro, e se enquadram como um exemplo de tipos de ações que podem ser realizadas sob um quadro de marco legal atualizado” (Proposta Metodológica, 2021, p. 15).

Além disso, critérios de inovação, articulação e interação de diferentes atores e a possibilidade concreta de atendimento às demandas da comunidade brasileira no exterior também foram considerados.

1. Projeto Remessas – SEBRAE MG

País(es) e localização: O país foco foi os Estados Unidos da América, mas foram realizadas ações em Portugal e Suíça aos emigrantes que desejavam empreender ou que já possuíam um negócio, além do próprio Brasil, com atendimento a retornados e beneficiários de remessas, como os familiares dos emigrantes e os retornados.

Criação e organização: Durou de 2006 a 2015 e, a partir de 2021, foi institucionalizado no nível estadual do Sebrae de Minas Gerais para atendimento de migrantes que, de certa maneira, mantêm vínculos nos 853 municípios do estado.

Objetivo: O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) é uma entidade que apoia e fomenta a criação, a expansão e a modernização das micro e pequenas empresas no Brasil, capacitando-as para cumprir com eficácia o seu papel no processo de desenvolvimento econômico e social. Dentro desse princípio, o objetivo do Projeto Remessas é trabalhar a educação financeira e a educação empreendedora para beneficiários de remessas em Minas Gerais, brasileiros no exterior (a partir do entendimento de sua contribuição para o desenvolvimento nacional) e emigrantes retornados (de forma voluntária ou involuntária).

Estrutura: O SEBRAE tem atuação nacional e é organizado, também, a partir de escritórios estaduais. No caso do SEBRAE Minas, atualmente, com a institucionalização da atuação com o público migrante, há 55 escritórios micro regionais no estado aptos a prestarem atendimentos aos emigrantes e beneficiários de remessas, além de cerca de 400 “Salas do empreendedor”, postos de atendimento criados por meio de parceria com a Junta Comercial estadual e Prefeituras Municipais que facilitam processos relacionados a abertura de empresa. Atendendo a um pedido do ACNUR, essa estrutura também está aberta ao refugiado fixado em Minas.

Plano de ação e potencialidades: As ações do projeto Remessas foram articuladas em torno do esclarecimento, instrução e apoio ao desenvolvimento de negócios a partir de recursos financeiros envolvendo emigrantes, bem como de Educação Financeira pessoal e da família do potencial empreendedor migrante, ou seja, daquele que ainda não tem ou pretende ter uma empresa, mas que, necessita se organizar financeiramente. Foram baseadas em pesquisas que mostraram que a decisão de investimentos de remessas no Brasil é compartilhada pelo emigrante e o beneficiário. Assim, as ações estão voltadas a capacitar “as duas pontas” do processo. Além disso, no caso dos emigrantes retornados, o fracasso de um empreendimento resulta, praticamente, em nova emigração. Nesse sentido, as ações desenvolvidas estavam inseridas, também, nesse contexto mais amplo.

Atividades desenvolvidas: Antes da institucionalização no nível estadual, até 2015, foram realizados 3.200 atendimentos presenciais voltados para emigrantes e beneficiários de remessas, 43 mil atendimentos a distância e 119 consultorias a empresas. Além disso, há, periodicamente, cursos de capacitação, orientações de planos de negócios, workshops, palestras, etc.

Dificuldades: A comunicação com o emigrante, em duas frentes principais: 1) fazer chegar o projeto até ele; 2) conscientizá-lo de que abertura de um negócio e investimentos de recursos financeiros requerem planejamento, estudo e apoio. O alto índice de insucesso de micros e pequenos empreendimentos no Brasil. O “empreendedorismo por necessidade”. O desconhecimento da legislação do país de acolhida e dos sistemas de envio de remessas por parte do emigrante.

Desenvolvimento de parcerias: Bancos Nacionais e mundiais (Caixa Econômica Federal e BID), organismos internacionais, (OIM e ACNUR), prefeituras, tanto no Brasil quanto no exterior (Governador Valadares, no Brasil, e de Boston, nos Estados Unidos da América, por exemplo), governo do estado de Minas Gerais e municípios, algumas ações articuladas com Itamaraty, consulados e embaixadas, além de organizações locais (nos países de origem e de acolhida) e transnacionais.

Recomendações: O Projeto Remessas costuma ser mencionado pelos atores como um exemplo concreto e eficaz de conscientização dos aspectos migratórios, nesse caso, no que diz respeito à Educação Financeira e Empreendedora de emigrantes e seus familiares e a investimentos de recursos financeiros. Tem amplo potencial e abertura para ser institucionalizado não só em outros estados, mas também, no nível nacional, e apoiar, a partir do conhecimento na temática e estrutura organizativa, projetos e ações envolvendo outras áreas da temática da emigração. Além disso, tem alta capacidade de parcerias e articulação em rede, possibilitando, inclusive, o envolvimento de novos atores na temática emigratória, como, por exemplo, as Câmeras de Comércio.

Contato: Alanni de Lacerda Barbosa e Castro – coordenadora. Telefone: +55 31 3379-9581. Email: alanni.barbosa@sebraemg.com.br.

Site oficial: www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mg/sebraeaz/migrantes-e-refugiados-em-minas,feeea8c82f749710VgnVCM100000d701210aRCRD



2. Combate à violência doméstica – SOS Mães do Japão

País(es) e localização: Japão, todo o território, com mais ou menos atuação dependendo da quantidade de brasileiros na cidade / no estado / na região.

Criação e organização: O SOS Mães existe desde 2012 e hoje é formalizado em uma ONG que atua em diversas áreas, sempre com foco na ajuda, assistência e apoio à mulher brasileira no Japão. Surgiu a partir de uma iniciativa individual com a função de favorecer a troca de informações e compartilhar experiências entre as mulheres sobre maternidade. Com o passar do tempo, passou a receber demandas de mulheres que foram vitimadas em razão de sua condição de gênero feminino, ou seja, em decorrência de violência doméstica ou familiar ou quando há menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Objetivo: O objetivo principal do grupo é compartilhar informações e experiências referentes ao cotidiano da mulher brasileira e sua família no Japão, prestar assistência em casos de situação de vulnerabilidade e celebrar os laços de amizade. No que diz respeito à violência doméstica, a proposta é conscientizar e prestar assistência.

Estrutura: Há uma coordenação geral da ONG que funciona, principalmente, a partir de uma página virtual no Facebook que reúne cerca de 40 mil mulheres, sendo 90% residentes no Japão. Há uma subdivisão entre as participantes, com 50 mulheres moderadoras responsáveis por ações virtuais e presenciais, dependendo da temática, localização, etc. Em caso de agressão física por violência doméstica, um grupo especializado dentro dessa estrutura permite o socorro à mulher em uma hora, a partir do recebimento da comunicação da agressão até a entrada da vítima no abrigo de segurança. Já chegaram a atender cinco casos em um dia. A participação não é remunerada.

Plano de ação e potencialidades: No caso dos atendimentos às vítimas de violência doméstica, as ações são realizadas em três etapas: 1) orientar e conscientizar quanto aos direitos e deveres, à importância da denúncia, os aspectos da legislação do país (inclusive da convenção de Haia), as formas de proteção, etc.; 2) acolher e dar apoio e suporte emocional à mulher para que ela se sinta amparada e confiante a seguir no processo, incentivando-a a colocar um fim no ciclo da violência; 3) nunca julgar e compreender, inclusive em casos em que a vítima não enxerga aquela situação como violenta, por questões culturais, sociais, etc.

Atividades desenvolvidas: Campanhas de conscientização, eventos, palestras, produção de material escrito, cards, cartazes, etc. Reuniões periódicas entre os membros e moderadoras para a definição de estratégias para se acionar a polícia em caso de agressão física, chamar a ambulância, estar presente no hospital quando a vítima chega para ser socorrida, entre outras, que contemplam um protocolo de ação

e segurança. Articulação em rede para que o atendimento seja rápido e eficaz tanto no socorro quanto à reinserção da mulher na sociedade, seja no próprio Japão, seja no Brasil, em caso de decisão pelo retorno (voluntário ou involuntário).

Dificuldades: Falta de suporte e rede de apoio da mulher brasileira no Japão. Desconhecimento do idioma japonês e de aspectos legislativos, culturais e da própria organização social local por parte das mulheres migrantes. Falta de leis japonesas de proteção à mulher, como no caso da Lei Maria da Penha, no Brasil, bem como a questão do tráfico de pessoas. Aspectos emocionais e o abuso de álcool e demais drogas no ambiente familiar por parte do agressor. A ideia da violência doméstica naturalizada, fruto de um histórico social machista e patriarcal. Processo longo até o desfecho.

Desenvolvimento de parcerias: Mantém parcerias com os consulados do Brasil no Japão, até mesmo para ajudar na questão de vistos e passaportes, principalmente quando há filhos envolvidos e a necessidade de retorno ao Brasil. Há parcerias com organizações locais, em diversas cidades do Japão e algumas do Brasil, especialmente nas áreas de educação, jurídica e assistencial.

Recomendações: A realidade da violência doméstica contra a mulher é potencializada nos casos ocorridos no exterior envolvendo brasileiras, por diversos fatores, entre eles: legislações locais e globais restritivas aos estrangeiros (especialmente no caso de uniões binacionais, quando a mulher é brasileira e há disputa pela guarda dos filhos), ausência de legislação de proteção à vítima de violência de gênero em alguns países e a falta de uma rede de apoio, especialmente familiar. Projetos como o da SOS Mães demonstram autonomia na criação de mecanismos e suportes de funcionamento próprios, inclusive com ações que podem ser adaptadas à realidade de outros países, por meio de parcerias e articulações conjuntas, e apoiadas por órgãos governamentais e organismos internacionais, com atuação em outras áreas que não necessariamente a migratória.

Contato: Lílian Mishima – coordenadora. Email: lilian_mishima@hotmail.com.
Página do Facebook: m.facebook.com/sosmamaesnojapao/?locale2=pt_BR



3. Programa Emigrante Cidadão – Prefeitura de Governador Valadares (MG)

País(es) e localização: Brasil (município de Governador Valadares) e Estados Unidos

Criação e organização: O programa Emigrante Cidadão (PEC) foi criado pela lei municipal nº 4940/2001. A cidade tem um longo e intenso histórico de emigração para os Estados Unidos, principalmente, com impactos, inclusive, na identidade cultural e social local. Nesse sentido, a própria vivência do município em torno da emigração fez surgir a necessidade de uma política pública voltada para essa questão.

Objetivo: Prestar apoio social e econômico (orientação de investimentos de remessas) para cidadãos de Governador Valadares, tanto emigrantes, como familiares que ficam na cidade.

Estrutura: O projeto está regulamentado por lei municipal. Atualmente, há um servidor na prefeitura responsável que, sob demanda, define os encaminhamentos, faz os contatos, e realiza os trabalhos.

Plano de ação e potencialidades: As ações estão articuladas em seis eixos principais: 1) Prestar apoio à localização de cidadãos valadarenses emigrantes no exterior, articulando-se com as autoridades brasileiras competentes; 2) Apoiar e facilitar a divulgação de notícias e de informações sobre Governador Valadares entre os cidadãos emigrantes no exterior. 3) Articular-se com estabelecimentos financeiros e instituições financeiras oficiais com vistas a possibilitar a remessa de divisas em condições de legalidade e segurança; 4) Articular-se com entidades especializadas com o objetivo de prestação de assistência psicológica a familiares dos emigrantes que residam na cidade, quando for o caso; 5) Apoiar a reinserção social e cultural dos cidadãos emigrantes que retornarem do exterior; 6) Prestar orientação e assistência técnica aos cidadãos emigrantes que pretendam investir na cidade, articulando-se, quando for o caso, com agências e entidades de fomento de negócios.

Atividades desenvolvidas: Logo da implantação do projeto e com o passar dos anos, houve realização de eventos, palestras, workshops, estabelecimento de parcerias e demais atividades. Além disso, alguns estudos foram realizados para se conhecer melhor a realidade da emigração que envolve a cidade. Atualmente, o projeto funciona sob demanda e questões mais atendidas são o cuidado com quem ficou e a assistência jurídica para deportados.

Dificuldades: Instabilidades nas políticas públicas de maneira geral. Falta de comunicação dos emigrantes com o poder públicos (hoje, o projeto atende muito mais familiares que ficaram na cidade do que o próprio emigrante). O emigrante costuma procurar primeiro sua rede e se, não consegue nada, tenta o poder público.

Desenvolvimento de parcerias: SEBRAE Minas, Universidade Federal de Juiz de Fora, organismos internacionais (por exemplo: OIM), prefeituras de Boston, Governo do Estado de Minas Gerais e organizações locais (nos países de origem e de acolhida) e transnacionais.

Recomendações: O PEC se destaca por ser praticamente a primeira e uma das únicas iniciativas de política pública no nível municipal no Brasil voltada para a questão emigratória. Assim, poderia servir de modelo para outros municípios, evidentemente, com adaptações à realidade local respeitando suas diferenças. Diante do conhecimento que tem da questão migratória devido às ações ao longo dos anos, configura-se um importante e experiente ator envolvido na temática que poderia ajudar na formulação de políticas públicas, inclusive no nível federal. Recomenda-se ainda uma renovação nas articulações e formas de ação e divulgação do PEC.

Contato: Secretaria Municipal de Desenvolvimento. Rua Belo Horizonte, 740, Centro, Governador Valadares, MG – CEP: 35010-040. Telefone: +55 333271 5010. Site oficial: www.valadares.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/programa-emigrante-cidadao/86189



4. Programa Auxílio Funerário aos Goianos Vitimados no Exterior – Governo de Goiás

País(es) e localização: Todos os países que tenham cidadãos goianos e a família encontra-se no Estado de Goiás.

Criação e organização: Por conta do histórico de emigração do estado de Goiás e a situação de vulnerabilidade, não só do emigrante, mas da família que permanece no Brasil, surgiu a necessidade de uma política pública voltada para essa questão. Nesse sentido, a lei nº 17.107/2010 instituiu, no âmbito da Secretaria-Geral da Governadoria, o Programa Auxílio Funerário aos Goianos Vitimados no Exterior.

Objetivo: Conceder auxílio financeiro às famílias de cidadãos goianos mortos no exterior, que não têm recursos para o traslado de cinzas, ossadas e corpos de vítimas para Goiás.

Estrutura: O trabalho já esteve hierarquicamente sob uma Secretaria de Estado. Hoje, está alocado no Gabinete de Relações Internacionais, no qual há uma assessoria para assuntos consulares do estado, com um servidor que encaminha as questões.

Plano de ação e potencialidades: É estabelecido por lei estadual e funciona sob demanda. Para ter acesso ao benefício, a família da vítima deve comprovar que o falecido era natural do Estado de Goiás ou que seus familiares estejam radicados há, pelo menos, cinco anos no Estado. Além disso, é preciso a indicação de que o morto não tenha deixado recursos suficientes para seu funeral e sua família não disponha de meios para custeá-lo. O auxílio financeiro garantido pelo Programa não excede o valor cobrado pela cremação de cadáver no país de destino do emigrante.

Atividades desenvolvidas: Atendimento às famílias das vítimas, interação com a estrutura interna do Governo estadual, como a secretaria de finanças, por exemplo. Em alguns casos há a necessidade de interlocução com o Departamento Consular do Itamaraty.

Dificuldades: Funcionamento sob demanda e requerimento de ações em momentos delicados no qual os familiares se encontram em momento de maior fragilidade por conta do luto. Etapas processuais complexas e burocracia estatal.

Desenvolvimento de parcerias: Em casos mais complexos, há o contato com organizações locais nos países de destino que trabalham com a temática migratória e que dão o suporte para as operações.

Recomendações: A ação se destaca por ser praticamente a primeira e uma das únicas iniciativas de política pública no nível estadual no Brasil voltada para a questão emigratória e reconhecida como extremamente eficaz, com resultados práticos para a

família do emigrante em situação de vulnerabilidade. Assim, poderia servir de modelo para outros estados, evidentemente, com adaptações à realidade local respeitando suas diferenças. Graças ao conhecimento que da questão migratória adquirido nas atividades exercidas ao longo dos anos, o programa poderia ajudar na formulação de políticas públicas, inclusive no nível federal. Recomenda-se ainda uma ampliação das ações de maneira articulada formal com outras esferas de governo, ou mesmo a sociedade civil e publicização da lei, para que mais pessoas as conheçam e possam aceder ao programa

Obs.: Dentro da temática de políticas públicas do estado de Goiás, registra-se ainda a existência do Projeto Andorinhas, apresentado em 2015 e inativo atualmente. O objetivo era orientar cidadãos goianos que viviam no exterior, em diversas frentes, desde o planejamento da vida financeira a emissão de documentos, oferecimento de cursos, empréstimos, abertura de micro e pequenas empresas, entre outros. A ação era realizada em parceria com o SEBRAE.

Contato: Igor Pimentel, Gabinete de Relações Internacionais do Estado de Goiás. Email: igor.pimentel@goias.gov.br. Lei 17.107/2010: legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/88970/lei-17107



5. Projeto Resgate Brasil

País(es) e localização: O Projeto Resgate Brasil é uma das atividades da Organização internacional homônima, com sede na Suíça. No Brasil, tem sede em Goiás, com atuação em 12 países da Comunidade Europeia.

Criação e organização: Por conta do histórico de emigração do estado de Goiás, o projeto foi estabelecido em Goiânia, onde funciona há 15 anos. Começou com o resgate de vítimas do tráfico e exploração sexual, e passou a atender, com o passar do tempo, emigrantes, em geral, em processo de retorno voluntário ou involuntário e presos extraditados e/ou deportados.

Objetivo: Facilitar o retorno do emigrante em situação de vulnerabilidade ou vítima resgatada de tráfico humano, prestar apoio e assistência (financeira, jurídica, etc.) no processo de volta e trabalhar a acolhida no Brasil, com orientações para a reinserção social.

Estrutura: Há o escritório em Goiânia, liderado por um secretário executivo.

Plano de ação e potencialidades: As atividades de enfrentamento ao tráfico são divididas em três eixos principais; 1) Repressão: denúncias para ajudar no desmantelamento de redes e ações policiais; 2) Prevenção: campanhas publicitárias, de conscientização, propagandas, parcerias com ONGs, etc; 3) Atenção: assistência às vítimas, acolhida, orientação. No caso de emigrantes, as ações ficam em torno da articulação da volta e reinserção social no Brasil.

Atividades desenvolvidas: Na maioria dos casos de tráfico humano, o trabalho começa na Europa, quando a pessoa não tem documentos, quer fazer denúncias contra o aliciador, prestar depoimento, etc. No caso de emigrantes, inicia quando há o pedido de ajuda por não ter condições financeiras para permanecer e para voltar. Então, é desenvolvido um pré-projeto de volta, com reuniões, conversas individuais, orientações, captação de recursos, etc. Quando chega ao Brasil, esse projeto é avaliado e a pessoa recebe capacitação e ajuda financeira nos primeiros meses, como para abertura de um micro negócio, pagamento de aluguel, de universidade, etc. Em alguns casos há a necessidade de interlocução com os consulados, especialmente na questão de retorno de presos extraditados e/ou deportados. Só em 2020, por conta da pandemia, promoveram o retorno de 150 brasileiros da Europa.

Dificuldades: Alta capacidade, organização e articulação dos criminosos de tráfico humano no aliciamento e funcionamento da rede. Ausência de apoio do governo brasileiro. Falta de campanhas de conscientização, especialmente direcionada aos mais jovens. Falta de oportunidades e empregos no Brasil.

Desenvolvimento de parcerias: Há parcerias com organizações locais (da Europa e do Brasil), além de transnacionais, como Cáritas, Cruz Vermelha e organismos internacionais (OIM, por exemplo).

Financiamento e custos: Recursos oriundos do Fundo Europeu de Retorno, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), de Portugal; Home Office / Governo britânico e de parcerias em geral.

Recomendações: Levando em consideração os números de brasileiros vítimas do tráfico de pessoas internacional, é urgente o apoio formal a esse tipo de iniciativa, por diversos níveis e esferas de poder, inclusive com recursos financeiros, para sua sustentabilidade e institucionalidade. A extensão das ações desenvolvidas a processos de retorno de emigrantes (voluntário ou involuntário) ou presos revela a vulnerabilidade desse tipo de população e a necessidade de ações mais pontuais e efetivas. Recomenda-se, por fim, investimentos em campanhas educativas, de conscientização e esclarecimento no Brasil, especialmente, direcionadas aos jovens.

Contato: Marco Aurélio de Souza. Email: m.aurelio@projetoresgatebrasil.org.br. Telefone: +55 62 99835 3700 Site oficial: www.projetoresgatebrasil.org.br. Página do Facebook: www.facebook.com/www.projetoresgatebrasil.org.br/



6. Projeto Brasil Portugal por uma migração de direitos

País(es) e localização: Portugal e Brasil

Criação e organização: Criado pela Casa do Brasil de Lisboa, em 2021, em fase atual de implantação e desenvolvimento.

Objetivo: Investir em uma migração consciente. Produzir e disponibilizar informações em um canal de comunicação, de maneira criativa e de fácil acesso e assimilação, para que as pessoas interessadas em migrar conheçam as dificuldades, os processos, as características, etc.

Estrutura: Casa do Brasil de Lisboa com mais duas associações de Portugal, mais apoio na parte da divulgação da Rede Sem Fronteiras, no Brasil. Há um histórico em duas outras ações do tipo que servem de base para esse novo projeto: 1) Lisboa Acolhe, um portal informativo construído por diversas associações portuguesas, inclusive em parceria com a Câmara de Lisboa; 2) Projeto #MigraMyths – Desmistificando a imigração, que por meio de dados concretos e oficiais desmente informações falsas relacionadas, principalmente, à rejeição do imigrante brasileiro em Portugal.

Plano de ação e potencialidades: Ações e campanhas dinâmicas direcionadas a brasileiros que planejam migrar para Portugal. Fazer uma sensibilização prévia desse público, trabalhar antes da vinda. Projeto de Prevenção. Reunir histórias, experiências, informações e publicizar tudo isso, em linguagem e formatos fáceis e acessíveis, dando visibilidade à temática e informações para o enfrentamento e desenvolvimento do processo migratório. Ênfase grande nas redes sociais virtuais e em produtos conhecidos e populares e de combate à desinformação.

Atividades desenvolvidas: Produção de vídeos para canal no Youtube, talkshows e quizz, elaboração de cards para circulação via grupos de Whatsapp, Instagram, etc., comunicação direta com grupos de Facebook, seções informativas online, entre outras. Elaboração de campanhas temáticas sobre habitação, violência de gênero, desqualificação profissional, documentação, etc. Combate às fakenews.

Dificuldades: As informações sobre os processos migratórios existem em sites oficiais da Internet, por exemplo consulados, prefeituras, canais legislativos, porém, não chegam à população ou quando chegam são de difícil entendimento e compreensão, muito por conta de formatos inadequados e textos complexos. Além disso, canais nas redes sociais, em busca dos chamados “likes”, distorcem informações, reforçam estereótipos e mostram um cenário não condizente com a realidade.

Desenvolvimento de parcerias: Há parcerias com organizações locais de Portugal e do Brasil. É a primeira vez, em 30 anos, que a Casa do Brasil de Lisboa faz uma parceria formal com uma associação brasileira.

Recomendações: É recorrente na literatura sobre a temática emigratória e relatos de experiências, não só de emigrantes, mas também de líderes comunitários e de associações e ONGs relacionadas à questão, a falta de informação para concretização de um projeto migratório seguro, especialmente em se tratando de documentação, regularização e até questões de tráfico humano e trabalho escravo. Nesse sentido, essa iniciativa formalizada na área da comunicação, se mostra pioneira e inovadora.

Contato: Cyntia de Paula. Casa do Brasil de Lisboa.

Email: direcao@casadobrasildelisboa.pt. Telefone : +351 213 400 000.

Site oficial: casadobrasildelisboa.pt. Página do Facebook: www.facebook.com/casadobrasildelisboa/



7. Pesquisas Revibra – Mapeamento de dados a partir de experiências empíricas

País(es) e localização: União europeia e Brasil

Criação e organização: A Revibra foi criada em 2012 atua em três frentes principais: 1) proteção, atendimento e apoio de vítimas de violência de gênero e racismo da mulher migrante na Europa, ou seja, em decorrência de violência doméstica ou familiar ou quando há menosprezo ou discriminação à condição de mulher; 2) conscientização, informação e campanhas sobre a temática migratória, em especial em relação ao direito da mulher; 3) desenvolvimento de pesquisas quantitativas e qualitativas sobre a temática.

Objetivo: Sobre a área de pesquisa, o objetivo é mapear os casos e as diversas realidades com as quais a instituição trabalha não só para se conhecer melhor a realidade e vislumbrar caminhos e soluções, mas garantir seu registro histórico e uso para questões de desenvolvimento em diversas áreas do conhecimento. Lema: “Só podemos mudar o que conhecemos”.

Estrutura: Existe uma equipe formada por juristas, advogadas e psicólogas voluntárias, com membros localizados, atualmente, em 10 países da Europa, e em cinco estados brasileiros. Todos os serviços prestados são gratuitos e sigilosos. A parte de pesquisa tem uma coordenação interna e relacionada às Ciências Sociais.

Plano de ação e potencialidades: É a única organização latino-americana de composição de dados na temática da violência de gênero de migrantes na Europa. Alto conhecimento técnico sobre discriminação de gênero e migrações no contexto Europeu, estratégias legais e de incidência política, organização da sociedade civil em torno da temática, etc. Esse conhecimento é sistematizado a partir de estudos que envolvem os aspectos empíricos de atuação da Revibra, seja em termos de políticas públicas ou casos individuais. Esse conhecimento não envolve apenas mulheres, mas presos, vítimas de exploração laboral e comunidade trans.

Atividades desenvolvidas: Análises e estudos dos atendimentos individuais, jurídico e psicológico, às vítimas de violência de gênero (discriminação no trabalho, violência doméstica, abuso sexual, etc.), produção de relatórios anuais sobre as características da violência de gênero envolvendo mulheres brasileiras na Europa, perfil do agressor, situações de guarda dos filhos, disputas judiciais, estrutura do direito internacional, exploração laboral, situação jurídica, entre outros. Os trabalhos de pesquisa são orientados e regulamentados por comitês de ética da União Europeia e pela Lei de Proteção dos Dados, quanto às normas de anonimato, confidencialidade, bem como características dos dados desagregados por origem étnica, nacionalidade, gênero, etc.

Dificuldades: Desconhecimento técnico dentro da temática migratória no que diz

respeito a direitos, legislação locais de países e blocos, protocolos, normativas, e ao próprio Protocolo 28 da Convenção de Haia que trata do sequestro internacional de menores (para fins cíveis), etc. que atinge não só a mulher emigrante, mas advogados, membros da estrutura judicial, rede consular brasileira, gestores públicos e governantes. Falta de pesquisas e divulgação do conhecimento científico nessa área humana e social envolvendo mulheres migrantes. A dificuldade de acesso à Justiça em países da UE. Diferenças culturais entre os países e questões estruturais como racismo, xenofobia, discriminação, etc.

Desenvolvimento de parcerias: Há parcerias com organizações locais (da Europa e Brasil) e transnacionais, instâncias de participação e representação política, universidades, entre outras. O estabelecimento de parcerias com instituições brasileiras se revelou extremamente importante a partir da percepção de que, pelo isolamento e ausência de rede de apoio no país de destino, a vítima de violência de gênero procura, em primeiro lugar, organizações de apoio no Brasil.

Recomendações: O alto nível de conhecimento reunido pela organização a partir de suas atividades empíricas e sistematizado em estudos e relatórios é fundamental para o enfrentamento da realidade. Pode nortear, desde treinamentos e capacitação dos atores envolvidos no atendimento pontual às vítimas (policiais, funcionários de consulados, assistentes sociais, advogados, etc.) à formulação de políticas públicas e avanços relacionados à estrutura do direito internacional, especialmente em questões relacionadas ao divórcio, direito de família, guarda de menores, rapto infantil, violência contra a mulher, etc. quando envolve uniões afetivas binacionais.

Contato: Juliana Wahlgren e Marcia Baratto – Revibra: Rede Europeia de Apoio de Vítimas Brasileira de Violência Doméstica e Gênero. Email: revibraeuropa@gmail.com. Site oficial: revibraeuropa.eu. Página do Facebook : www.facebook.com/revibraeuropa



8. Atendimento psicológico a emigrantes brasileiros no Japão

País(es) e localização: Japão

Criação e organização: A ONG SABJA (Serviço de Atendimento aos Brasileiros no Japão), formalizada em 2003, desenvolve ações em diversas áreas, como assistência jurídica, médica, social, cursos de japonês, realização de eventos culturais, etc. para brasileiros no Japão. Entretanto, o projeto de apoio psicológico, desenvolvido inclusive em parceria com consulados brasileiros no país, há mais de quatro anos é o destaque.

Objetivo: Prestar assistência psicológica ao emigrante brasileiro fixado no país. Essa assistência é direcionada não só em casos de tratamento de doenças como depressão, síndrome do pânico, ansiedade, etc., mas no próprio apoio e acolhida para interação, levando em consideração as dificuldades do processo migratório no que diz respeito à acolhida e interação no país de destino. O governo japonês até oferece esse tipo de assistência ao cidadão, mas o atendimento esbarra na questão do idioma.

Estrutura: A ONG atende todo o Japão e tem duas funcionárias remuneradas. O restante é voluntário. Os psicólogos são pagos pelos consulados brasileiros de Nagoya e Hamamatsu. O atendimento é realizado na própria sede do consulado ou, na fase de pandemia, de maneira virtual também, mediante agendamento prévio. Além disso, há psicólogos que são pagos por meio de uma parceria com o governo do Japão. A diretoria da ONG é formada por voluntários japoneses, porém, aposentados e que em determinado período trabalharam no Brasil (expatriados).

Plano de ação e potencialidades: A parceria com os consulados, além de, na prática, atender o cidadão brasileiro nas suas necessidades, no caso, as psicológicas e de saúde mental, fortalece a imagem do estado brasileiro perante a comunidade de emigrantes e promove a interação do emigrante com o órgão.

Atividades desenvolvidas: Consultas clínicas. Os casos de depressão e exaustão mental são os mais comuns, além de tratamento de crianças e jovens (em crise de identidade ou dificuldade de aprendizagem) e idosos (em crise de angústias, insônias). Porém, com a pandemia, houve aumento significativo nos casos de ansiedade e síndrome do pânico. Aplicação do teste WISC (Escala de Inteligência Wechsler para Crianças), que tem como objetivo avaliar o desempenho cognitivo, a capacidade intelectual e o processo de resolução de problemas em crianças, em escolas japonesas para filhos de brasileiros, por psicólogos brasileiros, que falam português. Publicação periódica de uma coluna informativa com orientações psicológicas publicada na Revista Alternativa, veículo

étnico voltado para a comunidade de brasileiros no Japão. Desenvolvimento de ações conjuntas com igrejas (vistas como locais para o bem estar do emigrante), e atividades de educação sexual.

Dificuldades: Recursos financeiros para ampliação do quadro profissional de psicólogos. Situação de pandemia. As quebras dos vínculos afetivos com o Brasil. Diferenças culturais e estruturais entre Japão e Brasil.

Desenvolvimento de parcerias: Além das parcerias com os consulados brasileiros, há parcerias entre o governo do Japão e prefeituras locais, especialmente, por via das secretarias de educação, no caso de atendimento a crianças.

Financiamento e custos: Consulados (por meio de licitação e contrato) e Governo do Japão.

Recomendações: A ausência de uma rede de apoio no país de destino, o isolamento social, as dificuldades de manutenção de laços afetivos com o país de origem, os obstáculos na interação e as próprias diferenças culturais são, reconhecidamente, características do processo de deslocamento que abalam o psicológico do emigrante. Soma-se a isso todas as outras questões, de ordem familiar, laboral, social e de caráter subjetivo. Nesse sentido, o apoio profissional psicológico é de extrema importância para a manutenção da saúde mental e prevenção de questões mais graves como surtos, suicídios, etc. No caso específico desse projeto, sua articulação com o consulado tem impacto ainda na imagem do estado brasileiro como ator de apoio ao cidadão no exterior.

Contato: Érika Tamura – Serviço de Atendimento aos Brasileiros no Japão (SABJA). Telefone : 050 6861 6400. Email: nposabja@gmail.com. Site oficial: www.nposabja.org/. Página do Facebook : www.facebook.com/nposabja/



9. Projeto Aliança Migrações

País(es) e localização: Fase atual: Brasil, Espanha, Portugal, Itália e França

Criação e organização: Fruto do encontro da Organização Por uma Cidadania Universal (O.C.U.), da Associação Nacional de Cidades e Territórios Acolhedores (ANVITA) e do Projeto “Instantâneos das Fronteiras” da Rede Europeia de Cidades Fronteiriças, em 2019.

Objetivo: Busca promover espaços de diálogo entre as experiências para imigrantes das cidades da Europa, África e América Latina e compartilhar boas práticas.

Estrutura: Representantes de diversas organizações da sociedade civil e autoridades locais localizados em seus escritórios locais / regionais.

Plano de ação e potencialidades: Ao reunir autoridades de diversas cidades globais e organizações da sociedade civil em torno da temática migratória, visa a apresentar propostas de outras maneiras de governanças da migração, capazes de incluir a voz e a experiência das cidades e organizações da sociedade civil e, assim, implementar políticas de migração que garantam a recepção incondicional e digna, bem como respeito pelos direitos fundamentais dos exilados

Atividades desenvolvidas: Reuniões de trabalhos, seminários, estudos comparativos e mapeamento e acompanhamento de políticas migratórias locais em cidades grandes como Barcelona (Espanha), Palermo (Itália), Saint Denis (França), Lisboa (Portugal) e São Paulo (Brasil), além da cooperação na análise e desenvolvimento de políticas de migração.

Dificuldades: Realidades distintas nas diversas localidades (cidades), ideia falsa de replicação automática de políticas e modelos estabelecidos em outros locais, mecanismos diferentes para acesso a fundos internacionais de financiamento, níveis distintos de desenvolvimento das próprias instituições democráticas.

Desenvolvimento de parcerias: Organismos internacionais e organizações locais e transnacionais.

Recomendações: O acompanhamento das ações desenvolvidas pelo projeto se configura em uma grande rede de aprendizado, dinâmica e ágil, pela qual, a partir de experiências e conhecimento de seus membros, bem como circulação pelas distintas realidades, são vislumbrados caminhos para a solução dos mais variados problemas sociais, além da interlocução com o Estado.

Contato: Paulo Illes – Rede Sem Fronteiras. Email: illespaulo@gmail.com. Site oficial: redesf.org. Página do Facebook: www.facebook.com/redesforg/

10. Programa bilíngue inglês-português da Downtown Doral Charter Elementary School (Miami)

País(es) e localização: Miami – Estados Unidos

Criação e organização: O programa foi criado em 2003, por meio de uma parceria entre o Centro Cultural Brasileiro-Estados Unidos da América (CCBU), uma ONG local criada em 1997 por iniciativa de voluntários, e o Departamento de Educação do Condado de Miami Dade.

Objetivo: Oferecer o ensino da língua portuguesa e da cultura brasileira gratuito e de qualidade a filhos de imigrantes brasileiros e população local para ampliação de horizontes, disseminação e conhecimento da cultura de origem e fortalecimento de vínculos culturais e afetivos.

Estrutura: Atualmente, são duas escolas que oferecem o programa, que levou cerca de quatro anos para ser estruturado. Nelas, a carga horária de estudo das crianças até a oitava série é dividida entre 60% em inglês e 40% oferecida em português. Assim, os alunos aprendem o conteúdo de todas as matérias (ciências, matemática, etc.) nos dois idiomas. Há professores brasileiros, material acadêmico próprio, realização de atividades e eventos interculturais, etc.

Plano de ação e potencialidades: Ainda que o projeto seja destinado à formação das crianças brasileiras, alunos de outras nacionalidades participam, além do envolvimento dos pais e da comunidade escolar em torno das questões trabalhadas. Isso fomenta o conhecimento sobre o Brasil na realidade local, dá visibilidade à comunidade, promove a integração dos imigrantes pela Educação, além de ajudar na preservação de laços identitários.

Atividades desenvolvidas: Aulas, cursos, treinamentos, palestras, eventos, atividades extra-curriculares, entre outras ações acadêmicas, desenvolvidas, também, em parcerias com outros centros culturais, consulado, prefeitura local e universidades.

Dificuldades: Recursos financeiros. Ausência de organização da comunidade brasileira, muitas vezes, por sua própria complexidade e características diversas.

Desenvolvimento de parcerias: Consulado Geral do Brasil em Miami, Departamento de Educação do Condado de Miami Dade, organizações locais.

Recomendações: A comunidade brasileira localizada no Sul da Flórida é considerada uma das mais antigas e completas por compreender toda a diversidade da diáspora brasileira a partir dos diferentes perfis de emigrantes e fases. Além disso, a própria constituição e desenvolvimento da cidade de Miami, por exemplo, envolve elementos e características construídas a partir da chegada, instalação e



crescimento do grupo. Nesse sentido, os aspectos da cultura brasileira no local são visíveis e reconhecidos, sendo a Educação no caso desse projeto um caminho de fortalecimento. Destaque para o papel das mulheres (mães) viabilizado pelas ações, uma vez que elas acabam sendo as responsáveis pela interação família-escola.

Contato: Adriana Sabino – presidente do CCBU. Telefone: Email: adriana.sabino1@gmail.com. Site oficial: www.centroculturalbrasilusa.org/board-of-directors. Página no Facebook: www.facebook.com/Centro-Cultural-Brasil-USA-CCBU-82435213568/

11. Olimpíadas Brasileiras como Língua de Herança (PLH)

País(es) e localização: Todos os países que tenham comunidades brasileiras organizadas e representação consular.

Criação e organização: É uma iniciativa do Ministério das Relações Exteriores (MRE) – Itamaraty, conduzidas pelas representações diplomáticas e consulares do Brasil nos diversos países, implantada em 2021.

Objetivo: Incentivar o interesse de crianças e adolescentes brasileiros residentes no exterior pelo estudo da língua portuguesa, do Brasil e da sua cultura, contribuindo para a valorização do idioma português e o fortalecimento da identidade nacional entre a diáspora.

Estrutura: As provas são divididas em duas categorias, de acordo com a idade, mas, no geral, são destinadas a brasileiros de 9 a 15 anos. É feita em etapas, tem um sistema de pontuação e há uma premiação simbólica. Em 2021, foram conduzidas por consulados de 18 cidades em 13 países diferentes.

Plano de ação e potencialidades: Além da questão da valorização do idioma e fortalecimento de vínculos culturais da diáspora com o Brasil, a organização em torno do evento fomenta a interação e interlocução entre o as representações diplomáticas e consulares com os emigrantes e as diversas associações da comunidade no exterior, abrindo canal de diálogo e aproximação.

Atividades desenvolvidas: Provas realizadas em várias etapas classificatórias e regionais. Em alguns países, há mobilização de organizações e associações que se articulam para oferecer cursos preparatórios gratuitos para as crianças e jovens participantes.

Dificuldades: Atingir toda a comunidade brasileira no exterior. Conscientização dos próprios brasileiros em torno da participação.

Desenvolvimento de parcerias: MRE – Itamaraty, rede consular, organizações de emigrantes locais (nos países de origens). Tem o apoio do Conselho de Representantes Brasileiros no Exterior (CRBE).

Recomendações: O MRE – Itamaraty e toda a rede consular compõem um dos atores mais relevantes no que diz respeito não só a prestação de serviços de atendimento ao brasileiro no exterior, mas à interação e interlocução com esses emigrantes. Garantir formas de aproximação e estabelecer canais de diálogo com as comunidades, também pela realização de eventos culturais sistemáticos e estruturados, torna-se urgente e fundamental para questões de desenvolvimento envolvidas.

Contato: Site oficial: www.gov.br/mre/pt-br, além dos sites específicos dos postos consulares que adaptam cronogramas e etapas de acordo com a realidade dos países.



12. Encceja para brasileiros no exterior

País(es) e localização: Todos os países que tenham comunidades brasileiras organizadas e representação consular.

Criação e organização: O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) existe desde 2002 e possibilita a certificação do ensino fundamental ou médio. A aplicação a brasileiros residentes no exterior é resultado de uma parceria entre o Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) – Itamaraty e a rede consular.

Objetivo: Avaliar o conhecimento das pessoas que voltaram a estudar no exterior, porque não conseguiram concluir o ensino fundamental ou médio na idade adequada no Brasil e emitir a certificação de conclusão dessas etapas.

Estrutura: São edições anuais, nas quais os brasileiros que vivem no exterior interessados na certificação se inscrevem de maneira gratuita, via site oficial do projeto. As datas dos exames são anunciadas por meio de edital. Nas provas costumam ser cobrados conteúdos estabelecidos a partir do currículo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), em disciplinas como de Língua Portuguesa, Artes, Matemática, História, Geografia, Ciências, etc., de acordo com o nível (ensinos fundamental e médio). A aplicação, atualmente, é feita por servidores dos postos consulares espalhados pelo mundo. O exame é aplicado inclusive para residentes no exterior privados de liberdade ou que cumprem medidas socioeducativas.

Plano de ação e potencialidades: Garantir a formação na educação básica de brasileiros que moram no exterior, em um fortalecimento de iniciativas públicas na temática emigratória.

Atividades desenvolvidas: As provas são aplicadas anualmente em um único dia (manhã e tarde). São quatro provas objetivas, cada uma com 30 questões de múltipla escolha, além da redação que deve ser desenvolvida no gênero dissertativo-argumentativo com um tema pautado em relevância social, cultural ou política. Para conseguir o certificado, o candidato tem que alcançar uma pontuação mínima de 100 (cem) pontos em cada prova, já a redação tem a pontuação de 0 a 10 e para o candidato ser aprovado precisa atingir pelo menos 5 (cinco) pontos.

Dificuldades: Atingir toda a comunidade brasileira no exterior. Conscientização dos próprios brasileiros em torno da participação.

Desenvolvimento de parcerias: MRE – Itamaraty, rede consular, organizações de emigrantes locais (nos países de origens). Tem o apoio do Conselho de Representantes Brasileiros no Exterior (CRBE).

Recomendações: A educação é um direito básico de qualquer cidadão que deve ser provida pelo Estado. Inserir o brasileiro que mora no exterior e propiciar uma formação é fundamental, não só para a qualificação da diáspora, mas para oferecer novas oportunidades de desenvolvimento pessoal e nacional.

Contato: Site oficial do Enceja: www.educamaibrasil.com.br/programas-do-governo/enceja, além dos sites específicos dos postos consulares, do Ministério da Educação e do Ministério das Relações Exteriores (MRE).



13. Casa do Trabalhador brasileiro / Casa do Migrante em Hamamatsu e Foz do Iguaçu

País(es) e localização: Japão e Foz do Iguaçu – região da tríplice fronteira (Brasil, Argentina e Paraguai).

Criação e organização: O projeto surgiu em 2008 a partir de um termo de cooperação firmado entre o município de Foz do Iguaçu e o Governo Federal, por meio do Ministério do Trabalho. Na unidade de Hamamatsu contou ainda com apoio do Ministério das Relações Exteriores (MRE) – Itamaraty e a rede consular local.

Objetivo: No caso de Foz do Iguaçu, o objetivo inicial era prestar atendimento aos trabalhadores brasileiros que vivem em situação de fronteira local (com Argentina e Paraguai), atendendo também aos imigrantes dos países vizinhos que residem ou trabalham em Foz do Iguaçu e região. O projeto foi implantado como projeto-piloto em 2010 no Japão, em Hamamatsu, cidade industrial japonesa que concentra a maior comunidade brasileira no país. Desde 2014, funciona na sede do Consulado-Geral do Brasil em Hamamatsu com o objetivo de oferecer informações laboral e jurídica aos cidadãos brasileiros residentes no Japão.

Estrutura: A unidade de Foz do Iguaçu tem sede em um imóvel localizado na Vila Portes. É uma instância constituída por representantes de instituições públicas e entidades que detêm interesse público que representam uma diversidade de experiências com a mobilidade humana e um acúmulo de reflexões e ações dirigidas à questão laboral. Trabalham no local funcionários e voluntários.

Plano de ação e potencialidades: A unidade de Foz do Iguaçu foi a primeira unidade que o governo brasileiro implantou visando dar assistência aos trabalhadores que foram tentar a vida no exterior. O projeto foi o embrião para a composição do atual Comitê Municipal de Atenção aos Migrantes, Refugiados e Apátridas, criado pelo decreto 27.904, de 2019, com a finalidade de formular, articular e propor diretrizes das ações governamentais de prevenção e enfrentamento aos migrantes na região de fronteira, visando a garantia dos direitos humanos das pessoas vulneráveis que se encontram em mobilidade no local. No caso da unidade de Hamamatsu, tem relevância na questão do retorno, ao trabalhar a qualificação e potencial de trabalho adquirido pelo emigrante no Japão para facilitar sua inserção no mercado de trabalho brasileiro.

Atividades desenvolvidas: Presta atendimento e orientações para fins trabalhistas. No caso da unidade de Foz do Iguaçu, acompanha trâmites para a retirada da carteira de trabalho, desenvolve projetos que buscam a capacitação, a inserção profissional do migrante por meio de anúncios ou parcerias, ajudam na solicitação de auxílios do Sistema Nacional de Emprego (SINE) e no registro no

Cadastro Nacional de Empregos. No caso da unidade de Hamamatsu, também há a prestação de atendimento e orientações para questões trabalhistas e jurídicas locais, documentações e eventos de capacitação.

Dificuldades: Recursos humanos e financeiros para atender a todas as demandas. Complexidade dos processos de regularização de documentos. Ausência de políticas públicas e acordos bilaterais em níveis mais amplos que facilitem os processos no cotidiano.

Desenvolvimento de parcerias: Prefeitura de Foz do Iguaçu, MRE – Itamaraty e rede consular, Governo do Estado do Paraná, organizações da sociedade civil locais (Brasil, Paraguai e Argentina) e transnacionais, Cáritas de Foz do Iguaçu, Conselho Nacional de Migração, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), SEBRAE, entre outras.

Recomendações: Uma vez que uma das principais causas da emigração brasileira é a laboral, espaços como esse são de fundamental importância para o apoio à diáspora. Por meio deles vislumbra-se possibilidades de soluções para questões urgentes – como a previdência social, especialmente para aqueles que não contribuem nem no país de destino nem no de origem e aposentadoria, além de regularização documental e exploração de mão de obra.

Contato: Casa do Migrante de Foz do Iguaçu: Rua Oswaldo Cruz, 756, Vila Portes, Foz do Iguaçu. Telefone: 55 45 99997 3331. Site oficial do Consulado-Geral do Brasil em Hamamatsu: hamamatsu.itamaraty.gov.br/pt-br/.





6

Considerações e recomendações

A mobilidade humana é indissociável do desenvolvimento sustentável. Em uma relação complexa, são as movimentações de pessoas pelo mundo que trazem referências transversais para se pensar contribuições positivas para resiliência e inclusão social das pessoas. No caso do Brasil, as condições sociais e econômicas vividas pelo país e as características dos territórios de destino (legislação para regularização do imigrante e vínculos históricos ou sociais, por exemplo) se mostraram determinantes não só na tentativa de construção do perfil da comunidade brasileira no exterior, mas para entender suas necessidades. Nesse sentido:

1. Uma das primeiras questões que aparece quando abordamos a situação de brasileiros no exterior, sem dúvida, é o acesso aos recursos para uma emigração segura, ordenada e regular, além da necessidade de planejamento prévio, seja na ocasião da ida, seja em um eventual retorno. Não se trata de dizer “não migre” ou proibir a viagem, mas de contribuir para que o deslocamento seja uma opção e não uma necessidade, e seja realizado com os recursos necessários para enfrentar conjunturas adversas, como pobreza extrema, conflitos e insegurança, governança inadequada, entre outros aspectos que acabam por ter impactos reais e concretos na situação de vulnerabilidade do emigrante, na forma de falta de assistência, de oportunidades de empregos, de disparidades de gênero, de marginalização e xenofobia, etc.
2. A capacidade em dar respostas bem-sucedidas às questões das fragilidades e ameaças referentes à emigração de brasileiros depende de esforço conjunto entre Estado e sociedade civil, de maneira integrada e institucionalizada. Significa dizer que:
 - O Estado brasileiro – na figura do MRE – tem papel fundamental na liderança e articulação de aspectos macro (como acordos internacionais e marcos políticos nacionais e regionais) e micro, ao estabelecer e direcionar as ações estratégicas da rede consular responsável, em última instância, pelo contato com o brasileiro no exterior. Ao mesmo tempo, há uma abertura para descentralização da questão em outros níveis (estados e municípios), desde que haja um olhar atento para as demandas, direcionado, inclusive, para possibilidades de

desenvolvimento local. Soma-se a isso a importância da atuação dos poderes Legislativo e Judiciário (atores ainda incipientes na temática), bem como o de organismos internacionais.

- As Organizações da Sociedade Civil (OSCs) se mostram relevantes atores da linha de frente com articulações capazes de dar respostas imediatas aos mais diversos problemas enfrentados pelos brasileiros no exterior, devido, principalmente, a sua expertise, proximidade e diversidade. No entanto, não é possível pensar o papel dessas organizações sem levar em consideração as múltiplas relações travadas com o aparato estatal, seja do Brasil, seja do país de destino dos emigrantes, onde a maioria se localiza. Assim, o potencial dessas OSCs pode fomentar formas de aprimoramento dos arranjos de execução das políticas públicas, visando alcançar objetivos e resultados previstos no escopo da temática emigratória, com foco, também, no desenvolvimento nacional.
 - Há necessidade de aprofundamento nos estudos da temática da emigração brasileira, bem como urgência de mapeamentos de dados, quantitativos e qualitativos, que registrem e reflitam a realidade vivida por essas pessoas. Nesse sentido, a academia e seus pesquisadores – desde que apoiados e com projetos direcionados – têm condições de assumir um protagonismo na produção de esforços inovadores, tanto no desenvolvimento de tecnologias para a produção de informações, como na reflexão sobre os dados produzidos.
3. Na perspectiva das forças e potencialidades, é preciso uma mudança de visão, no sentido de deixar de considerar rupturas e processos migratórios como anomalias sociais. A partir do momento em que as comunidades de brasileiros no exterior passam a ser vistas como extensão cultural e econômica do país, a emigração se mostra tanto uma estratégia para o desenvolvimento, quanto um resultado do próprio desenvolvimento. Nesse sentido, a agenda 2030 da ONU pode indicar caminhos para o futuro, de maneira prática e em diferentes níveis interdependentes.
 4. Por fim, mas não menos importante, é preciso dizer que a pandemia de COVID-19 enfrentada pelo mundo expôs as fragilidades estruturais dos países. Nesse sentido, as populações vulneráveis – e delas fazem parte, também, os emigrantes – foram as mais atingidas, não só no que diz respeito a questões sanitárias e de saúde, como no aprofundamento das desigualdades preexistentes, seja no aspecto econômico, (como a perda de renda, de emprego, etc.), seja no aspecto social (como questões relacionadas à desigualdade de gênero). Uma vez que a crise parece estar próxima do fim, espera-se a descontinuidade de práticas habituais, direcionadas, por exemplo, pelos marcos estabelecidos pela ONU como resposta imediata à pandemia, no que se refere aos cuidados com a saúde, proteção de pessoas, recuperação econômica, colaboração multilateral e coesão social e fortalecimento comunitário.



7

Anexos

1. Tabela cronologia (em espanhol)

Período: Fondo
<p>Hasta la década de 1980, el tema migratorio brasileño se guio desde la perspectiva exclusiva del país de destino (inmigración). La situación ha cambiado con la aparición, justamente a partir de 1980, de importantes flujos migratorios brasileños fuera del país como consecuencia del estancamiento económico y el desempleo (fin del Régimen Militar y el “milagro económico”, que no ocurrió), asociado al aumento de las facilidades de transporte e información, en un contexto de emergencia de la globalización mundial.</p> <p>El punto de partida de la emigración brasileña se considera en la década de 1970, cuando los llamados “brasileños” cruzaron las fronteras del vecino Paraguay en busca de tierras, impulsados por incentivos del gobierno paraguayo. Esta emigración, sin embargo, permaneció “invisible” para el Estado brasileño (Sprandel, 2010).</p>

Período: 1980 – 1989			
La importante contribución financiera de los emigrantes, su participación política y el impacto de los casos de discriminación contra brasileños en el exterior comienzan a llamar la atención del Estado brasileño y otros actores. Además, se inicia el proceso en Brasil de vuelta de la democracia. Transición post-dictatorial. Presidencias de José Sarney y la realización de la primera elección directa para presidente desde la década de 1960. Los brasileños que salieron al exterior desde este período son, en su mayoría, de las clases medias urbanas (Firmeza, 2007).			
Tratados internacionales	Política pública e iniciativas gubernamentales y parlamentarias	Iniciativas académicas	Iniciativas de la sociedad civil
	Sancionado en 19 de agosto de 1980, el “Estatuto do Estrangeiro”, que incluye la creación del “Conselho Nacional de Imigração (CNIg)”. Elaborado durante la Dictadura Militar y Guerra Fria, llega desactualizado por no considerar el Brasil como un país emisor de migrantes y mirar el tema migratorio como una cuestión de seguridad nacional y no de los derechos humanos y civiles.		Creación de los primeros colectivos y agrupaciones formados por brasileños en el exterior, con la formación de asociaciones aún informales, mayoritariamente.
	Implementación de la Constitución brasileña de 1988, que no admitió la doble nacionalidad y determinó la pérdida de la nacionalidad brasileña a los que se naturalizaron en otro país.		Surgimiento de los primeros vehículos mediáticos inmigrantes (periódicos, boletines, etc.) producidos por brasileños en el exterior. Un ejemplo es el periódico “Brazilian Times”, creado en 1988, en Massachusetts.
			La formación orgánica de las redes de apoyo a brasileños en el exterior; compostas por los propios emigrantes.

Período: 1990 – 1999

Empieza la redemocratización de Brasil, a pesar de un escenario político convulso, con el impeachment del presidente Fernando Collor de Melo, en 1992. Implementación del “Plano Real”, en 1994, con el objetivo de estabilización y reformas económicas. Entre 1990 y 2000, el saldo migratorio en Brasil (número de inmigrantes menos número de emigrantes) se mantuvo negativo y fue de 550 mil personas. Los Estados Unidos, el Japón, el Paraguay y Portugal son los principales destinos. Énfasis en las mujeres, que migraran prácticamente al mismo ritmo que los hombres, una de las diferencias del período anterior (Milanez, 2013).

Tratados internacionales	Política pública e iniciativas gubernamentales y parlamentarias	Iniciativas académicas	Iniciativas de la sociedad civil	Buenas prácticas
<p>Ratificación de la “Convención Americana sobre Derechos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica)”, em 1992</p>	<p>Enmienda Constitucional de Revisión nº 3, de 7 de junio de 1994 – que insertó el inciso II al § 4 del artículo 12 del texto constitucional. Permitted la adquisición de la doble nacionalidad por los brasileños. Sin embargo, eliminó la posibilidad de registro en las oficinas representativas consulares y diplomáticas de los hijos de brasileños nacidos en el exterior.</p> <p>El “Ministério das Relações Exteriores (MRE)” creó el “Programa de apoio a brasileiros no exterior” (1995).</p> <p>Decreto nº 1.756, de 1995, el “Departamento Consular e Jurídico” se convierte en “Diretoria-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência aos Brasileiros no Exterior”. Es creado el “Núcleo em Assistência aos Brasileiros no Exterior – NAB (Brum, 2018)”.</p> <p>Comienzan encuestas periódicas (MRE) sobre los detenidos Brasileños en el exterior. En 1995, había 900 brasileños encarcelados. En 2005, más de 2.700 (Firmeza, 2007).</p>	<p>Uno de los primeros estudios sobre brasileños en el exterior: “Brazilian Migration to North America”, de Franklin Goza, de 1994.</p>	<p>Creación y organización de asociaciones formales de brasileños en el exterior y ONG. Un ejemplo es la Casa do Brasil en Lisboa, fundada en 1992, que ha trabajado activamente por los derechos de los emigrantes brasileños en Portugal.</p>	<p>Creación de consulados itinerantes para llevar asistencia a los brasileños en las regiones con mayor presencia (“Programa de Apoio aos Brasileiros no Exterior” – 1995).</p> <p>Ampliación de la red de consulados honorarios por parte del MRE.</p>



Período: 2000 – 2009

Consolidación de la democracia brasileña y período de crecimiento económico con el país alcanzando la marca de la décima economía más grande del mundo en 2005, con un PIB de 882 mil millones de dólares EE.UU. Brasil se ha convertido en el segundo mayor receptor de remesas del exterior, solo superado por México, que recibe montos que superan los 5 mil millones de dólares EE.UU. por año (OIM, 2010). Popularización de casos de discriminación contra brasileños en el exterior: caso Jean Charles de Menezes (2005) y la sucesiva retención de brasileños en aeropuertos españoles en 2008 (“Crisis dos inadmitidos”).

Tratados internacionales	Política pública e iniciativas gubernamentales y parlamentarias	Iniciativas académicas	Iniciativas de la sociedad civil	Buenas prácticas
<p>Decisión n° 35, del Consejo del Mercado Común, en 2000, establece mecanismos de cooperación consular entre países del Mercosur, Estado Plurinacional da Bolivia y Chile.</p> <p>Decreto n° 5.722 (2006), crea el Acuerdo Multilateral de Seguridad Social del Mercado Común del Sur.</p> <p>“Acuerdo sobre Contratación Recíproca de Nacionales”, firmado en Lisboa, en 2003.</p>	<p>Promulgación de la Enmienda Constitucional n° 54, en 2007, que, además de agregar la posibilidad, suprimida por la Enmienda de Revisión n° 3 (sobre los registros de los hijos de brasileños nacidos en el extranjero), permitió retroactivamente el registro entre 1994 y 2007.</p> <p>Decreto n° 5.032, de 2004, creó la “Subsecretaría de Cooperación e Comunidades Brasileiras no Exterior – SGEB” (Brum, 2018).</p> <p>Implementación de la Comisión Parlamentaria Mixta de Investigación “CPMI Emigração Ilegal”, en 2005, en el Congreso Nacional.</p> <p>Portaria n° 21, de 2006, se ocupa de la contratación, por parte de empresas extranjeras, de brasileños para trabajar en el exterior.</p> <p>Decreto n° 7.979, de 2007, creó la “Subsecretaría General das Comunidades Brasileiras no Exterior - SGEC” (Brum, 2018).</p> <p>Realización de la “I e II Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior”, en 2008 y 2009, respectivamente, organizada por el MRE.</p>	<p>Se inicia el “boom” de los estudios migratorios en los programas de posgrados en las universidades brasileñas, en varias áreas del conocimiento: Derecho, Antropología, Demografía, Estudios Culturales, Ciencias Sociales, Comunicación, etc.</p> <p>Creación del “Laboratório de Estudos Migratórios”, de la “Universidade de São Carlos”, en 2006.</p>	<p>“Movimento Brasileirinhos” o “Apátridas Brasileiros”, (brasileños en Suiza) con acciones en Washington, Tel Aviv, Zurich, París, Londres y Nagoya (Sprandel, 2010)</p> <p>“Carta de Lisboa” (“I Encontro Ibérico de Comunidades de Brasileiros no Exterior”, en 2002).</p> <p>“Carta de Boston” (“I Encontro de Lideranças Brasileiras nos Estados Unidos da América”, en 2005).</p> <p>“Documento de Bruxelas” (II Encontro de Brasileiros na Europa”, en 2007).</p> <p>“Documento de Barcelona” (III Encontro Europeu da Rede de Brasileiros no Exterior, en, 2009).</p> <p>Empieza los sitios web, páginas virtuales y grupos en las redes sociales (Orkut, Facebook, etc.)</p>	<p>“Programa Dekassegui Empreendedor”, cooperación entre el SEBRAE, el Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Associação Brasileira de Dekasseguis (ABD) para facilitar la reintegración productiva de los brasileños en su regreso a Brasil (Brum, 2018).</p> <p>“Programa de Remessas e Capacitação para Emigrantes Brasileiros e seus Beneficiários no Brasil”, ejecutado por la Caixa Econômica Federal y SEBRAE-MG para ayudar a la inclusión de los emigrantes brasileños y miembros de sus familias en el sistema financiero del Brasil (Brum, 2018).</p> <p>Publicación “Brasileiros e Brasileiras no Exterior – Informações Úteis” (2007).</p>

Periodo: 2010 – 2020				
Brasil vive una nueva fase de recesión económica desde 2014 e inestabilidades políticas, con el impeachment de Dilma Rousseff, en 2016. A nivel internacional, hay cambios en las políticas migratorias para la recepción de extranjeros se vuelven más rígidas. En 2019, la OIM estimó la existencia de al menos 272 millones de migrantes internacionales, siendo el Brasil el segundo país con mayor número de emigrantes residentes fuera de América del Sur: 1,5 millones (OIM, 2020).				
Tratados internacionales	Política pública e iniciativas gubernamentales y parlamentarias	Iniciativas académicas	Iniciativas de la sociedad civil	Buenas prácticas
Opinión Consultiva n° 21 (2014) de la Corte Interamericana de Derechos Humanos (CoIDH), que respondió a la solicitud del Brasil, la Argentina, el Paraguay y el Uruguay sobre el alcance de los derechos del niño en el contexto de la migración, tomando en cuenta las mejores los intereses del niño y la doble situación de vulnerabilidad a la que están sometidos.	Creación del “Plano Diretor de Reforma Consular” (2010). Decreto n° 7.214 (2010), marco de la política migratoria brasileña, que empezó a orientar la diplomacia consular al establecer los principios y lineamientos de la política brasileña para las comunidades brasileñas en el exterior. Creación del programa “Ciência Sem Fronteiras”, en 2001, por el “Ministério da Educação” para incentivar la formación académica en el exterior. Realización de la “III Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior”, en 2009, organizada por el MRE.	Creación del “Observatório das Migrações Internacionais – OBMi-gra”, de la Universidade de Brasília, con el apoyo del “Conselho Nacional de Imigração (CNIg)” y el “Ministério da Justiça e Segurança Pública”. Formalización de grupos de investigación de universidades brasileñas en el “Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq)”. Ejemplos: Grupo de Estudos em Migração e Direito Internacional (USP), Diaspotics (UFRJ), Deslocar (ESPM), Mob-Com (Metodista), Migraidh, etc. Implementación del Programa de Doutorado-sanduiche no Exterior (PDSE), por la Capes, en 2011, que reformuló programas ya existentes.	El Tribunal Superior Electoral (TSE) registra máximos en el número de brasileños residentes en el exterior registrados para votar en las elecciones de 2010 (200.392) y 2014 (337.168) (Amaral et al., 2017).	El “Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)” incluye en el censo 2010 datos sobre emigración. El Decreto n° 7.214 oficializa las “Conferências Brasileiras no Mundo” y crea el “CRBE. Además aplicó el “Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos” (ENCCEJA) a brasileños en el exterior dirigido a completar sus estudios. Acuerdo de Brasil, Argentina, Paraguay y Uruguay que resultó en la Opinión Consultiva n° 21. “Semana do Trabalhador Brasileiro”, con ediciones en el Japón, los Estados Unidos y Portugal. (Santos, 2015). Projeto Andorinhas, una colaboración del Governo do Estado de Goiás, MRE, BB y SEBRAE-MG para guiar a los emigrantes o beneficiarios de remesas, que aplicaron o tiene la intención de aplicar recursos financieros en el Brasil (Brum, 2018). Publicaciones: “Cartilha de Orientação Jurídica aos Brasileiros no Exterior” (2011), “Cartilha Consular para brasileiros de Quito” (2012), “Previdência Social” (2017), “Cartilha: Direitos Humanos dos brasileiros no exterior no contexto da Covid-19” (2020).
Decreto 8.358 (2014) crea la Convención Multilateral Iberoamericana de Seguridad Social, que tiene como signatarios a al Estado Plurinacional da Bolivia, el Brasil, Chile, El Salvador, el Ecuador, España, el Paraguay, Portugal y el Uruguay.	Decreto n° 8.374 crea la “Carteira Consular”, con el propósito de proporcionar un documento de identificación brasileño en el idioma local, para uso en el país de residencia o domicilio de ese ciudadano. Ley n° 13.445 (2017), conocida como “Nova Lei de Migração”, que sustituye al “Estatuto do Estrangeiro”, de 1980, y dedica un capítulo a la protección y tratamiento de las cuestiones relacionadas con los derechos, deberes y garantías de los brasileños en el exterior. Realización de la “IV, V y VI Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior”, en 2013, organizada por el MRE.			



2. Tabela Entrevistas (em espanhol)

	Identificación	Descripción / Contribución para el trabajo	Situación
Categoría: Gobierno			
1	João Francisco Pereira: Departamento Consular do Ministério das Relações Exteriores – Itamaraty	En el Itamaraty, están concentradas las acciones formales e institucionales direccionadas a brasileño en el exterior. Él elaboró un breve perfil de políticas públicas sobre el tema y actividades actuales del órgano, así como habló sobre avances y desafíos de la red consular brasileña en el exterior.	Realizada el: 29/07/2021
2	Ricardo Capellini: Departamento de Atividades Produtivas – Prefeitura Municipal Governador Valadares	La ciudad del Governador Valadares es el único de los 5.570 municipios brasileños que tiene políticas públicas dirigida a los emigrantes (ciudadanos que viven en los Estados Unidos). Él habló de esta historia, perfil de la diáspora local, acciones actuales, avances y desafíos.	Realizada el: 26/07/2021
3	Alexandre Norberto Franco: Núcleo de migrações e enfrentamento ao trabalho escravo e de tráfico de pessoas do Estado de MG	La Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social del gobierno de Minas Gerais está trabajando en la creación e implementación de una comisión para el manejo de temas de migración irregular, tráfico de personas y capacitación de entes públicos, principalmente, que trabaje como un articulador de una red de parcerías.	Realizada el: 09/08/2021
4	Igor Pimentel: responsável por assuntos consulares no Gabinete de Relações Internacionais do Estado de GO	El estado de Goiás tiene algunas acciones direccionadas a su población en el exterior, algunas de ellas instituidas por decretos. Él habló sobre algunas de los proyectos principales, avances y desafíos del trabajo.	Realizada el: 12/08/2021
Categoría: Sector privado			
5	Allani Barbosa: Sebrae- MG.	El Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae) es una entidad privada que promueve la competitividad y el desarrollo sostenible de las microempresas. En el caso de la unidad Minas Gerais, tiene un programa destinado a orientar las inversiones de los emigrantes en el Brasil. Ella habló de ese programa y otras acciones.	Realizada el: 18/08/21
Categoría: Académicos e Investigadores			
6	Alex Brum: Universidade Federal Fluminense – Relações Internacionais	Especialista en políticas de vinculación de brasileños en el exterior, él habló sobre acciones, avances y desafíos del gobierno, el perfil de la diáspora brasileña, entre otros temas.	Realizada el: 21/07/2021

7	Duval Fernandes: Pontifícia Universidade Católica (PUC)	Especialista en el campo de la Demografía, con énfasis en los procesos migratorios internacionales. Habló de sus investigaciones y su actuación como observador del CNIg – Conselho Nacional de Imigração durante algunos años.	Realizada el: 04/08/2021
Categoría: Organizaciones de la sociedad civil			
8	Paulo Illes: ONG francesa Organização para uma cidadania universal (OCU) / Redes sem fronteiras	Representante externo da OCU, con sede en Paris/FRA, coordinador para Europa de la Rede Sem Fronteiras y miembro del Comitê Internacional do Fórum Social Mundial das Migrações. El es un activista del tema y habló sobre su trayectoria y trabajo en el desarrollo de políticas públicas migratorias en Brasil, Mercosur y Europa.	Realizada el: 20/08/2021
9	Marco Aurélio Souza: Projeto Resgate Brasil	El objetivo del proyecto es ayudar a las personas que han sido víctimas del tráfico de personas, les dando el debido valor y nuevas perspectivas en la sociedad. Ofrece un centro de rescate en Suiza que permite un retorno y reintegración en el país de origen. Él habló sobre avances y desafíos del trabajo.	Realizada el: 30/07/2021
10	Juliana Wahlgren y Marcia Baratto: Revibra	El objetivo de la organización es llevar asistencia legal y psicológica a mujeres víctimas de violencia doméstica y de género en el exterior y a las madres en una disputa internacional por la custodia de menores en la comunidad brasileña en la Unión Europea. Ellas explicaran el plano del trabajo de la institución y hablaran sobre avances y desafíos del trabajo.	Realizada el: 06/08/2021
11	Lilian Mishima: SOS Mães en el Japón	La asociación SOS Mães en el Japón tiene el objetivo general de prestar ayuda a las madres brasileñas en el país, en diversos aspectos: laborales, familiares, de integración, etc. Ella habló sobre ese trabajo, las articulaciones en rede, avances y desafíos.	Realizada el: 10/08/2021
12	Alvaro Lima: Diga Aí (Estados Unidos da América)	Plataforma digital que agrega y cura la producción cultural brasileña en el exterior. Su misión es fortalecer la identidad cultural del inmigrante brasileño. Él habló de ese trabajo bien como dibujó un breve perfil de la comunidad brasileña en Boston.	Realizada el: 23/07/2021
13	Adriana Sabino: Centro Cultural Brasil – Estados Unidos da América	Coordina la organización que tiene como misión difundir la cultura brasileña en el sur de Florida y mantener las raíces culturales de los niños brasileños que viven en esta región. Ella habló sobre las características de la diáspora, las nuevas generaciones, los problemas y los aspectos positivos.	Realizada el: 26/07/2021



14	Aloysio Vasconcellos: Brazil International Foundation	Habló sobre el objetivo de la fundación, que es mantener a las comunidades brasileñas en el exterior sólidas y estructuradas, funcionando como plataformas para la difusión económica, política y social de la cultura y sociedad brasileñas, sus hábitos e intereses.	Realizada el: 29/07/2021
15	Érika Tamura: Serviço de Atendimento aos Brasileiros no Japão (SABJA)	La organización brinda con ayuda psicológica, cultural, laboral y otras formas a mujeres brasileñas en el Japón. Ella habló sobre el trabajo, avances y desafíos, bien como el perfil de la comunidad brasileña en el Japón.	Realizada el: 05/08/2021
16	Liliane Costa – Brazilian American Center (BRACE)	La entidad tiene como objetivo acoger, asistir y promover a los inmigrantes sin distinción de raza, edad, género o religión, preservando los valores y la identidad cultural de cada uno. Ella habló sobre los atendimientos a brasileños, las principales dificultades y los aspectos positivos de la comunidad.	Realizada el: 10/08/2021
17	Cyntia de Paula: Presidente da Casa do Brasil de Lisboa	La entidad desarrolla un trabajo de reflexión e implementación de políticas públicas, asumiendo un papel de activismo y demanda de políticas igualitarias para las comunidades de inmigrantes brasileños en Portugal. Ella habló sobre los proyectos y acciones que tienen como objetivo promover la igualdad de acceso a derechos y servicios para los migrantes, el trabajo de intervención social y cultural, etc.	Realizada el: 12/08/2021
Categoría: Híbrida (gobierno – sociedad civil – académicos)			
18	Leonardo Cavalcante: Coordenador do OBMigra	El OBMigra se estableció a partir de un convenio de cooperación en 2013 entre el Ministerio de Trabajo y la Universidad de Brasilia. Con la extinción del Ministerio de Trabajo, en 2019, el Ministerio de Justicia y Seguridad Pública asumió las competencias de la iniciativa en materia de inmigración laboral. Él habló sobre el órgano y sobre sus investigaciones con brasileños en el exterior, sobre todo en España.	Realizada el: 04/08/2021
19	Marcos Viana: presidente do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE)	El objetivo social del CRBE es coordinar y unir esfuerzos de voluntarios de todo el mundo, llevando a cabo sus acciones en nombre de la comunidad de expatriados brasileños en sus necesidades más eminentes. Él habló de esta historia, perfil de la diáspora brasileña en el mundo, acciones actuales, avances y desafíos.	Realizada el: 23/07/2021
20	Jorgelina Brugo: Investigadora, activista y actualmente fundadora da ONG Dignitate Brasil	Con amplia experiencia en el área de tráfico de personas, hoy ella coordina una organización que trabaja con concientización, ayuda a víctimas de tráfico, especialmente las brasileñas que sufren explotación sexual en el exterior. Ella habló la realidad que envuelve ese tipo de víctima y su perfil.	Realizada el: 09/08/2021

Fonte: Autoría propia.

3. Tabela I-diáspora (em espanhol)

Comunidades virtuales – brasileiros en el exterior

Categoría: comunitarios: generalista (2021)

Nº	Nombre	Enlace	Fecha de creación	Miembros	Descripción ⁴²	Situación
1	Brasileiros nos Estados Unidos da América BRBR	www.facebook.com/groups/198962960562929	29 de noviembre de 2016	106	Brasileiros no exterior. Aqui Somos uma grande familia para ajudar o próximo.	Privado
2	Brasileiros em New York (oficial)	www.facebook.com/groups/860385677345349/	16 de noviembre de 2014	4,8	Este Grupo foi criado para os brasileiros que moram, pretendem ou já moraram em New York! Todos que possam acrescentar informações para ajudar a fazer da estadia de todos nos Estados Unidos da América a melhor possível serão muito bem vindos!	Privado
3	Brasileiros nos Estados Unidos da América/ Brazilians in the Unites States of America	www.facebook.com/groups/2211573788/	22 de octubre de 2006	14,8	Para os brasileiros nos Estados Unidos da América, e para seus amigos e suas famílias aqui e no Brasil. A partir de hoje, dia 13/06/2013 só serão aceitos pessoas que residem ou tem viagem marcada para os Estados Unidos da América.	Público
4	Brasileiros no Canadá	www.facebook.com/groups/62876647561/	7 de abril de 2009	168	Grupo para que todos os Brasileiros RESIDENTES NO CANADÁ possam trocar experiências e se ajudar em assuntos diversos.	Privado
5	Comunidade Brasileira Nos Estados Unidos	www.facebook.com/groups/806155092798762/	13 de mayo de 2015	42,2	Este grupo é para todos os Brasileiros nos Estados Unidos da América, Brasil e Mundo afora.. um grupo para trocas de experiências, informações, dicas, ajuda comunitária, pedidos e ofertas de emprego, notícias cotidianas dentro e fora do Brasil, informações sobre imigração, assuntos diversos e entretenimento em geral.	Privado
6	Brasileiros em Miami	www.facebook.com/groups-brasileirosemmiamioficial/	27 de abril de 2017	40,1	Grupo OFICIAL e moderado diariamente para brasileiros que moram em Miami e região.	Público
7	Brasileiros em Massachusetts	www.facebook.com/groups-BrasileirosMassachusetts/	22 de septiembre de 2017	13,4	Grupo criado com o objetivo de ajudar todos os brasileiros que residem em Massachusetts.	Público

42. Elegimos mantener el idioma portugués en esta columna porque es la transcripción literal de extractos de las descripciones presentes en las páginas.



8	Brasileiros no Texas	www.facebook.com/groups/2549059028755312/	3 de abril de 2020	2,1	Esse grupo destina-se aos brasileiros que moram no Texas. Com a finalidade de nos conhecermos, trocar informações sobre a nossa cidade, dicas de locais para visitarmos, comércios. Enfim mais um canal de comunicação, e interação.	Público
9	Networking para Brasileiros IN Ontario	www.facebook.com/groups/NetworkingParaBrasileiros/	30 de abril de 2018	12,1	Somos uma comunidade criada por e para brasileiros morando em Ontario/Canada. Nosso objetivo é facilitar relacionamentos entre brasileiros através de eventos, presenciais e online, de forma a trocarmos experiências favorecendo a adaptação de todos à vida canadense. Sejam bem vindos e acompanhem as informações nessa página.	Público
10	Brasileiros em Sydney 2021	www.facebook.com/groups/brasileirosemsyd/	11 de outubro de 2012	32,6	Grupo voltados pra Brasileiros que moram ou pretendem vir para Sydney.	Privado
11	BRASILEIROS EM BRISBANE	www.facebook.com/groups/BrasileirosEmBrisbane/	20 de mayo de 2016	15,4	Este Grupo foi criado para os brasileiros que moram, pretendem ou já moraram em Brisbane!	Público
12	Brasileiros no Chile	www.facebook.com/groups/brasilnochile/	16 de junio de 2009	24,6	Grupinho pra juntar a Galeria Brasileira no Chile...!!!	Público
13	Brasileiros em Chicago	www.facebook.com/groups/221635579709	23 de diciembre de 2009	15,7	Essa comunidade é para todos vocês (sejam brasileiros de sangue ou só de coração), que vão visitar/morar, moram/estão visitando ou já moraram/visitaram Chicago e suas redondezas. Este é um lugar excelente para exercitar seu português ou inglês, e também aprender mais sobre as culturas chicagooanas e brasileiras.	Privado
14	Brasileiros em San Francisco	www.facebook.com/groups/bremsanfrancisco/	20 de septiembre de 2016.	9,4	Este grupo tem como finalidade ajudar, informar, trocar experiências, anunciar seus serviços, vender, trocar, doar, etc. É importante a participação de todos.	Público
15	Brasileiros em Londres	www.facebook.com/groups/brasileirosemlondres/	9 de abril de 2013	95	O grupo é dedicado a todos os Brasileiros que vivem na cidade de Londres (Inglaterra), e tem como primordial objetivo fornecer informações e dicas ao Brasileiro em Londres.	Público
16	Brasileiros em Houston, Brazilians in Houston	www.facebook.com/groups/342457195630/	16 de febrero de 2010	2,4	Comunidade para brasileiros que moram ou já moraram em Houston.	Público



17	Brasileiros no Reino Unido	www.facebook.com/groups/brasileiroemlondres/	8 de agosto de 2014	17,2	O grupo é dedicado a todos os Brasileiros que vivem no Reino Unido e tem como primordial objetivo fornecer informações e dicas aos Brasileiros que vivem no Reino Unido.	Público
18	Brasileiros em New York. Uma mão lava a outra.	www.facebook.com/groups/242540673074285	17 de outubro de 2018	4,6	Este grupo foi criado para um ajudar o outro com trabalhos, vendas, trocas, aluguéis, viagens, enfim, tudo que for necessário. Estamos juntos em um país diferente do nosso, e podemos ser juntos e ajudar nosso próximo.	Público
19	Brasileiros Na Tailândia	www.facebook.com/groups/BrasileirosTailandia/	2 de outubro de 2016	19,6	Esse é um grupo para tirar dúvidas sobre a Tailândia. Visite também a nossa página www.facebook.com/BrasileirosNaTailandia	Público
20	BRASILEIROS EM PARIS	www.facebook.com/groups/495024200649926/	26 de julho de 2015	4,6	Grupo destinado a informações para brasileiros em Paris.	Público
21	Brasileiros em Maryland e Região	www.facebook.com/groups/1004205493059488/	9 de dezembro de 2016	7,9	Pessoas que não moram nos estados unidos apenas serão aceitas se já estiverem com planos concretos de mudarem pra os Estados Unidos da América.	Privado
22	BRASILEIROS NA AUSTRIA	www.facebook.com/groups/567297160141493/	22 de enero de 2017	6,6	Brasileiros na Austria. SEJAM TODOS BEM VINDOS	Público
23	Brasileiros no México	www.facebook.com/groups/378100742256041/	24 de julho de 2012	30,1	Enfatizamos que o objetivo do mesmo é: ser um canal de comunicação interativo e objetivo para os brasileiros que moram no México e os que estão chegando.	Privado
24	Brasileiros de VIRGÍNIA	www.facebook.com/groups/797608163646381/	28 de enero de 2015	5	Achei importante formar um grupo dos brasileiros de Virgínia, podemos descobrir bastante coisas, esse grupo vamos poder divulgar, vender, comprar ajudar as pessoas que precisam, por isso contos com vocês brasileiros de Virgínia.	Público
25	Brasileiros no Canadá	www.facebook.com/groups/133318400020921/	23 de junio de 2010	54,6	Amamos e respeitamos Brasil e Canadá.	Público
26	Comunidade Brasileira no Canadá	www.facebook.com/groups/822414811279966/	27 de enero de 2018	5,8	Comunidade dos Brasileiros que moram, irão morar ou simplesmente são APAIXONADOS pelo Canadá. Sejam todos bem vindos! Communauté de Brésiliens qui vivent, vivront ou sont PASSIONNÉS par le Canada. Soyez tous les bienvenus! Community of Brazilians who live, will live or are PASSIONATE about Canada. You are all Welcome!	Público

27	Boston para Brasileiros (Oficial)	www.facebook.com/groups/bostonprbrasilereiros/	19 de marzo de 2017	58,1	Grupo criado em 2017 com intenção de compartilhar informações sobre como é viver em Massachusetts.	Privado
28	BRASILEIROS EM GOLD COAST	www.facebook.com/groups/BrasileirosEmGoldCoastAustralia/	20 de mayo de 2016	18,6	Este Grupo foi criado para os brasileiros que moram, pretendem ou já moraram em Gold Coast!	Público
29	Brasileiros na Philadelphia	www.facebook.com/groups/22143362060/	30 de junio de 2008	10,2	É brasileiro? Mora na Philadelphia? Join our group. Essa página foi criada facilitar a vida dos brasileiros que vivem ou querem vir a região metropolitana de Philadelphia, seja para estudar, para morar ou trabalhar. Aqui os brasileiros têm espaço aberto para se expressar, contar experiências, tirar suas dúvidas, enfim, melhorar a qualidade de vida na Philadelphia.	Privado
30	Brasileiros em Portugal	www.facebook.com/groups/brsemp/	21 de enero de 2011	96,3	Seja bem-vindo ao grupo Brasileiros em Portugal! Lembramos que este grupo tem como finalidade principal atender às necessidades e informar a comunidade de brasileiros que escolheram viver em Portugal. Também tem como objetivo prestar esclarecimentos genéricos aos brasileiros que tem o interesse real de imigrar para Portugal. (...) SIntam-se acolhidos!	Privado
31	BRASILEIROS EM LAS VEGAS (Oficial)	www.facebook.com/groups/389300381504588/	28 de noviembre de 2017	10,7	Este Grupo foi criado para os BRASILEIROSs que moram, pretendem ou já moraram em LAS VEGAS! Todos que possam acrescentar informações para ajudar a fazer da estadia de todos nos Estados Unidos da América a melhor possível serão muito bem vindos!	Público
32	BRASILEIROS EM NEW JERSEY	www.facebook.com/groups/580773648720708/	6 de diciembre de 2014	33,6	A intenção deste grupo é estreitar relações de amizades e trabalho dos Brasileiros que vivem em New Jersey. Compartilhar idéias sobre o que esta acontecendo na nossa comunidade, aqui no Estado de New Jersey. Buscar ajuda e conexões interessantes que podem ser úteis e importantes. Quem quiser postar qualquer coisa fique à vontade.	Público
33	Brasileiros na Irlanda	www.facebook.com/groups/2087577398220758/	31 de agosto de 2018	17,3	Grupo para Brasileiros que querem ou que moram na Irlanda.	Público

34	Vancouver para brasileiros	www.facebook.com/groups/1617748748525400/	14 de septiembre de 2016	8,7	Vancouver para brasileiros é um grupo voltado para informações sobre o Canadá relacionados a estudo, trabalho, turismo, negócios, moradia e vistos e para tirar dúvidas sobre como imigrar para o Canadá.	Público
35	Brasileiros em Dublin	www.facebook.com/groups/300870873334744/	16 de mayo de 2012	70,7	O objetivo do grupo "BRASILEIROS EM DUBLIN", além de anúncios "variados" de grande utilidade para a comunidade brasileira em toda a Irlanda é fazer um "ELO" de ligação com os brasileiros que moram no Brasil. E fato que a procura pela Irlanda para intercâmbios é muito grande, então, quem mora no Brasil sempre terá alguém na família, parentes, amigos ou conhecidos com interesse em viver esta incrível experiência na Ilha da Esmeralda.	Público
36	Só brasileiros em Buenos Aires	www.facebook.com/groups/sobrasileirosembuenosaires/	3 de agosto de 2013	9,2	Oi, o Só BRASILEIROS em Buenos Aires é um grupo para compra e venda de produtos, postagens sobre alguma informação relevante aos Brasileiros em Buenos Aires e para informação em geral! Sejam Bem-Vindos! Hola, el So BRASILEIROS em Buenos Aires es un grupo para compra y venta de productos, posts sobre alguna información que sea relevante a los Brasileños en Buenos Aires y para informaciones en general. Bienvenidos!	Público
37	Brasileiros em Sydney - brasileiros.com.au	www.facebook.com/groups/brasileirosemsydney/	27 de febrero de 2013	113	Este Grupo foi criado para os brasileiros que moram, pretendem ou já moraram em Sydney! Todos que possam acrescentar informações para ajudar a fazer da estadia de todos na Austrália a melhor possível serão muito bem vindos!	Público
38	BRJP Brasileiros no Japão - Brazilians in Japan	www.facebook.com/groups/brasileirosnojapao/	13 de diciembre de 2011	13	Povo adorado, idolatrado salve-salve bem vindo. (...) O grupo é da comunidade brasuca, brasucófonos, brasucófilos e afins. Esse grupo é laico, objetiva utilidade, educação, promover business, debate racional, idéias, cooperação, coisa importante e papo furado preferivelmente divertido e positivo.	Privado



39	Brasileiros morando no Japão	www.facebook.com/groups/1420430214907605/	5 de junio de 2014	49	Grupo criado para todos os brasileiros que já tiveram a experiência de viver no Japão!!!	Público
40	BRASILEIROS EM QUEENS (NY)	www.facebook.com/groups/887926354660919/	7 de enero de 2016	7,1	Brasileiros e não brasileiros que vivem ou viveram em Queens. Brasileiros e não brasileiros que gostem de Queens, um bairro muito especial de Nova York, que congrega pessoas de todas as partes do mundo.	Público
41	Brasileiros DO SUL DA FLÓRIDA	www.facebook.com/groups/644179389020887/	17 de febrero de 2015	14,3	Olá pessoal! Sei que existe algumas dificuldades de pessoas recém chegadas. A função desse grupo é para que nós Brasileiros ajudemos uns aos outros. Por isso estou criando esse espaço para que quando necessitamos de alguma coisa publiquem aqui! Mas devemos ser honestos uns com os outros , afinal, o recém chegado costuma sempre ter dificuldade de encontrar pessoas honestas, e mesmo que tenhamos anos aqui no Estados Unidos não devemos esquecer que um dia fomos ajudado por alguém. Vamos nos unir e ajudar o próximo.... Obrigada pela atenção e ajuda de todos vocês.	Público
42	Brasileiros em La Plata (Argentina)	www.facebook.com/groups/brasileirosemplata/	22 de marzo de 2011	12,8	Sejam todos bem vindos ao nosso grupo de brasileiros em La Plata! «Comunidade criada para reunir a galera brasileira e amigos de outros países que moram em La Plata (Argentina)».	Privado
43	brasileiros BRE peruanos PE no mundo	www.facebook.com/groups/1025215417815354/	2 de noviembre de 2019	1,4	Informações gerais sobre a vida no Peru	Público
44	Brasileiros Amsterdam	www.facebook.com/groups/brasileirosamsterdam/	18 de abril de 2019	3,2	Grupo destinado a brasileiros (as) residentes em Amsterdam e a todos que desejam visitar essa cidade incrível! Troca de informações, perguntas são sempre permitidas!	Público

45	Brasileiros em Lisboa	www.facebook.com/groups/brasileiros.lisboa/	24 de abril de 2016	22,7	Bem Vindos. Este grupo é voltado totalmente à debates, esclarecer dúvidas, informar dicas de locais para visita ou moradia, itens relacionados em questão de passaporte, visto permanente e muito mais. Gostaria que todos do grupo participassem, e também, deem sugestões, pois aqui é coisa séria e totalmente de boa Fé e Verdade. Mostrar a realidade mesmo de como pode ser a ligação de nossa linda vida Luso-Brasileiro.	Público
46	Comunidade de Brasileiros em Londres	www.facebook.com/groups/1459967854235357/	29 de marzo de 2014	13,6	Esse grupo foi criado para divulgar empresas, produtos, anunciar eventos e trazer informações gerais de interesse à comunidade brasileira que vive em Londres e arredores.	Público
47	Brasileiros em Phoenixville PA BRUS e região. Brazilian/Phoenixville PA	www.facebook.com/groups/1078709002541170/	9 de marzo de 2021	209	Objetivo maior é ajudar e aproximar os brasileiros; aqui podemos divulgar nossos trabalhos, vendas, informações, procurar e oferecer trabalho, dar dicas, convites e pedir informações, tudo, sempre com o objetivo de ajudar e aproximar a comunidade brasileira dessa área.	Público
48	Brasileiros em San Francisco	www.facebook.com/groups/bremsanfrancisco/	20 de septiembre de 2016	9,5	Este grupo tem como finalidade ajudar, informar, trocar experiências, anunciar seus serviços, vender, trocar, doar, etc. É importante a participação de todos.	Público
49	Brasileiros na Gold Coast (BGC)	www.facebook.com/groups/195086180685747/	5 de enero de 2014	9,3	Informações gerais e anúncios de brasileiros na Gold Coast.	Público
50	Brasileiros no Canadá	www.facebook.com/groups/62876647561/	7 de abril de 2009	168	Grupo para que todos os Brasileiros RESIDENTES NO CANADÁ possam trocar experiências e se ajudar em assuntos diversos.	Privado
51	Brasileiros em Toronto	www.facebook.com/groups/1675912419292363/	5 de enero de 2016	31	Este grupo foi criado no intuito de aproximar a comunidade brasileira aqui de TORONTO, sendo permitido poste de vendas ,doações, oferta de trabalho e até mesmo para brasileiros que ainda não vivem em TORONTO poder pedir algumas informações e os membros do grupo sintam-se a vontade para poder colaborar e responder.	Público



52	Brasileiros Unidos em Toronto	www.facebook.com/groups/brasileirosunidosemtoronto/	16 de octubre de 2016	14,4	Sejam bem vindo(a)s ao grupo Brasileiros Unidos em Toronto. Pessoal esse grupo foi criado exclusivamente para ajudar os brasileiros que estão em Toronto ou que estão pensando e planejando morar ou visitar Toronto.	Privado
53	Peru & Lima para Brasileiros	www.facebook.com/groups/172756260280296/	3 de octubre de 2018	4,8	Grupo para Brasileiros que moram em Lima ou Peru ou desejam conhecer mais sobre este lindo País e Para Peruanos que amam Brasil ou desejam aprender mais sobre a nossa Cultura.	Privado
54	Brasileiros Em Genebra	www.facebook.com/groups/622026024537291/	14 de abril de 2014	5,2	Não especificada	Privado
55	Brasileiros em Zurique	www.facebook.com/groups/1142858619153909/	2 de julio de 2017	8,3	Este grupo está direcionado a todas pessoas que se identifiquem com o mesmo.	Privado
56	Brasileiros em Fort Myers e Região	www.facebook.com/groups/1381988492117422/	24 de febrero de 2015	3,6	Não especificada	Privado
57	Brasileiros no Porto - Brasileiros em Portugal	www.facebook.com/groups/1475862772661686/	13 de agosto de 2014	89	Todos são bem-vindos ao Grupo. Propósito do grupo é ajudar uns aos outros, somos aqui uma família.	Privado
58	BRASILEIROS EM FRANÇA	www.facebook.com/groups/974245603025951/	6 de junio de 2020	6,4	Grupo criado com o intuito de ajudar a todos que estão em França ou que querem vir, assuntos somente com relação a França.	Público
59	Brasileiros em Fort Lauderdale	www.facebook.com/groups/281174325587465/	22 de agosto de 2016	3,9	Grupo para que todos os Brasileiros em Fort Lauderdale possam trocar experiências e se ajudar em assuntos diversos.	Público
60	Brasileiros em Paris (Brésiliens)	www.facebook.com/groups/1723627017866737/	27 de noviembre de 2015	6,5	Grupo foi criado para suprir as dúvidas dos brasileiros e de todos. Sejam todos BEM VINDOS.	Público
61	Comunidade de brasileiros em Leiria	www.facebook.com/groups/925471717582681/	28 de julio de 2016	9,8	Este grupo tem o objetivo de reunir brasileiros que vivem em Portugal, para troca de experiências e que queiram se reunir para criar eventos onde possamos preservar o melhor de nossas tradições. Além de ajudar os recém imigrados na difícil tarefa de adaptação. É um espaço também para divulgar trabalhos e talentos.	Público



62	Brasileiros morando no México	www.facebook.com/groups/745173018842788/	22 de outubro de 2013	12,1	Encontre aqui tudo o que você precisa saber para que sua permanência no México seja inesquecível. Um espaço para nós brasileiros residentes no México, vamos trocar informações úteis.	Público
63	BRASILEIROS NA ESPANHA 1.	www.facebook.com/groups/266052830272489/	12 de agosto de 2014	7,5	Informações gerais e dúvidas para brasileiros morando na Espanha	Público
64	Brasileiros em New York. Uma mão lava a outra.	www.facebook.com/groups/242540673074285/	17 de outubro de 2018	4,6	Olá pessoal, este grupo foi criado para um ajudar o outro com trabalhos, vendas, trocas, aluguéis, viagens, enfim, tudo que for necessário. Estamos juntos em um país diferente do nosso, e podemos ser juntos e ajudar nosso próximo.	Público
65	Brasileiros em Como (Italia)	www.facebook.com/groups/747262668639703/	28 de fevereiro de 2014	4,8	Este grupo tem como propósito a integração e comunicação com todos aqueles que gostam, já estiveram, viajam ou moram na cidade de Como.	Público
66	Brasileiros em Anaheim	www.facebook.com/groups/269474816898998/	10 de setembro de 2017	3,6	Anaheim é a cidade mais populosa do Condado de Orange e a segunda maior em termos de área terrestre (após Irvine); é conhecido pela localização do Disneyland Resort, equipes esportivas (como o Anaheim Ducks, que está localizado no Honda Center) e seu centro de convenções.	Privado
67	Brasileiros em Melbourne ®	www.facebook.com/groups/brasileirosemmelbourne/	27 de abril de 2012	30,6	Este grupo foi criado para Brasileiros que vivem em Melbourne, pensam em viver em Melbourne, já moraram ou que estejam apenas de passagem, vindo para estudar, trabalhar ou passear. Nosso objetivo é a ajuda mútua, com a troca de informações em geral sobre escolas, moradias, oportunidades de empregos e tudo relacionado a cidade de Melbourne, oferecendo dicas e compartilhando experiências.	Privado
68	Brasileiros em New York	www.facebook.com/groups/590887934616880/	18 de junho de 2018	13,4	Espaço para divulgação de eventos em NY, ajuda a recém chegados na big apple.	Público
69	BRASILEIROS EM MIAMI	www.facebook.com/groups/russileiro/	11 de setembro de 2018	6,1	Informações sobre a vida em Miami e oferta de produtos e serviços brasileiros	Público

70	Brasileiros Em Boston	www.facebook.com/groups/418824548316137/	12 de octubre de 2015	16,1	Informações sobre a vida em Boston e oferta de produtos e serviços brasileiros	Público
71	Brasileiros Em Toronto oficial	www.facebook.com/groups/415857568839362/	24 de marzo de 2018	2,2	Informações sobre a vida em Toronto e oferta de produtos e serviços brasileiros	Público
72	Brazilians in Australia	www.facebook.com/braziliansAU	NI	2,247	A nossa página tem o intuito de oferecer suporte aos recém chegados na Austrália dando-lhes informações básicas e ajudando na sua adaptação no país.	Página
73	Brasileiros em Dubai	www.facebook.com/groups/414243208597195/	22 de mayo de 2012	12	Informações sobre a vida em Dubai e oferta de produtos e serviços brasileiros	Público
74	Brasileiros na Califórnia Estados Unidos da América	www.facebook.com/groups/1954255864832118/	21 de septiembre de 2017	55,7	Grupo dedicado para pessoas que buscam informações diversas e para quem está disposto a contribuir com as mesmas.	Privado
75	BRASILEIROS NOS ESTADOS UNIDOS	www.facebook.com/groups/988560627873976/	9 de septiembre de 2015	35,4	Grupo destinado a ajudar Brasileiros que vivem, viveram ou pretendem viver nos Estados Unidos da América, não será tolerado nesse grupo falta de respeito!!!	Privado
76	Brasileiros Em Los Angeles	www.facebook.com/groups/BrasileirosdeLosAngeles/	15 de junio de 2014	34,6	Bem vindo ao Brasileiros Em Los Angeles. A ideia de nosso grupo é revelar o que tem de melhor do Brasil no exterior, valorizando o que nos une, a convergência de valores e sonhos. Pois as semelhanças são as coisas que nos aproximam e nos fazem bem.	Público
77	BRASILEIROS EM NEW JERSEY (Estados Unidos da América)	www.facebook.com/groups/664917573648778/	21 de septiembre de 2015	40	Grupo destinados a brasileiros que vivem ou já viveram em New Jersey, ou pessoas que já tenham estado de passagem pelo Estado Jardim.	Público
78	Brasileiros Estados Unidos da América Miami	www.facebook.com/groups/miamibeachh/	4 de enero de 2019	5,4	Olá todos sejam bem-vindos, vamos publicar conteúdos relevantes nada absolutamente nada de política será aceito nesse grupo eu conto com a colaboração de todos.	Público
79	Brasileiros na Europa	www.facebook.com/groups/167962083815443/	3 de enero de 2018	7,2	Grupo para quem mora ou quer morar na Europa e quer trocar experiências de vida.	Privado
80	BRASILEIROS EM LAS VEGAS	www.facebook.com/groups/Brasileirosemvegas/	26 de abril de 2019	1,9	Welcome everyone: Group created to help and answer questions about life in Las Vegas. Bem-vindo a todos: Grupo criado para ajudar e responder a perguntas sobre a vida em Las Vegas.	Público

81	Brasileiros BR Em Portugal PT	www.facebook.com/groups/355275347969593/	18 de agosto de 2014	215	Sociedade Brasileira e portuguesa a partilhar informações dos dois Países.	Privado
82	Brasileiros na Florida	www.facebook.com/groups/463539055025502/	9 de enero de 2021	13,1	Sonho americano está aqui, esse grupo é para ajudar brasileiros a ter uma nova vida nesse solo Americano.	Público
83	Brasileiros em New York (NY)	www.facebook.com/groups/674832282652852/	11 de agosto de 2015	90,5	Grupo para brasileiros que vivem na região de Nova York, estejam de passagem pela cidade ou simplesmente curtam esta cidade fantástica.	Público
84	Brasileiros em Buenos Aires Argentina (informações)	www.facebook.com/groups/667931036704489/	13 de agosto de 2016	12,4	Informações e troca de dúvidas sobre a vida e imigração para Buenos Aires	Público

Fuente: Autoría propia.

Comunidades virtuales – brasileños en el exterior

Categoría: comunitários: específica (2021)

Nº	Nombre	Link	Fecha de creación	Miembros	Descripción ⁴³	Situación
1	Brasileiros na Flórida e seus serviços	www.facebook.com/groups/240751096296389/about	8 de junio de 2016	11.720	Criamos esse grupo para fazermos bons negócios. trocar/vender/alugar/opportunidades de trabalho/etc...	Público
2	Brasileiros nos Estados Unidos da América us Juntos somos melhores	www.facebook.com/groups/483082819080316/	3 de diciembre de 2019	4,1	Venda, compra, serviços e empregos	Público
3	Estados Unidos da América NI Vistos, Imigração & Oportunidades	www.facebook.com/groups/usaquestions/	1 de octubre de 2017	13.8	Grupo destinado a brasileiros nos Estados Unidos da América ou brasileiros com planos de viagem para os Estados Unidos da América de forma legal (estudo, trabalho ou migração permanente).	Privado
4	Estudantes Brasileiros nos Estados Unidos	www.facebook.com/groups/2082042258706640/about	3 de abril de 2018	2,6	Grupo que compartilha informações importantes para estudantes brasileiros nos Estados Unidos da América ou futuros estudantes brasileiros nos Estados Unidos.	Público
5	BRASILEIROS EM DALLAS compras-trocas-ventas	www.facebook.com/groups/212143553004961/	14 de julio de 2019	1,8	Grupo destinado a compras, trocas, vendas, doações e recomendações. O intuito desse grupo é ajudar uns aos outros nós brasileiros que moramos na cidade de Dallas e Bairros próximos.	Público
6	BRASILEIROS EM PORTUGAL CLASSIFICADOS	www.facebook.com/groups/153294704829938/	6 de marzo de 2013.	12,1	Anúncios diversos - compra, venda, troca, etc.	Público

43. Elegimos mantener el idioma portugués en esta columna porque es la transcripción literal de extractos de las descripciones presentes en las páginas.



7	Brasileiros em Buenos Aires	www.facebook.com/groups/1697702880460041/	2 de septiembre de 2015	6,5	Oferecimento de serviços e produtos de/para brasileiros residentes em Buenos Aires	Público
8	Brasileiros e Burocracias na Alemanha	www.facebook.com/groups/781068901992059/	27 de junio de 2015	27	Esse é um grupo com objetivo de ajudar Pessoas das comunidades lusófonas que buscam dicas de ajuda ou queiram ajudar pessoas que estejam com problemas burocráticos na Alemanha.	Público
9	BRASILEIROS NA HOLANDA	www.facebook.com/groups/1438292536479058/	7 de junio de 2015	12,7	Anúncios diversos, compra, venda, troca, moradia, informações, etc.	Público
10	Estudantes brasileiros em Malta	www.facebook.com/groups/421033891755645/	19 de septiembre de 2018	3,9	Pessoal, eu criei esse grupo para estudantes brasileiros interessados em vir para Malta, poderem trocar informações, ideias, recomendações em assuntos diversos como cursos de inglês, acomodação, cultura, custo de vida e, etc. Hoje existem dois grupos de Brasileiros em Malta e um de Residentes em Malta, mas nenhum voltado 100% para estudantes por isso resolvi iniciar o grupo.	Público
11	Brasileiros no Japão - Negócios e Serviços	www.facebook.com/groups/brasilianos.no.japao.oficial/	16 de octubre de 2017	6,1	Grupo de Compra e Venda e anúncio de Serviços. O grupo é direcionado aos brasileiros que moram ou estiveram no Japão, ou que oferecem serviços para os brasileiros que moram no Japão. Faça a divulgação do seu negócio, produto ou serviço aqui.	Público
12	Empregos no Japão	www.facebook.com/groups/1543954799034927/	6 de diciembre de 2017	24,5	Grupo para divulgação de empregos. Regras das postagens: 1- nome da empreiteira ou fábrica; 2- valor da hora ou dia; 3- tipo de serviço; 4- quantia de turnos e horários; 5- se possui transporte e se tem apato. Obs: publicações que não sigam esse critérios não serão aprovadas!	Público
13	Oferta de empregos no Japão	www.facebook.com/groups/605380413414184/	11 de junio de 2020	5,3	Empregos no Japão	Público
14	Brasileiros em Nagoya	www.facebook.com/groups/206866229418948/	23 de marzo de 2012	12,7	Oferecimento de serviços e produtos de/para brasileiros residentes em Nagoya	Público
15	Brasileiros em Aichi Ken	www.facebook.com/groups/830036217029031/	3 de octubre de 2014	8,3	Ofertas de emprego, produtos e serviços promoção	Público



16	Profissionais brasileiros em Londres	www.facebook.com/groups/380686792509616/	4 de febrero de 2019	2,6	Esse grupo objetiva reunir informações de profissionais brasileiros em Londres afim de fazermos uma rede para que possamos trocar informações e fortalecer as possibilidades de atuação em Londres. Dessa forma podemos fazer indicações amigáveis e seguras sobre propostas de trabalho.	Público
17	Ajuda Comunitária para Brasileiros no Texas	www.facebook.com/groups/683546675183850/	27 de agosto de 2017	2,4	Oferecimento de vagas, serviços e produtos no Texas para brasileiros	Público
18	BRASILEIROS EM BARCELONA	www.facebook.com/groups/brasileirosembracelona/	26 de enero de 2016	2,7	Queremos nesse grupo compartir como VIZINHOS, só programações e acontecimentos para os Brasileiros que vivem em Barcelona. Temas relacionados com lazer, cultura e informações úteis para facilitar, melhorar e alegrar o nosso dia a dia. Bem-vindos.	Público
19	Brasileiros em Buenos Aires	www.facebook.com/groups/1697702880460041/	2 de septiembre de 2015	6,5	Oferecimento de serviços e produtos de brasileiros em Buenos Aires	Público
20	Brasileiros na Bélgica anúncios Gratuito!	www.facebook.com/groups/498318633674997/	15 de febrero de 2017	24,4	Não possui descrição	Privado
21	Brasileiros Em Danbury-Ct E Região	www.facebook.com/groups/126669584490719/	13 de diciembre de 2016	18,1	Esta página foi criada para todos compartilhar: Ofertas de empregos, publicidades, procura de empregos, automóveis, imóveis para alugar ou vender, anúncios	Privado
22	Brasileiros em broward	www.facebook.com/groups/517687618411796/	23 de diciembre de 2015	2,5	Informações gerais e anúncios de vagas e serviços de brasileiros	Público
23	Imigrar para o Canadá	www.facebook.com/groups/135772929926812/	18 de marzo de 2014	21,5	GRUPO VOLTADO AO NÍVEL «PRÉ» (brasileiros que ainda não estão no Canadá).	Público
24	BRASILEIROS em MADRID BRES	www.facebook.com/groups/282051551863073/	1 de marzo de 2012	36,9	CANTINHO BRASILEIRO em MADRID. Este grupo é de propriedade de DENTISTAS BRASILEÑOS EN MADRID, tem por finalidade (...) publicar nosso CENTRO DENTAL TORRE FUERTE referência em ODONTOLOGIA PARA BRASILEIROS.	Público
25	Apartamentos para brasileiros em Buenos Aires.	www.facebook.com/groups/1090590651138831/	6 de julio de 2019	7,9	Grupo destinado a anúncio de apartamentos em Buenos Aires. Quem esteja procurando Ap pra alugar, podem comunicar no número +5491132742896	Público

Fuente: Autoría propia.

4. Tabelas análise DAFO (em português)

Atores envolvidos	Relação com o tema	Pontos fortes	Oportunidades	Vulnerabilidades	Ameaças	Recomendações
Jorgelina Burgo – ONG Dignitate Brasil	A organização, da qual Jorgelina Burgo é fundadora, trabalha com a conscientização e ajuda a vítimas de tráfico humano, especialmente as brasileiras que sofrem exploração sexual no exterior.	Empoderamento feminino a partir do resgate de situações de exploração e superação das dificuldades.	Desenvolvimento de ações e trabalhos com recursos financeiros limitados e baseados em parcerias e articulações locais e transnacionais. A dedicação e determinação em “correr atrás do sonho” canalizada de uma maneira positiva. Papel relevante das igrejas em ações de acolhida e assistenciais. Atuação efetiva em questões de vulnerabilidade com ação limitada dos Estados.	Culpabilização da vítima. Exploração sexual e laboral. Questões de ordem psicológicas da mulher emigrante. Outras necessidades e questões de urgência que deixam a denúncia das explorações em segundo plano. Invisibilidade do migrante no país de acolhida e preconceitos. Necessidade de conhecimento da temática, expertise e sensibilidade. Ações diplomáticas e consulares frágeis. Tráfico de drogas e uso de substâncias ilícitas e álcool.	Ação das redes migratórias ilegais e de tráfico humano e acesso do cidadão a esses recursos. Desestruturação familiar e abuso infantil. Xenofobia e preconceitos contra minorias como a população LGBTQI+. Corrupção. Violência.	Investimentos em projetos de resgate de vítimas de tráfico, acolhida e retorno orientado, não necessariamente para o país de origem. Criação de campanhas de comunicação que proporcione uma “emigração consciente” e regular e desmistifique o processo de emigração. Desenvolvimento e implantação de projetos sociais voltados às famílias em situação de vulnerabilidade do país de origem, voltadas à educação e desenvolvimento.

Atores envolvidos	Relação com o tema	Pontos fortes	Oportunidades	Vulnerabilidades	Ameaças	Recomendações
<p>Marcos Viana – Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE)</p>	<p>O objetivo social do CRBE é coordenar e unir esforços de voluntários de todo o mundo, levando a cabo suas ações em nome da comunidade de expatriados brasileiros em suas necessidades mais latentes.</p>	<p>Estruturação interna dos conselhos bem definidas, com capacidade de atuação prática e comunicação entre seus membros de maneira rápida e eficaz.</p>	<p>Articulação capaz de tornar demandas em plano de ação.</p> <p>Capacidade de diálogo com diversos atores, e interlocução com o Itamaraty.</p> <p>Desenvolvimento de ações e trabalhos com recursos financeiros limitados e baseados em parcerias e articulações locais e transnacionais.</p> <p>Geração de remessas que tiram brasileiros da situação de extrema pobreza e investimentos no Brasil.</p> <p>Ampla conhecimento da realidade emigratória, em diversos países.</p> <p>Uso do idioma português como vantagem competitiva e diferencial cultural.</p> <p>Divulgação da cultura e identidades brasileiras no exterior.</p>	<p>Necessidade de representação política no Brasil e no exterior.</p> <p>Fragilidade das políticas públicas e associadas a governos e não ao Estado.</p> <p>Ações diplomáticas e consulares precárias e distantes da realidade dos brasileiros no local.</p> <p>Ocorrência de disputas internas na própria comunidade.</p>	<p>Políticas migratórias restritivas no nível internacional.</p> <p>Ação das redes migratórias ilegais e acesso do cidadão a esse recurso.</p> <p>Burocracia e defesa de interesses de caráter político nas relações e ações com o Itamaraty.</p>	<p>Assinatura de acordos bi-laterais que envolvam questões maiores, de aspectos jurídicos e legais nos campos da economia, cultura, educação, etc.</p> <p>Implementação de políticas públicas a partir das demandas da comunidade de brasileiros no exterior.</p> <p>Mapear os fluxos de brasileiros pelo mundo e investir em pesquisa e conhecimento do perfil dessa população.</p> <p>Mudança de visão do emigrante: ele não dá custos para o governo brasileiro, pelo contrário: fornece recursos.</p> <p>Trabalho conjunto com outros atores (OSCs, principalmente) e organismos internacionais, como a OIM.</p>



Atores envolvidos	Relação com o tema	Pontos fortes	Oportunidades	Vulnerabilidades	Ameaças	Recomendações
Leonardo Cavalcante – OBMigra	O OBMigra – Observatório das Migrações Internacionais foi criado a partir de um convênio de cooperação em 2013, entre o Ministério do Trabalho e a Universidade de Brasília. Com a extinção do Ministério do Trabalho, em 2019, foi incorporado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. Leonardo Cavalcante é pesquisador e coordenador do Observatório.	O conhecimento das demandas e conflitos é um campo fértil para a geração de ações e inovações. Destaque para o papel das articulações entre atores e instituições nesse processo.	Papel relevante das igrejas em ações de acolhida e assistenciais. Desenvolvimento de ações e trabalhos com recursos financeiros limitados e baseados em parcerias e articulações locais e transnacionais. Possibilidade de o Estado trabalhar como articulador de uma rede de parcerias. Surgimento de políticas emigratórias no nível municipal – Iniciativas de descentralização.	Enfraquecimento da temática nos últimos tempos, tanto em termos de pesquisas, quanto ações e políticas públicas. Quanto maior a situação de vulnerabilidade, maior a exploração laboral, principalmente. Fragilidade das políticas públicas e associadas a governos e não ao Estado. Ações diplomáticas e consulares frágeis, muito estruturadas de acordo com o perfil do cônsul local.	Crises econômicas constantes (nível Brasil e mundial): Políticas migratórias restritivas no nível internacional. Ação das redes migratórias ilegais e acesso do cidadão a esse recurso. Tráfico humano. Desinteresse histórico dos países em se mostrarem como nações emissoras de migrantes.	Implementação de políticas públicas integradas com foco, principalmente, na saída e na acolhida do emigrante. Investimentos em projetos de retorno orientado, com a inclusão de retornados em projetos sociais. Ex. Bolsa família. Existência de um órgão institucionalizado e formal no Itamaraty responsável pelas questões de emigração e que atue de maneira articulada com os diversos atores da temática.

Atores envolvidos	Relação com o tema	Pontos fortes	Oportunidades	Vulnerabilidades	Ameaças	Recomendações
Cyntia de Paula – Casa do Brasil de Lisboa	A entidade desenvolve um trabalho de implementação de políticas públicas, assumindo um papel de ativismo e demanda de políticas igualitárias para as comunidades de imigrantes brasileiros em Portugal. Cyntia de Paula é a presidente da instituição.	Laços históricos entre Brasil e Portugal.	Crescimento do número de coletivos e instituições que trabalham não só com emigrantes brasileiros, mas focam diferentes características. Ex.: mulheres, jovens, negros, etc. Possibilidade de participação política nas eleições autárquicas, nos partidos políticos e de representação. Facilidade do idioma e proximidade cultural. O processo de regularização é menos difícil se comparado com outros países, como Estados Unidos da América. Desenvolvimento de ações e trabalhos com recursos financeiros limitados e baseados em parcerias e articulações locais, principalmente.	Custo de vida muito alto em Lisboa, principalmente. Estereótipo sexualizado da mulher brasileira. Preconceito, discriminação e assédio. Problemas de integração e acolhida no nível familiar, entre casais binacionais. Questões de ordem psicológicas da mulher emigrante e seus filhos. Ausência de emigrantes na administração pública local, especialmente no nível nacional e europeu. Outras necessidades e questões de urgência que deixam a participação e ativismo em segundo plano.	Crises econômicas constantes (nível Brasil, Europa e mundial). Políticas migratórias restritivas no nível internacional, da Europa, principalmente. Burocracia brasileira e portuguesa e questões de modernização e morosidade do Estado.	Criação de campanhas de comunicação que proporcione uma “emigração consciente” e regular e desmistifique o processo de emigração. Construir modelos e estruturas de políticas públicas inspiradas em boas práticas já existentes e que dê conta da realidade do emigrante brasileiro. Fortalecimento de projetos de acolhida, interação e formação de redes de apoio. Investir em campanhas em Portugal que “desmistifique” a imagem e estereótipos do Brasil e de seu povo. Trabalho conjunto com outros atores (OSCs, principalmente) e organismos internacionais, como a OIM.



Atores envolvidos	Relação com o tema	Pontos fortes	Oportunidades	Vulnerabilidades	Ameaças	Recomendações
Liliane Costa – Brazilian American Center (BRACE)	A entidade tem como objetivo acolher, assistir e atuar na promoção dos imigrantes, sem distinção de raça, idade, gênero e religião, preservando valores e as identidades culturais de cada um. Liliane Costa trabalha na entidade desde 2014.	O dinamismo das migrações, porém, sempre com a mesma motivação: a busca por uma vida melhor.	Desenvolvimento de ações e trabalhos com recursos financeiros limitados e baseados em parcerias e articulações locais. Atuação em conjunto com ONGs que não estão voltadas à temática do emigrante (Ex.: alcoolismo, drogas, violência doméstica etc.). Criação de mercados étnicos, geração de renda e remessas, além de alta atuação no setor de prestação de serviços e comércio não só à população do país, mas aos membros da própria comunidade. Colaboração entre os membros da comunidade e papel importante das igrejas.	Desconhecimento da realidade local e diferenças culturais. Dificuldade de acesso a uma emigração regular. Endividamento causado pelo projeto de emigração. Ações diplomáticas e consulares frágeis, muito estruturadas de acordo com o perfil do consul local. Novas gerações: dilema entre trabalho e estudo universitário. Exploração de emigrantes, especialmente de indocumentados e também por parte de membros da própria comunidade. Questões de ordem psicológicas da mulher emigrante e seus filhos.	Migrar por necessidade e não por opção. Ação das redes migratórias ilegais (“coiotes”) e acesso do cidadão a esse recurso. Políticas migratórias restritivas no nível internacional, dos Estados Unidos da América, principalmente. Preconceito contra o emigrante.	Criação de campanhas de comunicação que proporcione uma “emigração consciente” e regular e desmistifique o processo de emigração. Investir no desenvolvimento de ações de acolhida e assistência no idioma de origem do emigrante.

Atores envolvidos	Relação com o tema	Pontos fortes	Oportunidades	Vulnerabilidades	Ameaças	Recomendações
Érika Tamura – Serviço de Atendimento aos Brasileiros no Japão (SABJA)	A organização presta ajuda psicológica, cultural e laboral, principalmente, a mulheres brasileiras no Japão.	Os 30 anos da comunidade brasileira estabelecida no Japão.	Alta capacidade de flexibilização e adaptação do brasileiro (em contraste com a do japonês). Institucionalização de projetos junto a consulados e embaixadas locais. Relação próxima a japoneses com vínculos históricos com o Brasil. Riqueza da celebração de laços e vínculos culturais com o Brasil. Desenvolvimento de ações e trabalhos com recursos financeiros limitados e baseados em parcerias e articulações locais e transnacionais.	Desconhecimento e dificuldades com o idioma japonês, isolamento social e diferenças culturais. Desconhecimento e dificuldades na legislação e acesso a recursos para empreender. Intensas e rigorosas jornadas de trabalho nas fábricas (não sobra tempo para o “resto”). Projetos assistenciais japoneses acabam por desestimular desenvolvimento pessoal (ex.: traduções em órgãos públicos). Questões de ordem psicológicas da mulher emigrante e seus filhos. “Dilema” na educação dos filhos: divisão entre escola brasileira e escola japonesa.	Diferenças extremas entre as sociedades brasileira e japonesa (idioma, cultural, social). Preconceito contra o emigrante (enraizado inclusive na comunidade).	Incentivos a projetos que dê voz ao emigrante no país de origem, dando visibilidade à essa população na sociedade local. Desenvolvimento de políticas públicas específicas voltadas à comunidade de brasileiros no exterior que institucionalize e reconheça formalmente esses grupos. Investimentos em projetos e estruturas que favoreçam ações articuladas com governos e instituições locais. Investimentos em educação que formem novas gerações bilingues.



Atores envolvidos	Relação com o tema	Pontos fortes	Oportunidades	Vulnerabilidades	Ameaças	Recomendações
<p>Aloysio Vasconcellos – Brazil International Foundation</p>	<p>O objetivo da fundação é ajudar a manter as comunidades brasileiras no exterior sólidas e estruturadas, funcionando como plataformas para a difusão econômica, política e social da cultura brasileira e de seu povo.</p>	<p>Existência e evolução de ações concretas e de desenvolvimento à comunidade brasileira local.</p>	<p>Acesso relativamente fácil à montagem de empresas e negócios na área de comércio e serviços, principalmente.</p> <p>Realização do 1º censo de brasileiros na Flórida e investimentos em apoio a pesquisas e estudos para conhecer o perfil do emigrante.</p> <p>Possibilidade de atuação de empresas brasileiras, via comunidade, no país de acolhida (e vice-versa).</p> <p>Desenvolvimento de ações e trabalhos com recursos financeiros limitados e baseados em parcerias e articulações locais e transnacionais.</p> <p>Novas gerações melhor preparadas para o enfrentamento das dificuldades (já conhecem a realidade).</p> <p>Uso do idioma português como vantagem competitiva.</p>	<p>Visão estereotipada de que o Brasil se resume à comida, música e futebol.</p> <p>Necessidade de maior organização dos diferentes grupos de brasileiros no local.</p>	<p>Crises econômicas constantes (nível Brasil, Estados Unidos da América e mundial).</p> <p>Cultura de inteligência e planejamento estratégico do brasileiro.</p>	<p>Investimentos em pesquisas e ações que tracem o perfil da comunidade brasileira e propiciem melhor conhecimento do grupo e suas demandas.</p> <p>Mudança de visão do emigrante: ele não vem tirar, ele vem contribuir.</p> <p>Incentivar intercâmbios de estudantes, empresários, líderes de ONGs e desenvolvimento de ações conjuntas.</p> <p>Financiamento de projetos de arte, cultura e comunicação.</p> <p>Criação de projetos que incentivem e orientem o emigrante em investimentos financeiros no Brasil.</p>

Atores envolvidos	Relação com o tema	Pontos fortes	Oportunidades	Vulnerabilidades	Ameaças	Recomendações
Adriana Sabino – Centro Cultural Brasil e Estados Unidos da América	A organização tem como missão difundir a cultura brasileira no sul da Flórida e manter as raízes culturais das crianças brasileiras que vivem nessa região. Adriana Sabino é a presidente da entidade.	Presença e visibilidade locais da comunidade brasileira e do Brasil.	Comunidade grande, estruturada e integrada. Possibilidade do uso do sistema público de educação local para parcerias e ações voltadas para a formação da comunidade e valorização de aspectos culturais. Uso do idioma português como vantagem competitiva. Elementos culturais brasileiros completamente integrados à identidade da cidade (música, arquitetura, gastronomia, etc.). Criação de mercados étnicos, geração de renda e remessas, além de alta atuação no setor de prestação de serviços não só à população do país, mas aos membros da própria comunidade. Estabelecimento de uma rede de mídia étnica desenvolvida e eficaz.	Ocorrência de disputas internas na própria comunidade. Desilusão com o Brasil e suas instituições. Necessidade de maior organização dos diferentes grupos de brasileiros no local. Ações diplomáticas e consulares frágeis, muito estruturadas de acordo com o perfil do côsul local e inexistência de vínculos de ações com o Estado brasileiro (Itamaraty). Diversidade do perfil do brasileiro no local, inclusive no que diz respeito à renda: dos milionários aos muito pobres e indocumentados.	Desenvolvimento econômico, político e social do Brasil. Burocracia brasileira. Políticas migratórias restritivas no nível internacional, dos Estados Unidos da América, principalmente. Cultura política e de participação do brasileiro.	Desenvolvimento de ações voltadas para a mulher, uma vez que ela é a maior responsável pela integração e adaptação da família no país de acolhida. Investimentos na participação da família no ambiente escolar do filho. Ex.: associação de pais e professores, ensino bilingue, etc. Criação de projetos de valorização da cultura brasileira e do país.



Atores envolvidos	Relação com o tema	Pontos fortes	Oportunidades	Vulnerabilidades	Ameaças	Recomendações
Álvaro Lima – Projeto Diga aí	<p>O Diga aí é uma plataforma digital que agrega e faz a curadoria da produção cultural brasileira em Boston (Estados Unidos da América). Sua missão é fortalecer a identidade cultural do emigrante brasileiro. Álvaro Lima é o coordenador do projeto.</p>	<p>Afetividades envolvendo a experiência migratória.</p> <p>Riqueza cultural do Brasil e seu povo.</p>	<p>Capacidade de chamar a atenção do Estado (local e do país de acolhida) para as questões emigratórias.</p> <p>Produtos culturais brasileiros como forma de manutenção dos vínculos. Ex.: telenovelas, futebol, literatura, etc.</p> <p>Percepção de uma identidade brasileira que não é afluída no país de origem.</p> <p>Criação de mercados étnicos, geração de renda e remessas.</p> <p>Estabelecimento de uma rede de mídia étnica desenvolvida e eficaz.</p> <p>Desenvolvimento de ações e trabalhos com recursos financeiros limitados e baseados em parcerias e articulações locais e transnacionais.</p>	<p>Necessidade de investimentos no registro da memória e história da emigração brasileira.</p> <p>Fragilidade das políticas públicas e associadas a governos e não ao Estado.</p> <p>Desconhecimento e dificuldades na legislação e parcerias envolvendo ONGs e governos locais (prefeituras dos Estados Unidos da América).</p> <p>Isolamento dos brasileiros que migram para estudar do restante da comunidade.</p> <p>Necessidade de acesso à aposentadoria (idosos) e à universidade (jovens).</p> <p>Ações diplomáticas e consulares precárias e muito estruturadas de acordo com o perfil do consul local.</p>	<p>Políticas migratórias restritivas no nível internacional, dos Estados Unidos da América, principalmente.</p> <p>Necessidade de investimento financeiro e político na questão migratória por parte do Estado Brasileiro.</p> <p>Desenvolvimento econômico, político e social do Brasil.</p> <p>Burocracia brasileira.</p> <p>Violência juvenil e cultura do consumo.</p>	<p>Criação de campanhas informativas que “eduque” o emigrante brasileiro e a sociedade de acolhida sobre o Brasil.</p> <p>Criação de uma política de integração e acolhida.</p> <p>Investimentos e abertura das bases de dados oficiais sobre emigração.</p> <p>Criação de projetos que considere o envio das remessas uma opção de crédito.</p> <p>Investimento em pesquisas que resgatem, registrem e contem a história da emigração brasileira para o próprio Brasil e o mundo.</p>

Atores envolvidos	Relação com o tema	Pontos fortes	Oportunidades	Vulnerabilidades	Ameaças	Recomendações
Lilian Mishima – SOS Mães no Japão	A associação tem como objetivo geral prestar ajuda às mães brasileiras no país, nas mais diversas vertentes: trabalho, família, integração, etc. Lilian Mishima é a presidente da associação.	Protagonismo e fortalecimento da identidade mãe / mulher emigrante.	Desenvolvimento de ações e trabalhos baseados em parcerias e articulações locais e transnacionais. Fortalecimento do espírito comunitário, identitário e de vínculos entre as pessoas. Avanços e estruturação do trabalho voluntário.	Desconhecimento e dificuldades com o idioma japonês, isolamento social, diferenças culturais e ausência de rede de apoio. Desconhecimento das leis estrangeiras, especificamente às ligadas aos direitos da família e da mulher. Questões de ordem psicológicas da mulher emigrante e seus filhos. Acesso à educação de qualidade das novas gerações.	Violência sistêmica, preconceito e desvalorização da mulher na sociedade. Crises econômicas constantes (nível Brasil, Japão e mundial).	Criação de campanhas de comunicação que proporcionem o conhecimento da realidade local (japonesa), em todos os aspectos. Fortalecimento de projetos de acolhida, interação e formação de redes de apoio.
Juliana Wahlgren e Marcia Baratto – Revibra: Rede Europeia de Apoio de Vítimas Brasileiras de Violência Doméstica e Gênero	A ONG oferece assistência jurídica e psicológica às mulheres vítimas de violência doméstica e gênero e às mães em disputa internacional de guarda de menores na comunidade brasileira na Europa. Juliana Wahlgren é uma das fundadoras da ONG; Marcia Maratto atua no setor de pesquisa e documentação.	Relevância da família e da mulher no processo emigratório.	Possibilidade de atuação altamente qualificada e estruturada de uma organização voltada para temática emigratória. Visibilidade de questões sociais importantes: violência doméstica, de gênero, preconceito, população LGBTQI+, presos. Desenvolvimento de ações e trabalhos baseados em parcerias e articulações locais e transnacionais.	Questões de ordem psicológicas da mulher emigrante e seus filhos. Desconhecimento das leis estrangeiras, especificamente às ligadas aos direitos da família e da mulher. Diferenças culturais. Dificuldade de acesso a uma emigração regular. Ações diplomáticas e consulares “engessadas”	Violência sistêmica, preconceito e desvalorização da mulher na sociedade. Políticas migratórias restritivas no nível internacional. Legislação global complexa e acesso inacessível a questões e atores jurídicos e de Direito.	Criação de campanhas de comunicação que proporcione uma “emigração consciente” e regular e desmistifique o processo de emigração. Assinatura de acordos bi-laterais que envolvam questões maiores, de aspectos jurídicos e legais.



Atores envolvidos	Relação com o tema	Pontos fortes	Oportunidades	Vulnerabilidades	Ameaças	Recomendações
Marco Aurélio Souza – Projeto Resgate Brasil	A ONG com atuação internacional desenvolve projetos para ajudar vítimas de tráfico sexual, valorizando a pessoa e possibilitando novas perspectivas e reintegração no país de origem. Marco Aurélio Souza é o coordenador do projeto no Brasil.	A emigração pode ser realizada de maneira segura.	Desenvolvimento de ações e trabalhos com recursos financeiros limitados e baseados em parcerias e articulações locais e transnacionais. Dedicação e determinação em “correr atrás do sonho” – sujeito ativo, não acomodado e disposto a enfrentar desafios.	Dificuldade de acesso a uma emigração regular. Endividamento causado pelo projeto de emigração. Tráfico de drogas e uso de substâncias ilícitas e álcool. Exploração laboral e sexual. Invisibilidade do migrante no país de acolhida e preconceitos.	Ação das redes migratórias ilegais (aliciadores) e acesso do cidadão a esse recurso. Problemas com educação e falta de oportunidades no Brasil para o jovem.	Criação de projetos que abrangem os 3 níveis: repressão (autoridades policiais e judiciais), prevenção (campanhas educativas) e atenção, com assistência não só a vítimas do tráfico humano e sexual, mas para emigrantes retornados de maneira “voluntária”. Trabalho conjunto com outros atores (OSCs, principalmente) e organismos internacionais, como a OIM.
Paulo Illes – Organização para uma cidadania universal (OCU) / Redes sem fronteiras	Ativista na temática, tem amplo histórico de atuação, não só como atual coordenador da OCU/Redes Sem fronteiras, com sede em Paris, mas também como membro do Comitê Internacional do Fórum Social Mundial das Migrações e de esferas de articulação de políticas públicas para o Mercosul.	O emigrante é parte da sociedade e apto a construir o mundo que queremos.	Criação de espaços de participação e mobilização social de/para emigrante. Capacidade de diálogo entre as organizações de emigrantes e outras esferas: partidárias, governamentais, etc. Desenvolvimento de ações e trabalhos com recursos financeiros limitados e baseados em parcerias e articulações locais e transnacionais.	Políticas direcionadas em conjunto para a emigração e o trabalho escravo (sem distinção). Ideia de “caridade” e assistencialismo no lugar de uma visão política sobre ações voltadas para o emigrante. Ausência de profissionalismo no desenvolvimento e implementação de políticas nos níveis municipal, estadual e federal (interesses). Fragmentação de projetos e políticas públicas para a questão. Considerar que todos os emigrantes estão representados nas associações / organizações.	Desconhecimento da realidade emigratória por parte da sociedade civil e dos governos para se discutir e implementar políticas públicas. Exploração dos emigrantes, inclusive pelos próprios emigrantes. Violência.	Implementação de políticas públicas integradas com foco, principalmente, na saída e na acolhida do emigrante. Construir modelos e estruturas de políticas públicas baseada na realidade do Brasil (e não “importar” experiências prontas). Selecionar boas práticas, problematizar e implantar. Trabalho conjunto com outros atores (OSCs, principalmente) e organismos internacionais, como a OIM.

Atores envolvidos	Relação com o tema	Pontos fortes	Oportunidades	Vulnerabilidades	Ameaças	Recomendações
<p>Duval Fernandes: Pesquisador – Pontifícia Universidade Católica (PUC)</p>	<p>Especialista no campo da Demografia, com ênfase nos processos migratórios internacionais. Atuou como observador no CNlg – Conselho Nacional de Imigração.</p>	<p>O emigrante é essencialmente laboral.</p>	<p>Demonstração do sucesso no país de origem.</p> <p>O conhecimento de novas realidades no país de acolhida abre oportunidades para se enxergar caminhos no país de origem.</p>	<p>Dificuldade de acesso a uma emigração regular.</p> <p>Desilusão com o Brasil e a realidade econômica e política (desinteresse para com o país de origem).</p> <p>Endividamento causado pelo projeto de emigração.</p> <p>Questões de ordem psicológicas do emigrante.</p>	<p>Questão histórica e cultural: a temática nunca apareceu como prioridade no Brasil.</p> <p>Políticas migratórias restritivas no nível internacional.</p> <p>Fragilidade das políticas públicas e associadas a governos e não ao Estado.</p>	<p>Trabalhar a questão dos retornados no plano local (do município ou do estado) e necessidade de capacitação dos envolvidos.</p> <p>Criação de campanhas de comunicação que proporcione uma “emigração consciente” e regular.</p> <p>Trabalho conjunto com outros atores (OSCs, principalmente) e organismos internacionais, como a OIM.</p>
<p>Alex Brum: Pesquisador – Universidade Federal Fluminense (UFF)</p>	<p>Pesquisador, especialista em políticas de vinculação de brasileiros no exterior.</p>	<p>Resiliência do brasileiro frente a diferentes realidades (baseada na diversidade do próprio país).</p>	<p>Criação de mercados étnicos e geração de renda e remessas.</p> <p>O brasileiro, em geral, costuma sofrer menos preconceito que outros grupos, como latinos, árabes ou africanos.</p> <p>Uso do idioma português como vantagem competitiva.</p> <p>Alto grau de escolaridade do emigrante, profissionais com nível superior e qualificados.</p>	<p>Desconfiança por parte do emigrante nas instituições.</p> <p>Outras necessidades e questões de urgência (sobreviver no país de acolhida) que deixam o país de origem em segundo plano.</p> <p>Com exceção de alguns lugares dos Estados Unidos da América, Japão, Portugal e Paraguai, a comunidade brasileira é invisível.</p>	<p>Desconhecimento da realidade emigratória não só por parte do governo brasileiro (níveis municipal, estadual e federal), mas da própria sociedade e dos indivíduos.</p> <p>Fragilidade das políticas públicas e associadas a governos e não ao Estado, além de conflitos internos (tema interdisciplinar)</p> <p>Políticas migratórias restritivas no nível internacional.</p>	<p>Criação de campanhas no exterior que reforcem as qualidades do Brasil e do povo brasileiro.</p> <p>Investir na articulação e interação das comunidades para que se conheçam, troquem experiências e articulem demandas conjuntas.</p> <p>Desenvolvimento de políticas emigratórias e modernização das estruturas.</p>



Atores envolvidos	Relação com o tema	Pontos fortes	Oportunidades	Vulnerabilidades	Ameaças	Recomendações
Allani Barbosa: Sebrae-MG.	<p>O Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa (Sebrae) é uma entidade privada que promove a competitividade e o desenvolvimento sustentável das microempresas.</p> <p>A unidade de Minas Gerais criou o “Programa Remessas”, do qual Alanni Barbosa é responsável, destinado a orientar a aplicação das remessas dos emigrantes no Brasil.</p>	<p>Institucionalização do Projeto Remessas.</p> <p>Mobilização de entidades de apoio brasileiras e internacionais.</p>	<p>Capacidade de desenvolvimento de novos produtos e mercado no país de origem e no de acolhida (“mercado da saudade” / étnico).</p> <p>Geração de renda no país receptor e no de acolhida (remessas).</p> <p>Desenvolvimento de ações e trabalhos com recursos financeiros limitados e baseados em parcerias e articulações locais e transnacionais.</p> <p>Alta capacidade de replicação do conhecimento adquirido (redes migratórias).</p>	<p>Desconhecimento das leis estrangeiras, especialmente à abertura de possibilidades de negócios.</p> <p>Desconfiança por parte do emigrante nas instituições.</p> <p>Outras necessidades e questões de urgência que deixam a capacitação, formação, o conhecimento e o treinamento em segundo plano.</p> <p>Empreender por necessidade.</p>	<p>Crises econômicas constantes (nível Brasil e mundial):</p> <p>Cultura de consumo da nova geração (gasta mais do que poupa).</p>	<p>Assinatura de acordos bilaterais que envolvam questões maiores, facilitando o acesso do emigrante à educação, saúde, previdência, etc.</p> <p>Investimentos em expansão de ações de treinamento.</p> <p>Modalidade virtual, para a otimização de recursos.</p> <p>Expansão do projeto para outros Estados e no nível do Sebrae nacional.</p>

Atores envolvidos	Relação com o tema	Pontos fortes	Oportunidades	Vulnerabilidades	Ameaças	Recomendações
Igor Pimentel; Governo do estado de Goiás	O estado de Goiás tem ações direcionadas a sua população no exterior, algumas delas instituídas por decreto estadual. Igor Pimentel é o responsável pelos assuntos consulares do Gabinete de Relações Internacionais, no qual a temática está inserida.	A formalização e institucionalização das ações por decretos de lei.	Desenvolvimento de ações e trabalhos baseados em parcerias e articulações locais e transnacionais.	Necessidade de mais recursos humanos e financeiros. Necessidade de conhecimento da temática, expertise e sensibilidade.	Burocracia e defesa de interesses de caráter político nas relações com o Itamaraty. Ação das redes de tráfico de pessoas e acesso do cidadão a esse recurso.	Criação de campanhas de comunicação que proporcione uma “emigração consciente e regular” que inclua, sobretudo, as redes sociais digitais. Implantação de projetos focados na prevenção do tráfico de mulheres.
Alexandre Norberto Franco Governo do estado de Minas Gerais	A Secretaria de Estado e Desenvolvimento Social do governo de Minas Gerais está trabalhando na criação e implementação do “Núcleo de migrações e enfileiramento ao trabalho escravo e de tráfico de pessoas do Estado de MG”. Alexandre Norberto Franco é o responsável por essa ação.	Capacidade do Estado como coordenador e organizador no desenvolvimento de políticas públicas.	Possibilidade de trabalhar como articulador de uma rede de parcerias. Fortalecimento e desenvolvimento regional interno (Ex.: consórcio de municípios). É possível desenvolver políticas migratórias com recursos financeiros limitados e baseadas em parcerias e articulações locais e transnacionais.	Despreparo do estado e seus atores no trato da questão emigratória, e principalmente, do emigrante retornado. Necessidade de reflexão e avanços sobre o papel dos entes subnacionais e suas competências.	Morosidade do Estado, disputas internas e políticas públicas associadas a governos e não ao Estado. Expectativa do cidadão de que o Estado faça tudo.	Projetos próprios e direcionados que favoreçam a busca de conhecimento, atualizações e capacitação constantes sobre a temática. Trabalho conjunto com outros atores (OSCs, principalmente) e organismos internacionais: OIM, ACNUR, OIT, etc.



Atores envolvidos	Relação com o tema	Pontos fortes	Oportunidades	Vulnerabilidades	Ameaças	Recomendações
<p>João Francisco Pereira: Ministério das Relações Exteriores / Itamaraty</p>	<p>No Itamaraty, estão concentradas as ações formais e institucionais do Brasil direcionadas aos brasileiros no exterior. João Francisco Pereira é o responsável pelo Departamento Consular do órgão.</p>	<p>Estrutura grande e consolidada do departamento consular.</p>	<p>A imagem e a realidade construídas pelos emigrantes pautam e, de certa maneira, facilitam as discussões bilaterais. Capacidade de articulação com diversos atores em trabalhos coordenados como meio para canalizar demandas.</p>	<p>A realidade local do país de acolhida influencia na dinâmica dos trabalhos, que tendem a ser padronizados pelo Estado (atendimento a serviços básicos). Dificuldade com dados estatísticos (questão da dupla cidadania, que não entra – e outros fatores). Limitações no que diz respeito a legislações internacionais e acordos e pactos globais.</p>	<p>Crises econômicas constantes (nível Brasil e mundial). Expectativa do cidadão de que o Estado faça tudo.</p>	<p>Incentivo a uma diplomacia pública na rede consular, articulada com outros atores locais do país de acolhida (que conhecem a realidade). Estreitamento de vínculos e ações, não só pela prestação de serviços básicos, mas, por exemplo, ações culturais. Investimentos constantes em tecnologia e informação para modernização das estruturas consulares e capacitação dos servidores.</p>
<p>Ricardo Capellini: Prefeitura Municipal Governador Valadares</p>	<p>A prefeitura de Governador Valadares (MG) possui políticas públicas migratórias no nível municipal. Ricardo Capellini é o responsável pelo chamado Departamento de Atividades Produtivas, que cuida do programa “Emigrante Cidadão”.</p>	<p>A realidade emigratória como parte da identidade social, econômica e cultural da cidade. Institucionalização do projeto Emigrante Cidadão.</p>	<p>Quando planejada e dentro dos aspectos legais, e emigração, em geral, pode trazer melhores condições de vida. Direcionamento orientado sobre a aplicação das remessas financeiras para o desenvolvimento local. Formação de redes migratórias pessoais e informais, com alta capacidade de conexão e articulação em curto espaço de tempo.</p>	<p>Ações não sistematizadas e sob demanda. Necessidade de apoio, articulação e conhecimento da temática no nível municipal. Questões de ordem psicológicas do emigrante. Exploração laboral. Quebra de vínculos familiares. Despreparo de atores de nível local no país de origem no trato da questão emigratória.</p>	<p>Ação das redes migratórias ilegais (“coiotes”) e acesso do cidadão a esse recurso. Necessidade de políticas articuladas no nível federal de ações voltadas para cuidado, respeito e tratamento de emigrantes em situação de vulnerabilidade.</p>	<p>Estabelecimento de um programa e campanhas de comunicação que proporcione uma “emigração consciente e regular”. Criação de projetos que estimulem a retenção do cidadão na cidade. Que ele tenha alternativas caso decida não emigrar. Investimento em políticas públicas descentralizadas e capacitação para que outras esferas de poder atuem com mais eficácia nessa temática.</p>

Anexo 5

O apoio ao retorno voluntário e à reintegração no Brasil: balanço de 2016 a 2020

Introdução

O programa de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração (AVRR⁴⁴, na sigla em inglês), da Organização Internacional para as Migrações (OIM), tem como objetivo apoiar migrantes em situação de vulnerabilidade que desejam retornar a seus países de origem e que não possuem os meios para fazê-lo. Além de contribuir para uma migração digna, segura e ordenada, o programa oferece apoio para uma reintegração sustentável. A OIM implementa projetos de retorno voluntário desde 1979, e já apoiou milhões de migrantes em todo o mundo desde então. Entre 2016 e 2020, a OIM apoiou o retorno de 4.070 brasileiros e brasileiras.

Os beneficiários do programa são migrantes em situação regular ou irregular que não reúnem as condições para permanecer no país onde se encontram e que desejam retornar a seu país de origem. Isso inclui migrantes em situações de vulnerabilidade como vítimas de tráfico de pessoas, crianças migrantes desacompanhadas, solicitantes de refúgio que desistiram de sua solicitação ou que a tiveram negada, ou migrantes que necessitam de tratamento médico e desejam ficar perto de suas famílias.

Além de oferecer aconselhamento, o programa de apoio ao retorno voluntário facilita a preparação administrativa e logística da viagem, como emissão de documentos necessários, aquisição de passagens e suporte operacional trânsito e chegada. Ainda, em determinados casos, pode ser fornecido um subsídio de reintegração para auxiliar os retornados e suas famílias a lidarem com suas necessidades mais imediatas e/ou desenvolver atividades de subsistência ou educacionais. Os projetos de apoio ao retorno voluntário geralmente são financiados por governos nacionais e variam de acordo com cada país e com as políticas e legislação locais, além do contexto migratório.

Neste Anexo, pretendemos apresentar o trabalho realizado pela OIM Brasil entre 2016 (quando a OIM Brasil abriu seu escritório nacional) e 2020 no apoio ao retorno e reintegração destes retornados brasileiros. O objetivo é dar transparência ao programa, disseminar seus resultados entre os atores envolvidos direta ou indiretamente no tema e provocar o debate sobre a migração de retorno e a experiência dos retornados no Brasil. Em última instância, pretende-se levar o tema ao debate público e promover políticas de retorno e reintegração no país, focando em uma melhor recepção dos brasileiros nessa etapa de seu processo migratório.

O capítulo está dividido em duas partes. A primeira traz dados de todos os migrantes retornados apoiados pela OIM entre 2016 e 2020, com informações de contexto, conceitos e definições utilizados pela organização. Pretende-se mostrar o perfil dos retornados, dimensão do programa e como o apoio à reintegração é aplicado. A segunda parte foi elaborada em parceria com pesquisadores Romerito Valeriano da Silva, Duval Fernandes e Alysson da Silva⁴⁵, focada em

44. Utiliza-se também a sigla AVR quando se trata de retornos sem o benefício da Reintegração (ou seja, somente os custos do transporte)

45. O estudo completo pode ser encontrado em: Silva, A.K.C., R.V. Silva and D.M. Fernandez. Migração de retorno de Portugal para o Brasil: uma tentativa de categorização dos migrantes. In: II Seminário de Migração Internacional do OBMINAS, 2019, Belo Horizonte. Anais do II Seminário de Migração Internacional do OBMINAS. Belo Horizonte: Traço Publicações, 2019. v. 1. p. 84-95.

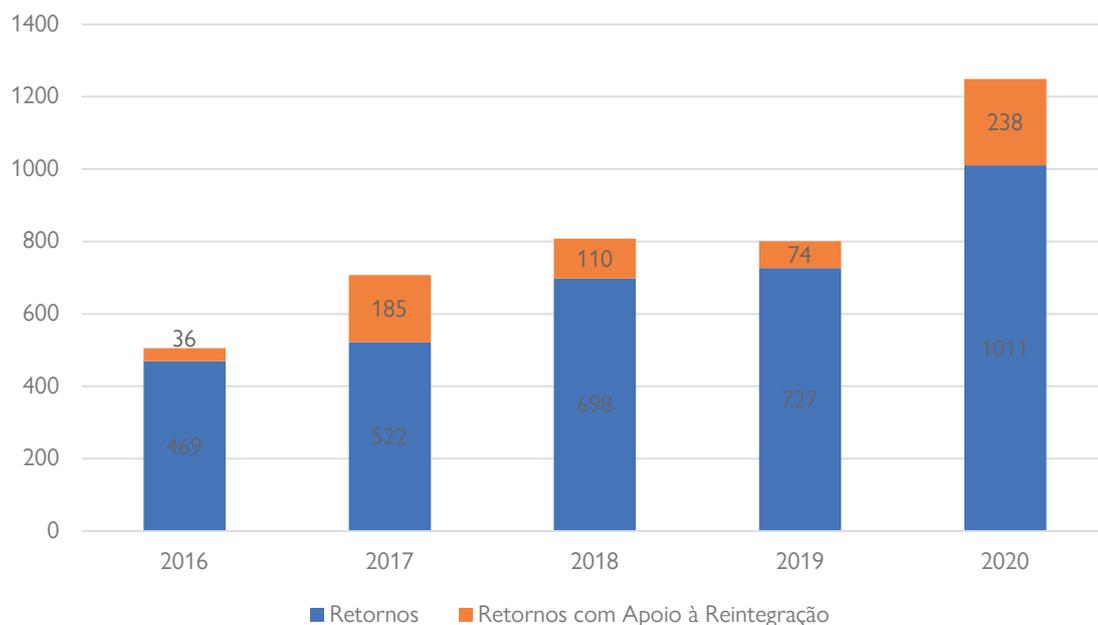


dados demográficos de brasileiros que retornaram e que solicitaram o apoio ao retorno, mas permaneceram no exterior por diferentes motivos. Esta segunda parte utiliza dados da OIM de 2019 e 2020, de somente três países: Bélgica, Portugal e Países Baixos, justamente os três países de onde mais retornam os emigrantes brasileiros. Aqui se pode compreender melhor a quais regiões específicas do Brasil os emigrados retornam, a pirâmide etária, e os motivos pelos quais estes brasileiros emigraram e posteriormente quiseram voltar.

I. Retorno e Reintegração no Brasil

GRÁFICO 1

Brasileiros retornados com apoio da OIM, por ano



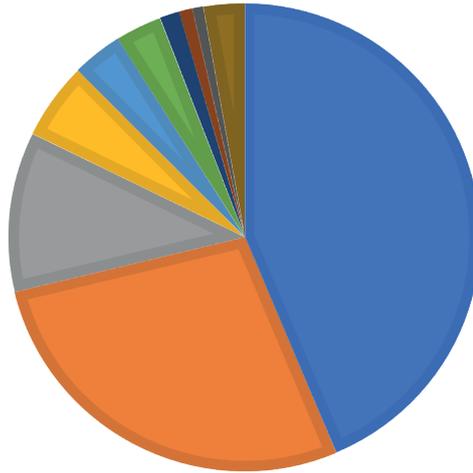
Fonte: OIM Brasil.

Estes números se referem somente aos retornados apoiados por programas da OIM, e não representam o total de pessoas que retornaram ao Brasil neste período, seja por conta própria ou apoiados por outros programas e organizações. Nota-se um aumento de cerca de 50% no número de retornos entre 2019 e 2020, o que pode ser atribuído à pandemia de COVID-19 e seus efeitos socioeconômicos nos países onde residiam estes brasileiros.

GRÁFICO 2

Principais países de origem dos brasileiros retornados (2016-2020)

Fonte: Dados da OIM Brasil.

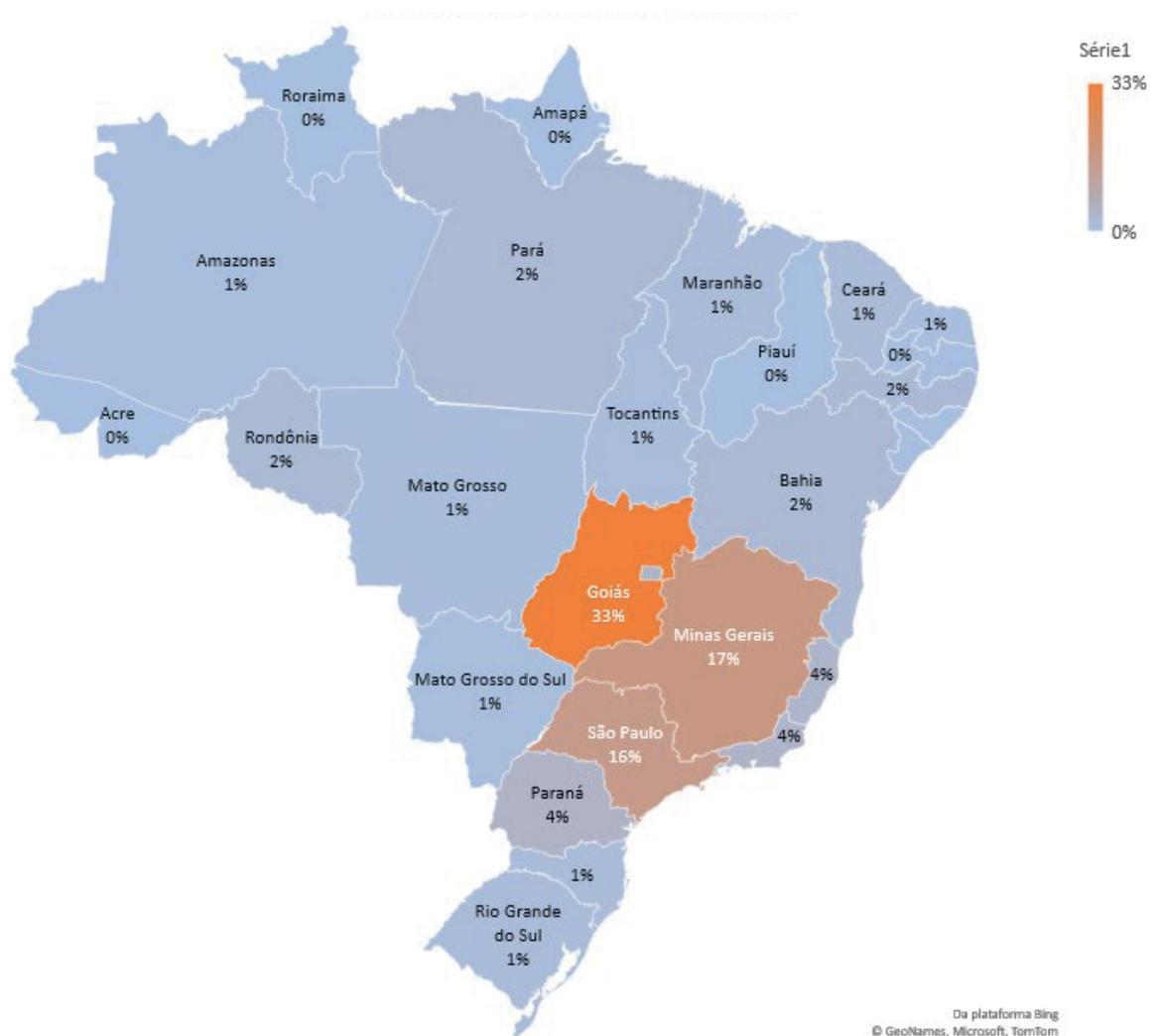


Nota-se também que praticamente todos os retornados vieram de países europeus. Isso se dá não porque a maior parte dos brasileiros emigrados se encontra neste continente (sabe-se que o destino preferencial da diáspora brasileira é os Estados Unidos da América), mas sim porque estes países possuem uma política de apoio ao retorno já bastante consolidada, cofinanciada pela União Europeia. Os países incluídos na categoria “Outros”, representando 3% do total de retornos, são: Argentina, Austrália, Áustria, Costa Rica, Eslováquia, Estado Plurinacional da Bolívia, Finlândia, Grécia, Guiana, Japão, Marrocos, Noruega, Polônia, República da Coreia, Romênia e Uruguai. Apesar de se contabilizar apenas um retornados a partir de muitos desses países, a lista demonstra a diversidade de países e alcance do programa da OIM.



MAPA 1

Retornos por Estado (2016-2020)



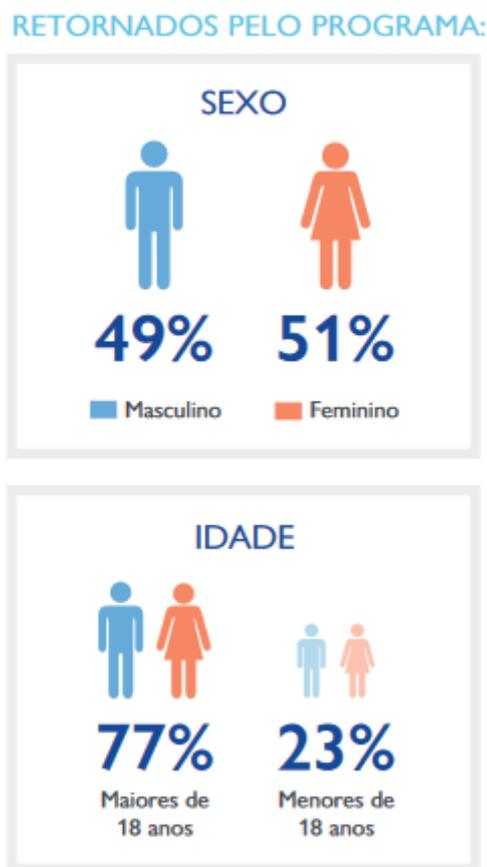
Fonte: OIM Brasil.

Este mapa é utilizado apenas para fins ilustrativos. Os limites e nomes mostrados e as designações usadas neste mapa não implicam endosso oficial ou aceitação por parte da Organização Internacional para as Migrações.

Os estados de Goiás, Minas Gerais e São Paulo são, de longe, os principais locais de origem dos emigrantes brasileiros que retornaram com apoio da OIM neste período, concentrando 66% do total⁴⁶. Considerando-se as macrorregiões, o Sudeste está em primeiro lugar com 41% dos retornados, seguido pelo Centro-Oeste com 39%, e Nordeste em terceiro lugar com 8%.

46. Cabe destacar que um número ínfimo de brasileiros não retorna ao seu estado e cidade de origem antes da emigração, apesar de isso não ser obrigatório pelo programa de retorno.

FIGURA 1
Retornados pelo Programa



Fonte: Dados da OIM.

A OIM considera a **reintegração sustentável** quando os retornados atingem níveis de **autossuficiência econômica, estabilidade social** nas suas comunidades e **bem-estar psicossocial** que lhes permita lidar com variáveis de (re)migração. Quando a reintegração sustentável é alcançada, os retornados são capazes de tomar decisões migratórias por escolha, e não por uma questão de necessidade⁴⁷.

Dos 4.070 brasileiros retornados de 2016 a 2019, 643 (15.8%) foram beneficiados com um auxílio financeiro para sua reintegração. Este benefício é destinado somente aos casos mais vulneráveis, identificados e selecionados conforme os critérios dos programas de AVRR de cada país. Cada indivíduo ou família elegível para o benefício pode definir seu “Plano de Reintegração” com a equipe da OIM, dentro de suas necessidades. Os valores também variam conforme o país, os fatores de vulnerabilidade dos retornados e o objetivo do plano.

47. Esta e outras definições podem ser encontradas no IOM Reintegration Handbook - Practical guidance on the design, implementation and monitoring of reintegration assistance, 2019, disponível em: publications.iom.int/books/reintegration-handbook-practical-guidance-design-implementation-and-monitoring-reintegration



FIGURA 2
Distribuição por tipo de vulnerabilidade



Fonte: OIM Brasil.

A OIM destaca três categorias especiais de vulnerabilidade em seus programas de retorno, alinhadas ao contexto e políticas migratórias dos países de migração. São elas: menores desacompanhados, casos médicos⁴⁸ e vítimas de tráfico de pessoas. Tais categorias são priorizadas no momento da avaliação de elegibilidade. Não obstante, a maioria dos casos atendidos são de “migrantes em vulnerabilidade”, uma categoria genérica que engloba diferentes situações (e.g. pessoas em situação de rua, desempregadas, pessoas que desejam retornar, mas não têm recursos, migrantes irregulares etc.).

FIGURA 3
Aplicação do Recurso de Reintegração



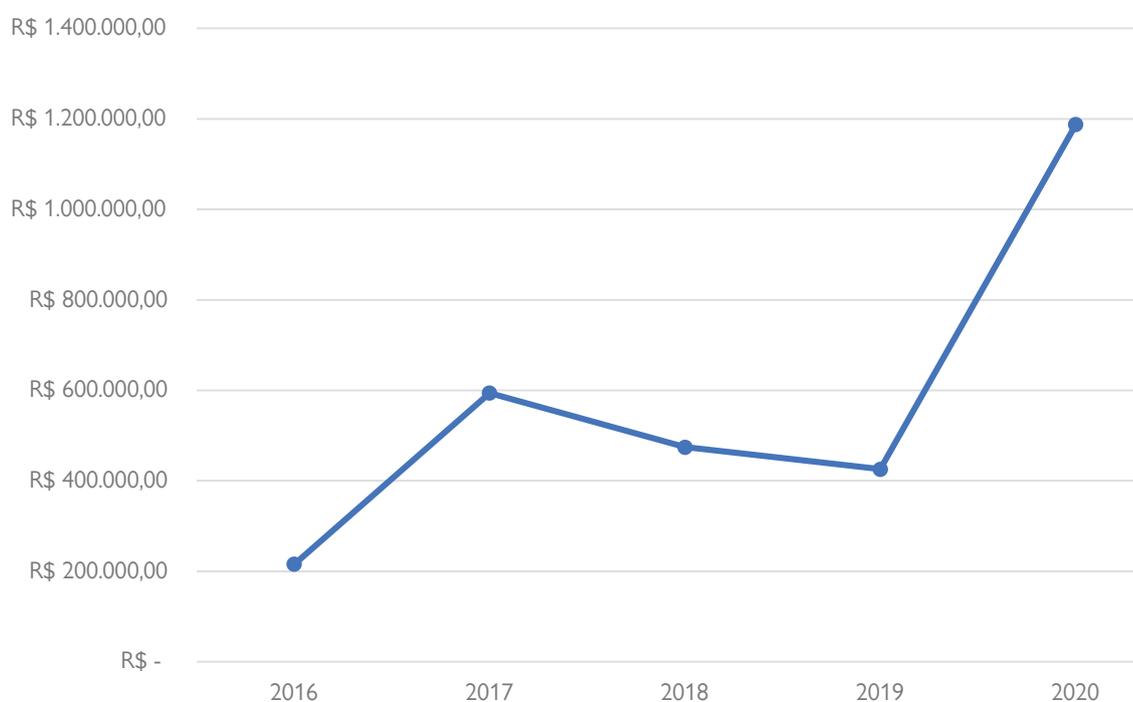
Fonte: OIM Brasil.

48. Tais casos são geralmente relacionados à saúde mental, doenças terminais, ou doenças crônicas. Frequentemente migrantes brasileiros (em situação regular ou irregular) não tem recursos para custear um tratamento privado, ou não possuem o direito de acessar o serviço público de saúde pela legislação local. Por vezes, a depender da enfermidade e sua gravidade, o migrante decide retornar para poder realizar o tratamento próximo de sua família e rede de apoio.

A maioria dos planos de reintegração é focada na abertura ou reabertura de pequenos negócios, início ou seguimento de tratamentos de saúde, ou em educação básica, superior ou profissionalizante. Alguns planos de reintegração são mistos, incluindo mais de um objetivo do indivíduo ou família. Parcela dos retornados define seus planos após a sua chegada ao Brasil ou mesmo que mudem de ideia durante o processo. A duração da execução dos planos de reintegração costuma ser de 6 a 12 meses, mas pode ser estendida a depender da vulnerabilidade do caso e da natureza do projeto de reintegração.

GRÁFICO 3

Total investido em reintegração, por ano



Fonte: OIM Brasil.

Ao todo, mais de **2.89 milhões de reais**⁴⁹ foram investidos nos projetos de reintegração de brasileiros retornados, recurso originário da OIM, seus estados-membros e seus financiadores. Isso equivale a uma média de **R\$ 4.507 por pessoa**. Esses valores demonstram que os programas de apoio ao retorno e reintegração têm potencial de promover o desenvolvimento social e econômico nos países de origem, em especial nas comunidades para onde os migrantes retornam. Estes recursos são investidos principalmente, como vimos, em geração de renda para os retornados e suas famílias, através da abertura de pequenos negócios, capacitação profissional visando melhor colocação no mercado de trabalho, aquisição de insumos produtivos e até mesmo capital (e.g. alguns

49. Não incluídos custos de recursos humanos e escritório, passagens aéreas e outras despesas operacionais. Os valores se referem aos grants efetivamente gastos pelos beneficiários, com exceção de alguns casos do ano de 2020 em que o beneficiário ainda não havia utilizado todo seu grant. Para estes casos foi considerado o valor total do grant disponível, convertido pela taxa de câmbio de Novembro de 2021.



beneficiários conseguiram adquirir terra, gado ou maquinário com seu recurso de reintegração). Evidentemente, o volume financeiro desse apoio à reintegração é ínfimo se comparado ao PIB brasileiro ou mesmo ao volume de remessas enviadas anualmente pelos emigrados. Não obstante, estes recursos têm grande impacto na vida destes indivíduos, suas famílias e comunidades, gerando efeitos positivos localmente. Pode-se destacar o investimento em profissionalização de adultos e educação de crianças, aumento do consumo local, geração de empregos nas pequenas empresas abertas pelos retornados, entre outros.

Mecanismo Complementar Comum para uma Reintegração Sustentável no Brasil – SURE

O projeto SURE procurou reforçar e complementar o apoio prestado pelos programas de Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração já existentes e implementados pela OIM. O projeto teve foco nos três principais estados de retorno do Brasil – Goiás, Minas Gerais e São Paulo – e mapeou mais de 2 mil instituições, programas e políticas que podem ser de interesse de brasileiros que estão voltando a estes estados. Esta lista pode ser acessada em nossa página www.reintegracaobrasil.com ou através do aplicativo **MigApp**, disponível gratuitamente para download em todas as plataformas. O projeto SURE também articulou uma *Rede de Referenciamento no Apoio à Reintegração de Brasileiros Retornados*, com dezenas de diferentes parceiros em vários estados do país, que podem dar orientação e apoio para facilitar o processo de reintegração. Esta rede conta com atores diversos, como ONGs, universidades, governos estaduais e municipais, e órgãos públicos.

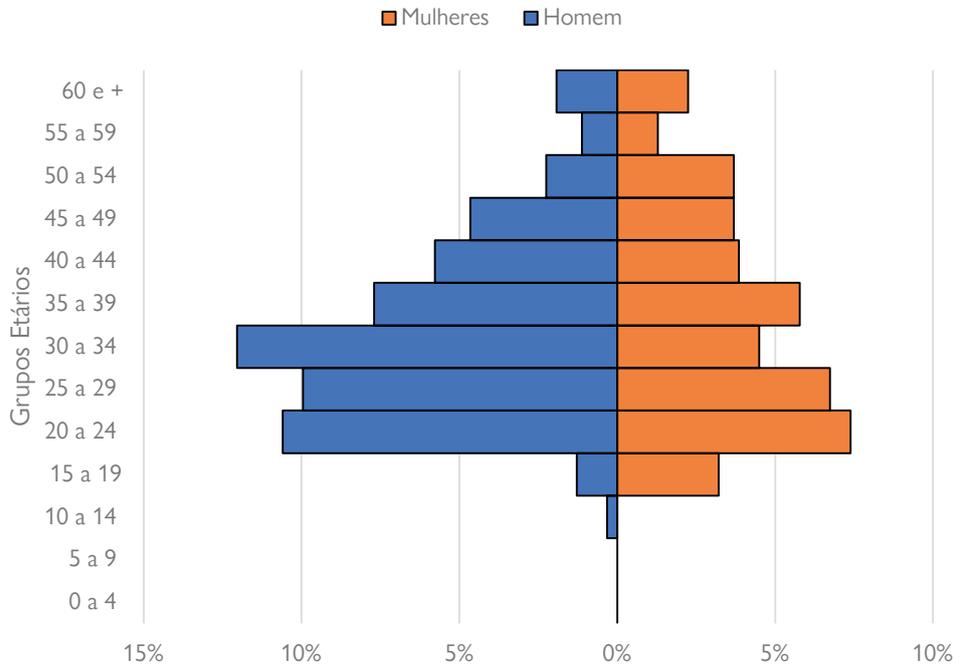
II Perfil demográfico, motivações e desafios dos retornados: os casos de Bélgica, Países Baixos e Portugal

Para ilustrar o processo de retorno dos brasileiros que receberam auxílio da OIM, seguem alguns dados sobre migrantes que retornaram de três países europeus, nomeadamente de Bélgica, Países Baixos e Portugal. No caso da Bélgica, que, como o demonstrado anteriormente, foi o principal país de origem dos brasileiros que receberam auxílio da OIM, é notório que os retornados voltavam em um contexto etário que evidenciava a necessidade de inserção mais rápida no mercado de trabalho nacional.

GRÁFICO 4

Pirâmide etária dos solicitantes de auxílio para o retorno que viviam na Bélgica

Fonte: OIM, 2020.



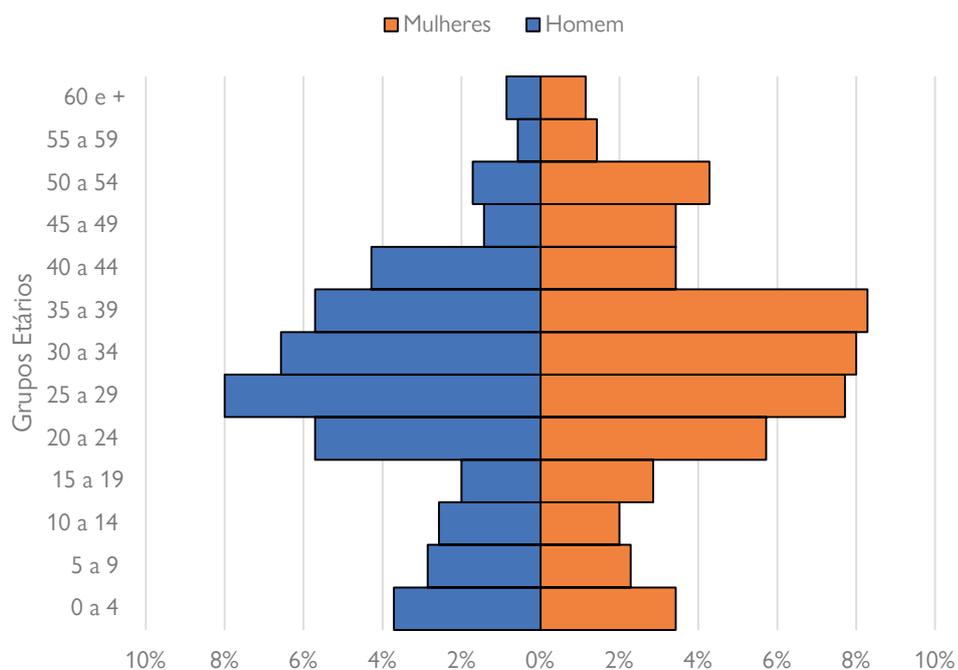
A análise do gráfico 4 permite perceber o peso da população em idade ativa entre aqueles que retornaram da Bélgica, com destaque ainda maior para a população do sexo masculino, sugerindo a necessidade de adoção de políticas específicas de reintegração no mercado de trabalho e na sociedade brasileira para esse contingente.

No caso dos Países Baixos, embora a população em idade ativa ainda se destaque (gráfico 5), assim como nos demais países, é interessante observar ainda o maior número de crianças em idade escolar e mulheres entre aqueles que solicitaram auxílio para retornar, o que demonstra que outros serviços devem ser mobilizados no país de retorno para poder atender a esse grupo etário e de gênero, que potencialmente pode enfrentar uma situação de maior vulnerabilidade.



GRÁFICO 5

Pirâmide etária dos solicitantes de auxílio para o retorno que viviam nos Países Baixos



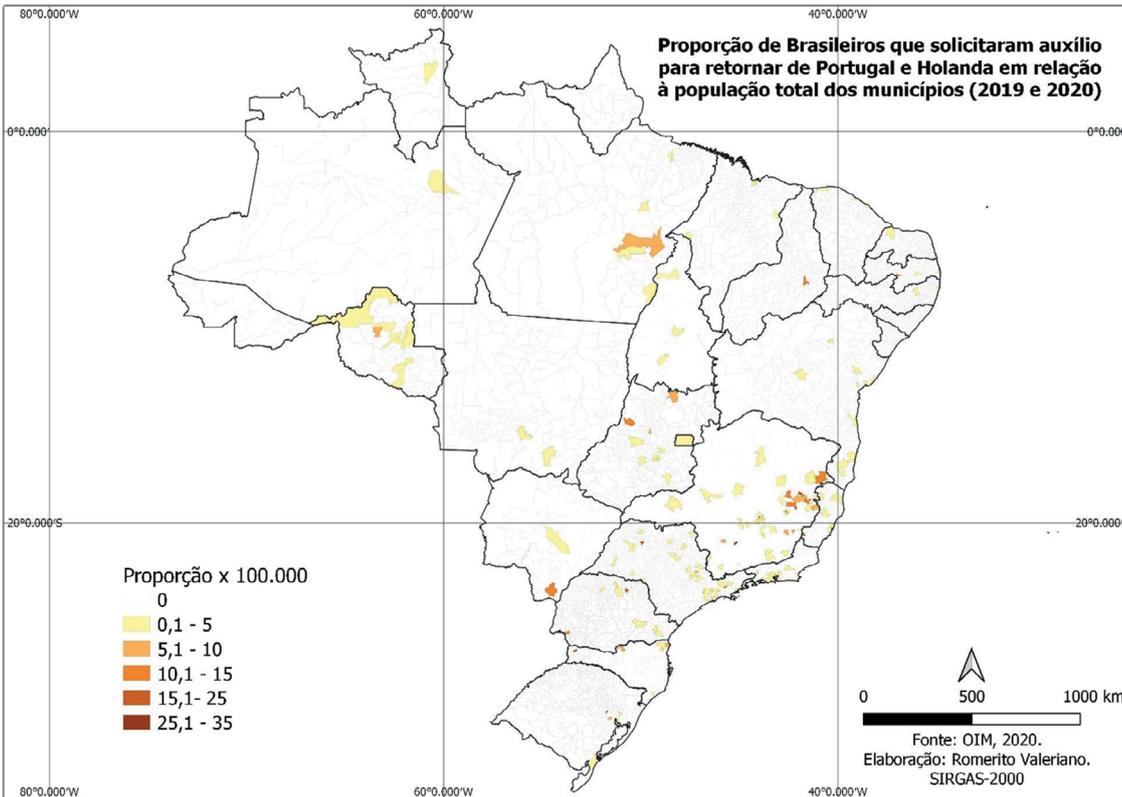
Fonte: OIM, 2020.

Ao analisar o destino no Brasil daqueles brasileiros que retornaram de Portugal e dos Países Baixos (países sobre os quais os dados sobre o destino final estavam disponíveis), percebe-se que o Centro-Sul se destaca, com alguns estados do Sudeste e do Centro Oeste ficando na dianteira, com mais municípios sofrendo maior impacto, pelo peso proporcional dessa população de retorno em relação à população total dos municípios, como se pode verificar no mapa a seguir.



MAPA 2

Municípios de destino dos brasileiros que retornaram com auxílio da OIM de Portugal e dos Países Baixos (ou Holanda)



Este mapa é utilizado apenas para fins ilustrativos. Os limites e nomes mostrados e as designações usadas neste mapa não implicam endosso oficial ou aceitação por parte da Organização Internacional para as Migrações.

Fonte: OIM, 2020.

Ainda como uma forma de exemplificar a realidade dos brasileiros que retornaram com o apoio da OIM é interessante detalhar um pouco mais a situação daqueles que retornaram de um desses países mencionados: Portugal. Escolhemos fazer o detalhamento para este caso em função da disponibilidade de dados e o grande fluxo migratório existente entre os dois países.

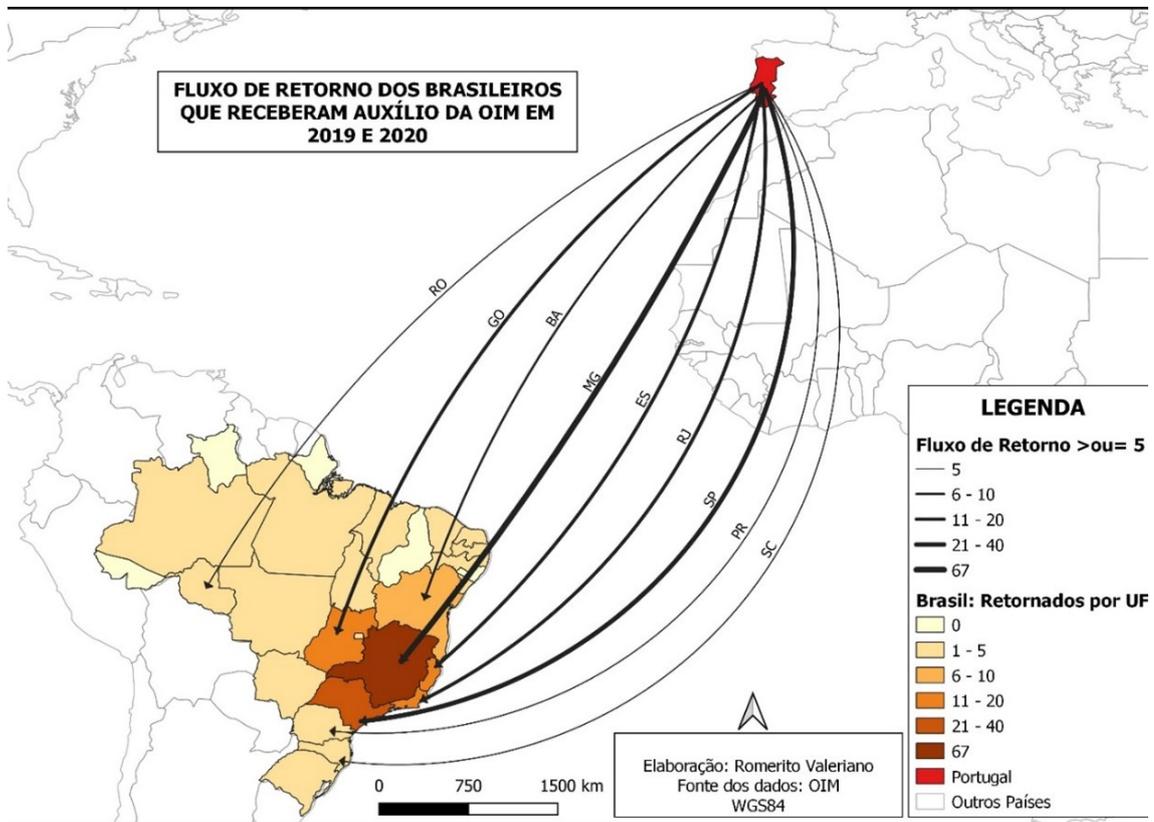
Os que retornaram de Portugal⁵⁰

No mapa a seguir ficam evidenciados os destinos, por unidade da federação, dos brasileiros que retornaram de Portugal com auxílio da OIM.

50. Este trecho do relatório deriva de um trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia no ano de 2021 e que contou com a valorosa contribuição da OIM que muito gentilmente forneceu os dados para a análise.

MAPA 3

Estados de destino dos brasileiros segundo dados da OIM, 2020



Este mapa é utilizado apenas para fins ilustrativos. Os limites e nomes mostrados e as designações usadas neste mapa não implicam endosso oficial ou aceitação por parte da Organização Internacional para as Migrações.

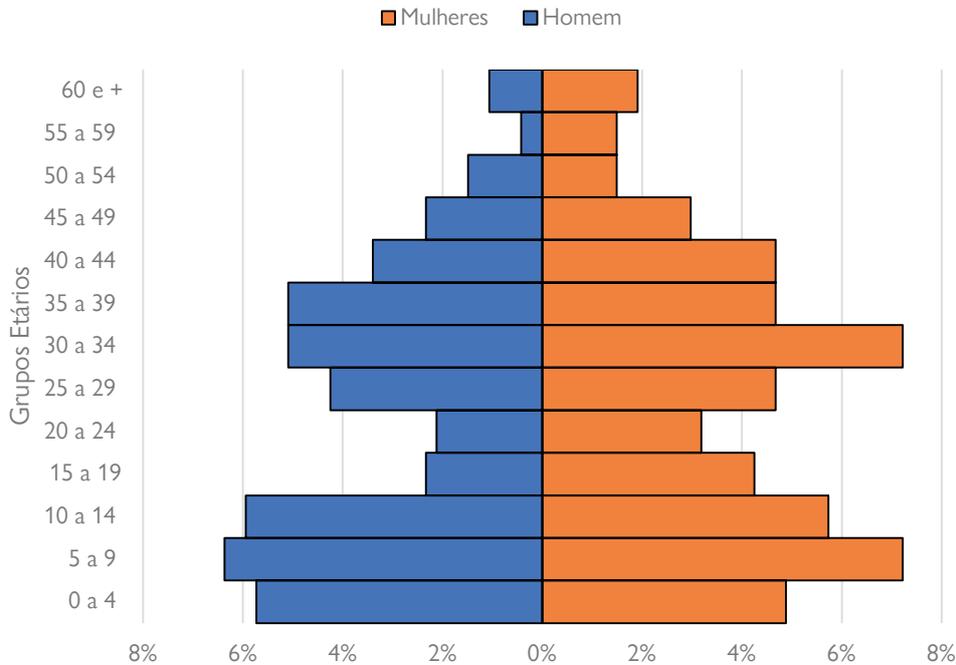
Fonte: OIM, 2020.

Quando analisamos apenas os dados dos brasileiros que retornaram de Portugal com auxílio da OIM percebemos algumas informações que são exemplares típicos dos desafios enfrentados em ações de reintegração. Assim como no caso dos que retornaram dos Países Baixos, a pirâmide etária dos que retornaram de Portugal (Gráfico 6) indica a prevalência de população feminina, com percentual considerável de crianças e adolescentes, o que sugere que os solicitantes do auxílio, na maior parte das vezes, neste caso, tentam retornar em família. Ao mesmo tempo, é marcante a presença de pessoas em idade ativa, que representam o segundo grupo etário de maior destaque no gráfico. Entretanto, como é possível notar, o maior contingente nesse grupo é de adultos com mais de 30 anos, indicando que os retornados são adultos de “cabelo branco”.

GRÁFICO 6

Pirâmide etária dos solicitantes de auxílio para o retorno que viviam em Portugal

Fonte: OIM, 2020.



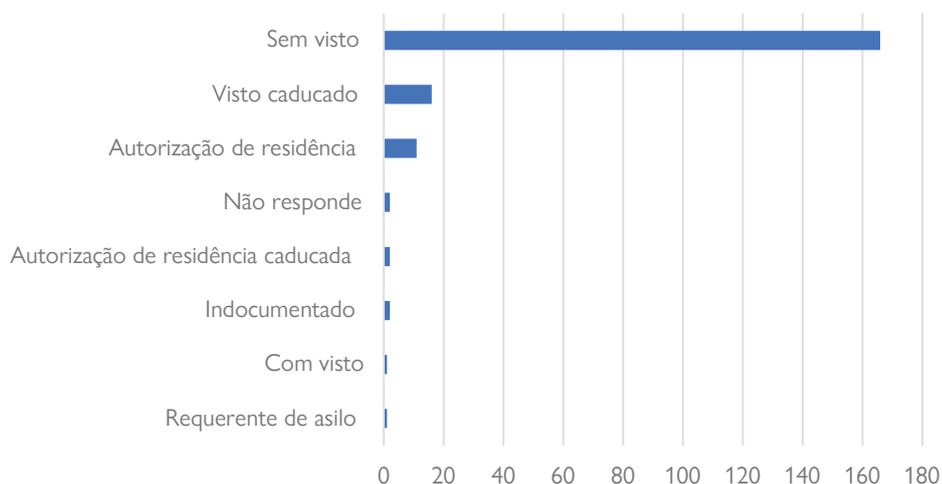
Essas informações demonstram que os desafios para a reintegração desses imigrantes no Brasil são grandes, e que as políticas públicas devem considerar as especificidades das mulheres e das crianças ao retornarem ao país, por se tratar de grupos sujeitos a uma maior vulnerabilidade social. Por isso mesmo, demandam políticas de reintegração mais urgentes para evitar a exposição a situações de risco que possam aumentar ainda mais a sua condição de vulnerabilidade. Estamos falando de vagas nas escolas, da desburocratização do acesso à benefícios sociais e da saúde pública, dentre outros fatores. Além disso, os dados também demonstram a necessidade de gerar vagas de trabalho para a reintegração laboral de uma população em idade ativa, mas que já não é tão jovem, e que por essa razão também pode enfrentar desafios específicos. Em resumo, a estrutura etária e de gênero da população de retornados indica a necessidade de formular políticas públicas específicas.

Ao restringirmos a análise aos dados dos solicitantes de auxílio para o retorno de Portugal à questão laboral ficam evidenciadas algumas informações importantes, como se pode verificar na leitura do gráfico 7.



GRÁFICO 7

Atividades econômicas dos solicitantes de auxílio para o retorno



Fonte: OIM, 2020.

A grande maioria dos solicitantes indicou estar desempregada, o que ajuda a entender não só por que o retorno era mais urgente, mas também a deduzir que o solicitante alimentava expectativa de conseguir trabalho no Brasil, o que aumenta a pressão para a criação de políticas laborais para a reintegração desses brasileiros que viviam em Portugal. Tal constatação também ficou clara ao se verificar que os solicitantes apontaram a regularização como a principal dificuldade que encontraram em Portugal e como a razão primordial para terem decidido retornar. Isso pode ser notado nas nuvens de palavras construídas abaixo com as principais dificuldades e razões para o retorno indicadas pelos solicitantes de auxílio.

FIGURA 4

Principais dificuldades que encontraram em Portugal



Fonte: OIM, 2020.

FIGURA 5

Principais razões para o retorno ao Brasil

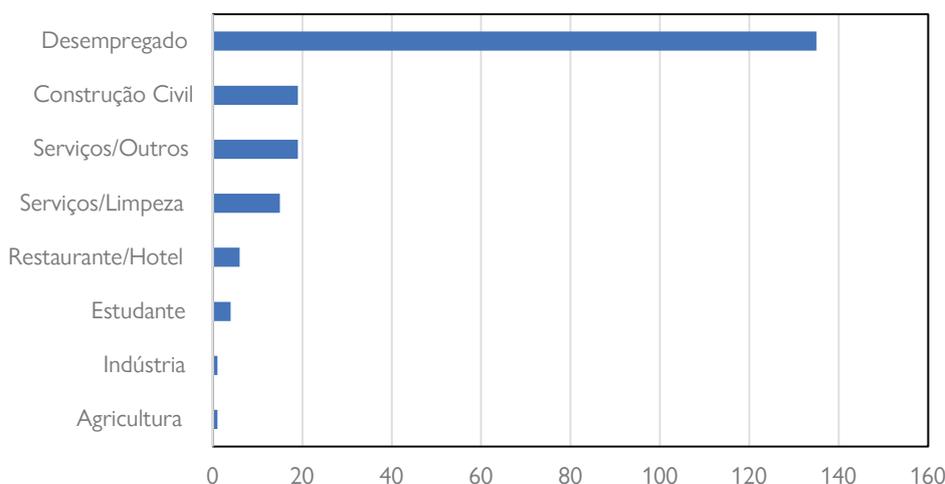


Fonte: OIM, 2020.

Destacam-se, nesse caso, quatro razões interdependentes: desemprego, economia, regularização e família. A não regularização é um obstáculo para se conseguir emprego, ainda mais empregos mais bem remunerados. A situação econômica, mesmo quando o indivíduo está empregado, não garante a manutenção de uma qualidade de vida por causa do subemprego característico dos não regularizados, o que afeta, evidentemente, toda a família justificando a decisão de retornar. A falta de regularização é, portanto, um elemento central, que nos ajuda a entender o círculo vicioso ao qual o imigrante brasileiro que solicitou auxílio da OIM fica sujeito em Portugal. Esse ponto fica ainda mais claro ao observarmos as informações sobre a situação migratória dos solicitantes de auxílio, expostas no Gráfico 8.

GRÁFICO 8

Situação migratória dos solicitantes de auxílio para o retorno



Fonte: OIM, 2020.

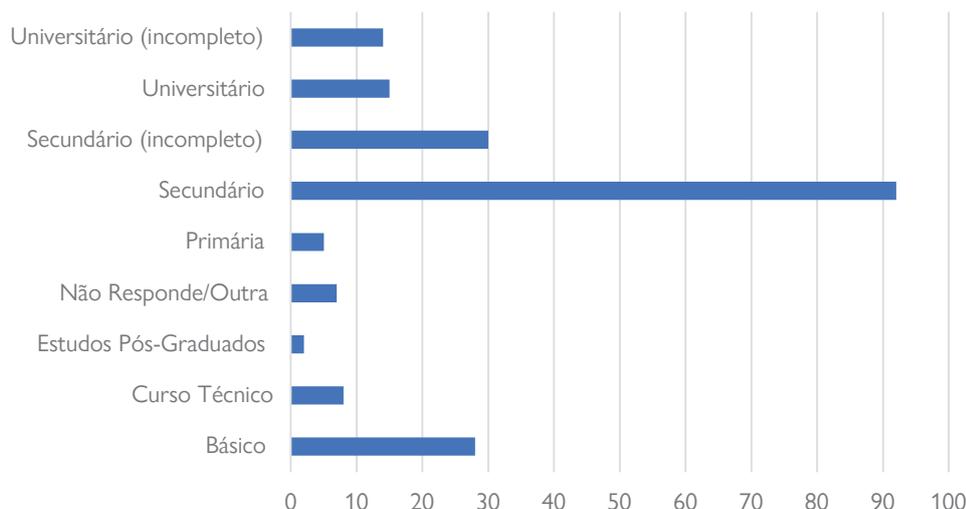


A grande maioria não tinha visto ou qualquer outra situação que lhe permitisse uma permanência mais tranquila em solo português. O círculo vicioso começa exatamente pela ausência do visto, que dificulta a empregabilidade, que, por sua vez, é, na maior parte das vezes, a condição necessária para obter a autorização de residência. Ou seja, sem visto não se consegue trabalho documentado, sem trabalho não se consegue residência, sem residência não se consegue trabalho, e todo esse ciclo se repete. Isso demonstra que a regularização da situação migratória é estratégica para permitir uma melhor qualidade de vida no país de destino, o que pode, inclusive, diminuir a necessidade de retorno.

Já em se tratando da empregabilidade do retornado, é importante considerar ainda sua escolaridade, por tratar-se de indicador importante da capacidade de reinserção no mercado de trabalho depois do retorno. Os dados indicam que a maior parte dos solicitantes de auxílio para o retorno possuíam uma escolaridade que poderia ser considerada de média a alta, com relação à média brasileira.

GRÁFICO 9

Escolaridade dos solicitantes de auxílio para o retorno.



Fonte: OIM, 2020.

A grande proporção de pessoas com nível secundário e universitário demonstra que esses indivíduos conformam mão de obra mais qualificada do que a média da população brasileira. Tal fato revela que se trata de um grupo de pessoas que, no Brasil, provavelmente demandará empregos compatíveis com sua escolaridade, diferentemente do que ocorria em Portugal, tanto pelo não reconhecimento automático dessa escolaridade como pela não regularização já mencionada. Essas são pistas a mais dos tipos de postos de trabalho que devem ser criados no país de retorno para a absorção laboral adequada dessa população.

A fotografia dos brasileiros que retornaram de Portugal com auxílio da OIM, percebida por meio da análise dos dados, fala por si só no que se refere à potencialidade dessas informações para o

estudo do fenômeno e para o planejamento de políticas de reintegração mais eficientes. Além disso, também apresenta pistas do porquê essas pessoas estão retornando, não só pela razão que apontam, mas também pelo que indicaram como fator motivador para a emigração. Ao compararmos os motivos apontados para a emigração com as razões para o retorno (apresentados nas duas nuvens de palavras a seguir, figuras 4 e 5), percebemos indícios de onde está o problema.

FIGURA 6

Principais motivos para emigrar



Fonte: OIM, 2020.

FIGURA 7

Principais razões para o retorno.



Fonte: OIM, 2020.

Como podemos notar, os motivos apontados para emigrar para Portugal são mais pulverizados do que as razões indicadas para o retorno, mas a questão econômica ocupa uma posição de destaque, embora seja acompanhada de perto, e com a mesma intensidade, por outros fatores, como a questão familiar, a violência, etc. Ainda assim, é perceptível pela comparação das duas nuvens de palavras que a frustração é um mote importante que pode explicar o retorno, já que a mesma questão econômica que os levou a emigrar foi associada ao desemprego, a principal razão que os levou a retornar. Mais uma vez, isso nos mostra a fragilidade econômica dessa população e aponta seus objetivos com o retorno, que podem ser novamente frustrados, considerando-se a situação econômica e de empregabilidade no Brasil, o que faz com que esses retornados tenham grandes chances de enfrentar, após a chegada, desafios semelhantes ao que encontraram nos últimos tempos em Portugal, apenas sem a necessidade de regularização. Esses desafios, se não forem enfrentados, poderão alimentar uma vontade de reemigração a curto e médio prazo, reiniciando o ciclo migratório.





Referências bibliográficas

ASBRAD – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA DA MULHER, DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

2018 Postos de Atendimento Humanizado aos Migrantes. s.d. Disponível em: asbrad.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Atendimento_Humanizado_aos_Imigrantes.pdf.

Amaral, A.P.M, L.R Costa and C.B.A Allgayer

2017 O brasileiro como estrangeiro: a política migratória brasileira para emigrantes. Cadernos de Direito. 17(33):257-285. Piracicaba, Brasil.

Banco Mundial (World Bank Group)

2020 Migration and Development: Brief 33. International Bank for Reconstruction and Development, Washington D.C., Estados Unidos da América.

2021 Renovando com Crescimento – Relatório Semestral. Washington D.C., Estados Unidos da América. Disponível em: openknowledge.worldbank.org/handle/10986/35329. Acesso em 15 out. 2021.

Banco Central (BC) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

2020 Portal SIDRA – Banco de Tabelas e Estatísticas. Disponível em: sidra.ibge.gov.br/tabela/6596#resultado. Acesso em: 7 jun. 2021.

Barros, Alexandre de S. C.

1986 A formulação e implementação da política externa brasileira: o Itamaraty e os novos atores. In: Muñoz, H. e J. Tulchin (Ed.). A América Latina e a política mundial. Convívio. 29-42. São Paulo, Brasil.

Benton, M.; Batalova, J.; Davidoff-Gore, S.; Schmidt, T.

2021 COVID-19 and the State of Global Mobility in 2020. OIM / MPI: Genebra, Suíça / Washington D.C., Estados Unidos da América.

Brum, A. G.

2018 As políticas de vinculação do Brasil para os brasileiros e seus descendentes no exterior. *O Social em Questão*. Ano XXI, vol. 21, n. 41, 65-86, maio a agosto. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Castro, A. de L. B. de. (ed.)

2015 Remessas, Remittance, Remesas. SEBRAE Minas, Belo Horizonte, Brasil.

Diminiscu D.

2012 E-Diasporas Atlas. Ed. Maison des Sciences de l'Homme. Paris, França.

European Asylum Support Office (EASO).

2021 EASO Asylum Report 2021. Malta. Disponível em: easo.europa.eu. Acesso em: 10 out. 2021.

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)

2021 Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas: Dados 2017 a 2020. Brasília, Brasil.

Escudero, C.

2007 Imprensa de comunidades imigrantes de São Paulo e identidade: estudo dos jornais ibéricos *Mundo Lusíada* e *Alborada*. [Dissertação de Mestrado em Comunicação Social]. Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, Brasil.

2017 Comunidades em festa: a construção e expressão das identidades sociais e culturais do imigrante nas celebrações das origens. [Tese de Doutorado em Comunicação e Cultura]. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Faria, C. A. P. de.

2012 O Itamaraty e a Política Externa Brasileira: Do Insulamento à Busca de Coordenação dos Atores Governamentais e de Cooperação com os Agentes Societários. *Contexto Internacional*, vol. 34, n. 1, 311-355, janeiro/junho. Rio de Janeiro, Brasil.

Faria, M. R. F.

2015 Migrações internacionais no plano multilateral: reflexões para a política externa brasileira. Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Brasília, Brasil.

Feldman-Bianco.

2016 Memórias de luta: Brasileiros no Exterior (1993 – 2010). REMHU - Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, ano XXIV, n. 48, 45-61, set./dez. Brasília, Brasil.

Firmeza, G. T.

2007 Brasileiros no exterior. Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Brasília, Brasil.

Governo do Brasil

2017 Lei n°. 13.445, 24 de maio. Institui a Lei de Migração. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm.

Gradilone, E.

2009 Uma política governamental para as comunidades brasileiras no exterior. In: I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior, Brasileiros no Mundo. Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Brasília, Brasil.

Goza, F.

1994 Brazilian migration to North America. Revista Brasileira de Estudos de População. 9(1):65-82. Rio de Janeiro, Brasil.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2021 Site oficial, 2021. Disponível em: ibge.gov.br. Acesso em: 4 out. 2021.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Secretaria de Previdência e Ministério da Fazenda

2017 Previdência Social: Legalização do atestado de vida e outros documentos para brasileiros no exterior. Brasília, Brasil.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

2021 Atlas da Violência 2021. IPEA, FBSP, IJSN. Brasília, Brasil.



Kristeva, J.

1994 Estrangeiros para nós mesmos. Rocco, Rio de Janeiro, Brasil.

Lesser, J.

2001 A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), São Paulo, Brasil.

Maia, O. A.

2009 Brasileiros no Mundo: O ambiente mundial das migrações e a ação governamental brasileira de assistência a seus nacionais no exterior. In: I Conferência sobre as Comunidades Brasileiras no Exterior – Brasileiros no Mundo, Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), Cap. 1, 25-46. Brasília, Brasil.

Margolis, M. Becoming Brazukas.

2002 Paper presented at Harvard Conference “What about Other Latinos?”. Harvard University, Boston, Estados Unidos da América.

Marinucci, R.

2018 Brasileiros e brasileiras no exterior: Apresentação de dados recentes do Ministério das Relações Exteriores. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, Brasília, Brasil. Disponível em: csem.org.br/wp-content/uploads/2018/08/roberto_marinucci_brasileiros_e_brasileiras_no_exterior_segundo_dados_do_mre_junho2008.pdf

Marques, F.

2017 Experiência encerrada - O programa de intercâmbio Ciência sem Fronteiras, que gastou R \$13, 2 bilhões, a maior parte com bolsas de graduação no exterior, deixa de existir. Revista Fapesp, ed. 246, 20-29, junho. São Paulo, Brasil.

Milanez, L. C. B. M.

2013 Brasileiros no Exterior: Formulação de Política Externa e Formação de Comunidades. [Tese de Doutorado em Relações Internacionais]. Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.

Minayo, M. C. S.

2010 Técnicas de pesquisa: entrevista como técnica privilegiada de comunicação. In: O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. Hucitec. 261- 297. São Paulo, Brasil.

Ministério Das Relações Exteriores (MRE).

2021a Site oficial. Disponível em: gov.br/mre/pt-br. Acesso em: 8 jun. 2021.

2021b Relatório de Gestão do Exercício de 2020. Disponível em: gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/administrativo/relatorio-de-gestao-2020-final.pdf.

2021c Comunidade brasileira no exterior: Estimativas referentes ao ano de 2020. Secretaria de Assuntos de Soberania Nacional e Cidadania, Departamento Consular, Brasília, Brasil.

2021d Brasileiros presos no exterior. Documento repassado à autora.

Ministério do Trabalho e Emprego

2007 Brasileiros e brasileiras no exterior - Informações úteis. Brasília, Brasil. Disponível em: ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilia/documents/publication/wcms_233734.pdf

Observatório das Migrações Internacionais (OBMIGRA).

2021 Site oficial. Disponível em: portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/observatorio. Acesso em: 10 jun. 2021.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD).

2020 International Migration Outlook 2020. Annual Publication. Disponível em: oecd-ilibrary.org/social-issues-migration-health/international-migration-outlook_1999124x. Acesso em: 15 out. 2021.

Organização Internacional para as Migrações (OIM).

2010 Perfil migratório do Brasil 2009. OIM, CNPD, Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília, Brasil. Disponível em: publications.iom.int/system/files/pdf/brazil_profile2009.pdf.

2013 La labor de la OIM sobre la diáspora y con la misma. Comitê permanente de programas e finanças. Décima segunda reunião. 13 e 14 de maio de 2013.

2019 Glosario de la OIM sobre Migración. Ginebra, Suíça. Disponível em publications.iom.int/system/files/pdf/iml-34-glossary-es.pdf.

2020 Integrando a migração na resposta socioeconômica à Covid-19. Um conjunto de ferramentas para parceiros de desenvolvimento. OIM, Bruxelas, Bélgica. Disponível em: brazil.iom.int/sites/brazil/files/Publications/MMICD-Conjunto-Ferramentas-Integrando-Migracao-Resposta-COVID-19-Agosto-PT.pdf.

2021a Site oficial. Disponível em: iom.int. Acesso em: 7 jul. 2021.

2021b Portal de datos mundiales sobre la migración – Brasil. Disponível em: migrationdataportal.org/es/data?cm49=76&focus=profile&i=stock_abs_origin&t=2020. Acesso em: 3 jun. 2021.

2021c Apoio ao Retorno Voluntário e à Reintegração (AVRR): Brasil 2016-2020, 2021c. Disponível em: brazil.iom.int/sites/brazil/files/Publications/OIM-informe-AVRR-2016-2020.pdf.

OIM Regional Buenos Aires

2021 Propuesta Metodológica para la investigación “Participación de la diáspora en el desarrollo sustentable Organización Internacional para las Migraciones”. V.5. Proyecto: Empoderando a la diáspora suramericana como agente del desarrollo sostenible. Buenos Aires, Argentina.

Oliveira, M. A.

2009 EUA têm 1.529 brasileiros presos e o Japão tem 437. União Geral dos Trabalhadores. Disponível em: ugt.org.br/post/2246-EUA-tem-1.529-brasileiros-presos-e-o-Japao-tem-437. Acesso em: 7 ago. 2021.

Organização das Nações Unidas (ONU)

2004 Department of Economic and Social Affairs. World Economic and Social Survey. Disponível em: www.un.org/desa/analysis/wess/. Acesso em: 2 out. 2021.

Patarra, N. L. (Coord).

1996 Emigração e Imigração Internacionais no Brasil Contemporâneo: Programa interinstitucional de avaliação e acompanhamento das migrações internacionais no Brasil. FNUAP, Vol.1. Campinas, Brasil.

1997 Migrações Internacionais: Herança XX, Agenda XXI, FNUAP. Campinas, Brasil.

Polícia Federal

2021 Site oficial. Disponível em: gov.br/pf/pt-br. Acesso em: 8 jun. 2021.

Reis, R. R.

2011 A política do Brasil para as migrações internacionais. In: Contexto Internacional, 33(1) jan.-jun. Rio de Janeiro, Brasil.

Ribeiro, D.

1995 O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. Cia. Das Letras, São Paulo, Brasil.

Sales, T.

1991 Novos fluxos da população brasileira. Revista Brasileira de Estudos de População, 8(1-2), jan./dez. São Paulo, Brasil.

1992 Imigrantes Estrangeiros, Imigrantes Brasileiros: Uma revisão bibliográfica e algumas notações para pesquisa. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 9(1) p. 50-64. São Paulo, Brasil.

1995 O Brasil no contexto das novas migrações internacionais. *Travessia - Revista do Migrante*, n. 21, janeiro. São Paulo, Brasil.

Sayad, A.

1998 *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. Edusp, São Paulo, Brasil.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)

2021 Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo (RIFA) 2020. SEF, Oeiras, Portugal. Disponível em: sefstat.sef.pt/Docs/Rifa2020.pdf.

Sprandel, M. A.

2010 Breve análise da relação entre o Estado brasileiro e seus emigrantes. In: Ferreira, P. A. et all. *A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções*. Garamond, Rio de Janeiro, Brasil.

Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

2018 Eleitores brasileiros no exterior. Disponível em: tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/eleitores-brasileiros-no-exterior-ja-iniciaram-votacao-do-2o-turno. Acesso em: 7 jun. 2021.

Ushijima, F. R.

2012 *A política externa brasileira para os emigrantes e seus descendentes*. [Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais]. Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, Brasil.

Vargas. V. F. de A.

2017 *Análise dos programas da Capes de concessão de bolsas de estudos para a formação doutoral no exterior: estudos de egressos*. [Dissertação de Mestrado em Educação e Ciência]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.



Organização Internacional para as Migrações - Brasil
SAS Quadra 05, Bloco N, Ed. OAB, 3º Andar
Brasília-DF - 70070-913

www.brazil.iom.int

iombrazil@iom.int

OIMBrasil

